

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

Maria Neila Ferreira dos Santos

“ATÉ A COVID-19 PASSOU DIRETO”:
Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará

BRASÍLIA
2023

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE

“ATÉ A COVID-19 PASSOU DIRETO”
Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas No Sertão Central Do Ceará

Dissertação apresentada à Escola Fiocruz de Governo no Programa de Políticas Públicas em Saúde, turma Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, na linha de pesquisa de Saúde e Justiça Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Oliveira e Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Erica Ell

BRASÍLIA
2023

5237p Santos, Maria Neila Ferreira dos.
"Até a Covid-19 passou direto": resistência e resiliência de famílias agroecológicas no sertão central do Ceará / Maria Neila Ferreira dos Santos. -- 2023.
160 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientadora: Denise Oliveira e Silva.
Coorientadora: Erica Ell.
Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, Escola de Governo Fiocruz Brasília, Brasília, DF, 2023.
Bibliografia: f. 133-139.

1. Agricultura Sustentável. 2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Soberania Alimentar. 4. Mulheres. I. Título.

CDD 614

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Livia Rodrigues Batista - CRB-1/3443
Biblioteca Fiocruz Brasília

Maria Neila Ferreira dos Santos

“ATÉ A COVID-19 PASSOU DIRETO”

Resistência e resiliência de famílias agroecológicas no Sertão Central do Ceará

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

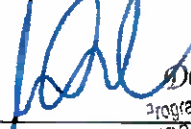
Aprovado em 17/02/2023

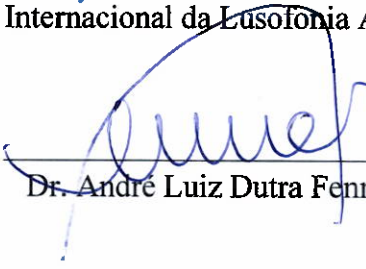
BANCA EXAMINADORA


Denise Oliveira e Silva
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura
Fiocruz - Gerência Regional de Brasília
HOCRUZ - Gerência Regional de Brasília
SIAPE: 0483214
Dra. Denise Oliveira e Silva - Orientadora - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília


Dra. Erica Ell - Coorientadora - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília


Denise Oliveira e Silva
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura
Fiocruz - Gerência Regional de Brasília
HOCRUZ - Gerência Regional de Brasília
SIAPE: 0483214
Dra. Gema Galgani Silva Leite Esmeraldo - Fiocruz Brasília – Membro Interno –
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília


Denise Oliveira e Silva
Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura
Fiocruz - Gerência Regional de Brasília
HOCRUZ - Gerência Regional de Brasília
SIAPE: 0483214
Dra. Jaqueline Sgarbi Santos - Membro Externo – Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira


André Fenner
Pesquisador em Saúde Pública
Gerência Regional Brasília
FUNDACAO OSWALDO CRUZ
SIAPE: 1481592
Dr. André Luiz Dutra Fenner - Substituto - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília

Dedico este trabalho à minha família, à Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Sertão Central e ao CETRA, esta dissertação só foi possível graças ao envolvimento e colaboração de vocês.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela força que me deu para que eu concluísse este mestrado. Não é fácil ser acadêmica de um mestrado profissional e ao mesmo tempo ser trabalhadora, gestora de uma organização, mãe de uma criança de 7 anos, esposa, dona de casa e militante e ter energia para dedicar ao estudo, como um mestrado demanda e necessita. Haja saúde mental e física para seguir e ainda enfrentar uma pandemia COVID-19 e o pandemônio brasileiro e chegar até aqui. Mas consegui, Senhor. Gratidão!

Quero agradecer imensamente a todas e todos, de longe ou de perto, que fizeram parte do processo de produção deste trabalho! Obrigado pela amizade e pelos ensinamentos, orientações, conselhos, colo, estímulo, para seguir firme na conclusão deste mestrado. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao meu esposo, Renilson, e à minha filhotinha, Iasmin, que me acompanharam todos os dias, em todas as etapas. Muita gratidão pela paciência, amor, carinho, motivação, respeito e compreensão aos momentos de isolamento, ausências e até momento de irritação e tristeza. Obrigada pelo colo para chorar, abraço, beijos, massagens para aguentar, forças para seguir. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

À minha mãe (Fransquinha), ao meu pai (Raimundo), às minhas irmãs e ao meu irmão (Neiva, Das Neves, Natividade e Felipe) e às minhas sobrinhas e sobrinhos (Larah, Davi, Ana Cecília, Giovana, João Lucas e Jade), minha base, meus amores. Gratidão pelo estímulo, apoio e compreensão que vocês sempre me dedicaram. Gratidão por tudo que vocês representam na minha vida. Sou o que sou, porque nós somos!

À Dra. Denise Oliveira e Silva e à Dra. Erica Ell, minhas queridas orientadoras pelas quais tenho profundo respeito e admiração, muito obrigada por tudo que fizeram por

mim. Agradeço vosso apoio, incentivo, carinho, orientação, compreensão e, acima de tudo, pela paciência. Por todas as vezes que não me deixaram desistir e nem desistiram de mim.

Meus sinceros agradecimentos a todas as agricultoras e todos os agricultores da Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Sertão Central, com atenção especial a Marcinha, Lurdinha e Dona Alcy, pela confiança, parceria, generosidade, carinho, atenção, disponibilidade e participação. Como eu aprendi com vocês. Meu apreço por vocês e pelo território do Sertão Central se fortaleceu muito mais com este trabalho. Muitíssimo obrigada.

À Suyane, minha querida minha amiga/irmã, companheira de muitas lutas, de alegrias, de dores, de sabores, que me acompanhou quase diariamente em todo o processo desta pesquisa, desde quando juntas enviamos a documentação para a seleção do mestrado. Eita amiga! Vivemos tantas coisas pessoais e profissionais, mas chegamos juntas até o final, superando cada etapa, cada desafio que surgiu neste caminho. Gratidão pela parceria, pelos abraços, pelos ouvidos e colo. Obrigada por todas as vezes que precisei levantar e você me deu a mão para levantar e seguir.

Ao meu querido amigo e companheiro de trabalho Ademir, que foi um parceiro ímpar neste mestrado. O que seria de mim sem sua atenção, disponibilidade, informações, carinho, colaboração das mais diversas formas para que este trabalho pudesse ser elaborado.

Ao CETRA, minha eterna gratidão. Minha vida pessoal e profissional se entrelaça à história desta grande organização na qual tenho o privilégio de fazer parte. Gratidão por me proporcionar as condições para que eu conseguisse dar conta do mestrado. A todos e todas os companheiros e as companheiras de trabalho pela partilha de conhecimentos, parceria e apoio.

Um agradecimento muito especial à coordenação executiva do CETRA, às minhas amigas e companheiras Erika e Suyane e ao meu amigo Luis Eduardo. O que teria sido de

mim sem vocês. Eterna gratidão por todo apoio, compreensão, cuidado, carinho, disponibilidade. Por segurar minha mão em todas as vezes que precisei.

A esta pessoa tão querida e generosa que a vida me presenteou, Rayane. Muita gratidão pela ajuda na condução de nossa oficina. Você arrasou!

Gratidão à minha turma do mestrado, ao meu Núcleo de Aprendizagem e Ensino – Regina, Gisele, Clarisse, Cremilda, Mariana Gurbindo, Mariana Renata, à coordenação do curso, aos professores e às professoras que estiveram conosco durante este período, e que período! Quanto aprendizado! Meu carinho e respeito a cada uma e a cada um de vocês é imenso. Superamos as aulas remotas, choramos juntas e juntos por tantas vidas que a pandemia nos tirou. Lutamos pelo SUS, por Democracia, Direitos! Lutamos, diariamente, por vida digna no campo, nas florestas, nas águas, nas cidades.

Agradecimento especial à Fiocruz e à coordenação pedagógica do curso, especialmente Gislei, André Fenner, Jorge, Virgínia, Aline, Mariana Olívia obrigada pelo apoio, atenção, orientações e conhecimentos. Por não me deixarem desistir e me manterem erguida na conclusão desta etapa.

Muito obrigada às colegas (Tatiane, Marta, Cybele, Débora e Leany) da outra turma do mestrado da Fiocruz Brasília, por me acolherem e partilharem comigo tantos conhecimentos.

Obrigada às mestras Ana Claudia Teixeira, Jaqueline Sgarbi e Gema Galgani, por terem participado da minha banca, por vossa sabedoria, pelas orientações e conhecimentos partilhados.

Muito obrigada à família Ponciano – Linda, Sara e Lisandro – pelo apoio e carinho. Gratidão especial ao Lisandro, que produziu os mapas que compõem o trabalho.

Aos queridos Miguel, Amanda, Ed Borges e Daiana, grandes comunicadores populares, muito obrigada pela colaboração.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, Brasil, no contexto da pandemia COVID-19. O caminho metodológico utilizado foram as representações sociais, como instrumento de compreensão da realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas em profundidade, realização de grupos focais e da aplicação de questionários junto a agricultores/as agroecológicos/as que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará. Os resultados mostram que a agroecologia foi o caminho de resistência e resiliência adotado pelas famílias agricultoras para a garantia da soberania alimentar e da saúde, tendo a produção de alimentos agroecológicos para o autoconsumo auxiliado na superação da fome e da insegurança alimentar. A participação ativa e protagonista das mulheres agricultoras foi outro resultado encontrado. A organização e o trabalho em Rede possibilitaram às famílias agricultoras a formação de capacidades, intercâmbio de experiências, construção conjunta de estratégias de superação das adversidades enfrentadas pelos camponeses e agricultores familiares e, assim, os tornam mais sustentáveis e mais resilientes.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável, Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, Mulheres.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the resistance and resilience strategies of sovereignty and food and nutritional security of agricultural families that are part of the Network of agroecological farmers of the Central Sertão of Ceará, Brazil, in the context of the COVID-19 pandemic. The methodological path used was the social representations as an instrument for understanding the reality experienced by the research subjects. Data collection took place through in-depth interviews, conducting focus groups and applying questionnaires to agroecological farmers who are part of the Agroecological Farmers Network in the Central Sertão of Ceará. The results show that agroecology was the path of resistance and resilience adopted by farming families to guarantee food sovereignty and health, with the production of agroecological foods for self-consumption in overcoming hunger and food insecurity. The active and protagonist participation of women farmers was another result found. The organization and work in a Network enabled farming families to build skills, exchange experiences, jointly build strategies to overcome the adversities faced by peasants and family farmers and thus make them more sustainable and more resilient.

Keywords: Sustainable Agriculture, Food Sovereignty, Food and Nutrition Security, Women.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Mapa de localização da Região de Planejamento do Sertão Central do Estado do Ceará.
- Figura 2 Vista dos monólitos e da caatinga na cidade de Quixadá/CE em tempo de estiagem (imagem à esquerda).
- Figura 3 Vista dos monólitos e da caatinga na cidade de Quixadá/CE em tempos de chuva (imagem à direita).
- Figura 4 Cisternas de placa de 16 mil litros – Tecnologia social de captação de água de chuva para consumo humano.
- Figura 5 Cisterna calçadão de 52 mil litros – Tecnologia social de captação de água de chuva para produção de alimentos.
- Figura 6 Mapa de Localização dos municípios que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do território do Sertão Central do Ceará.
- Figura 7 Encontro da Rede na Fazenda Não Me Deixes da escritora Rachel de Queiroz no município de Quixadá.
- Figura 8 Encontro de Formação com a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central em Quixeramobim.
- Figura 9 Feira Agroecológica no município de Pedra Branca.
- Figura 10 Feira da agricultura familiar no município de Quixeramobim.
- Figura 11 Ciranda de encerramento do Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária do Sertão Central no marco geodésico do Ceará em Quixeramobim.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de entrevistados por município, 2022.
Gráfico 2	Distribuição percentual do nível de escolaridade dos entrevistados.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora

CERQUICE - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará

CCC - Circuitos Curtos de Comercialização

CONSEA/CE - Conselho Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

COVID-19 - Doença por Coronavírus (Português) ou Coronavirus Disease 2019 (inglês)

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OMS – Organização Mundial da Saúde

PDHC – Projeto Dom Hélder Câmara

PENSSAN - Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

P1MC - Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido:

Um Milhão de Cisternas Rurais

P1+2 - Programa Uma Terra e Duas Águas

SACI – Sistema de Agroecológico de Conhecimento Integrado

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SARS-CoV- 2 - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2

SECNS - Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

TSS - Território Saudável e Sustentável

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	16
2	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	18
2.1	Objetivos	26
2.1.1	Objetivo Geral	26
2.1.2	Objetivos Específicos	26
3	MARCO REFERENCIAL	29
3.1	Agricultura camponesa e familiar e agroecologia	37
3.2	Os sistemas alimentares locais	45
3.3	As políticas públicas para mitigar a insegurança alimentar e nutricional e a pandemia COVID-19 no Brasil	46
3.4	O território do Sertão Central e os sujeitos que o compõe	48
3.5	A experiência do CETRA na construção de conhecimentos agroecológicos no Sertão Central	56
4.	PERCURSO METODOLÓGICO E CONCEITUAL	61
4.1	Aplicação do questionário socioeconômico semiestruturado	66
4.2	Aplicação do questionário da EBIA	67
4.3	Entrevistas em profundidade	68
4.4	Realização de grupos focais	68
4.5	Os desafios para a realização do trabalho de campo	71
4.6	Consolidação e análise dos dados	72
4.7	Análise dos dados do questionário semiestruturado e da EBIA	73
4.8	Análise dos dados qualitativos	74
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
5.1	Perfil das mulheres participantes do grupo focal	77
5.2	A convivência com o Semiárido no Sertão Central Cearense	79
5.3	Atividades produtivas e projetos desenvolvidos no território	87
5.4	A Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central: perfil trajetória e relações	91
5.4.1	Povos Quilombolas no território e na Rede	93
5.5	Organização, gestão social e articulações da Rede	95
5.6	O caminho para transição agroecológica	97

5.6.1	A diversidade de alimentos nos quintais agroecológicos	99
5.7	Princípios e práticas de Economia Solidária e a comercialização dos produtos em tempos de pandemia	102
5.8	Situação da Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar no Brasil, no Ceará e na Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as	107
5.8.1	Brasil e Ceará com Fome gerando sofrimento físico e psíquico	109
5.8.2	Caracterização da renda, acesso a políticas públicas e relação com a SAN	110
5.9	A relação das mulheres com a Segurança Alimentar e Nutricional	112
5.10	As mulheres, suas lutas e a construção do orgulho e empoderamento feminino	114
5.11	As juventudes rurais e os desafios para se manter no campo	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
7.	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO I – QUESTIONÁRIO COMPLETO – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR – EBIA	140
	ANEXO II – PRODUTO TÉCNICO – ROTEIRO VÍDEO DOCUMENTÁRIO	142
	APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	150
	APÊNDICE II – ROTEIRO DE GRUPO FOCAL	150
	APÊNDICE III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA EBIA	151
	APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	154
	APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO GRUPO FOCAL	157
	APÊNDICE V – CARTA DE ANUÊNCIA	160

1. APRESENTAÇÃO

Este estudo integra o coletivo de trabalhos da turma de Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, do mestrado profissional em Políticas Públicas de Saúde, resultado da parceria entre as unidades da Fiocruz Brasília, Pernambuco e Ceará. É uma turma composta por educandas e educandos que atuam nas áreas de saúde, educação, ciências agrárias e humanas, incluindo profissionais e militantes que trabalham em organizações e movimentos sociais do campo, florestas, águas e cidades, nos estados de Pernambuco e Ceará, dentre os quais faço parte.

Sou mulher cis, negra, mãe de menina, feminista, filha de agricultora e agricultor assentados/as de reforma agrária, no assentamento Várzea do Mundaú, situado no município de Trairi/Ceará. Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará, mestranda em Políticas Públicas de Saúde pela Fiocruz Brasília. Estou na coordenação geral do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA¹, uma organização da sociedade civil que há mais de 40 anos, trabalha com os povos do campo no estado do Ceará, entre eles/as assentados/as da reforma agrária, agricultoras e agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo familiar ou em grupos, contribuindo para o bem viver no campo e na cidade, através da Agroecologia, da Convivência com o Semiárido, vivenciando e disseminando valores, como: justiça socioambiental, solidariedade, alimentação saudável, democracia, igualdade e equidade, direitos humanos, diversidade, respeito, cidadania visando uma sociedade justa livre e democrática.

Há cerca de 17 anos, meu cotidiano profissional está voltado para a defesa de direitos humanos, da agroecologia, da convivência com o semiárido, da soberania e da

¹ www.cetra.org.br.

segurança alimentar e nutricional, especialmente da população camponesa. No entanto, considero que minha luta e resistência por direitos perpassa por toda minha vida e dos meus ancestrais. É nesta perspectiva e referência da luta camponesa para morar, plantar, produzir, se alimentar, estudar, ter saúde e todos demais direitos como cidadão e cidadã garantidos, é que vivo, milito, trabalho e estudo.

O trabalho que ora se apresenta, une interesses pessoais e profissionais e se fortalece na perspectiva de contribuir com as reflexões sobre a importância e o papel desempenhado pela agricultura familiar agroecológica, na promoção da saúde, da soberania e da segurança alimentar e nutricional, mostrando o quão se faz necessário trabalhar para conseguir sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes.

2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A agricultura é considerada uma das primeiras atividades realizadas pela humanidade e de extrema importância para os seres humanos. É a partir do cultivo da terra e do manejo dos recursos naturais que os alimentos que necessitamos são produzidos e/ou extraídos. Ao longo dos tempos, dois tipos de agricultura têm se destacado: a agricultura camponesa e familiar e a agricultura comercial ou agronegócio. Ambas passaram por várias evoluções no modo de produzir e manejar os recursos naturais, seja a partir do conhecimento ancestral e da experiência dos/as agricultores/as seja no desenvolvimento de pesquisas, no investimento de recursos e tecnologias. No Brasil, o aparato Estatal tem privilegiado a agricultura comercial e seus latifundiários, formados por grandes propriedades rurais de monocultivos, baseados em uma lógica de produção agrícola com poucos produtos, tipo: soja, milho, cana-de-açúcar, café, algodão, voltados, especialmente, para a exportação, com alto investimento em máquinas altamente pesadas e modernizadas para o manejo da terra, uso de agrotóxicos e outras técnicas sintéticas, fazendo apropriação indevida dos bens comuns e gerando destruição dos recursos naturais ¹.

Por outro lado, agricultura camponesa e familiar fica à margem, sem investimentos suficientes e adequados, sem o reconhecimento do Estado brasileiro quanto à sua contribuição para a sociedade. Embora tenham sido criadas algumas leis e políticas de apoio à agricultura camponesa e familiar, em especial no período dos governos populares, infelizmente os investimentos realizados a este setor não é na mesma proporção ao que é ofertado ao agronegócio, e o modo operante da política agrária e agrícola do país, não valoriza e nem investe suficientemente na agricultura familiar. Camponeses/as e agricultores/as familiares resistem ao tempo e às investidas capitalistas (re)criando, mantendo-se firme em suas lutas sociais e na sua forma de viver e de trabalhar no campo.¹

No Brasil, a agricultura familiar abrange 3.897.408 estabelecimentos, representando cerca 76,82% do total dos estabelecimentos, sendo a região Nordeste a que concentra o maior número destes estabelecimentos. De acordo com o censo agropecuário 2011, a região Nordeste concentra quase a metade dos/as agricultores/as familiares do País (47%), seguidos pelas regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.^{2,3}

Diversos estudos constataam o importante papel da agricultura familiar na produção de alimentos para a subsistência de suas famílias e de outras famílias, seja no território ou fora dele. Ela é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos destinada à mesa da população brasileira, e é também essencial na ocupação e geração de trabalho para populações rurais.²

Em 2020, o mundo vivenciou um grande desafio, que ainda perdura e assombra a população, que foi a pandemia COVID-19, uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Essa pandemia causou drásticas mudanças na rotina das pessoas que tiveram que atender diversas medidas restritivas estabelecidas pelas autoridades no intuito de controlar o avanço do vírus, tanto na cidade quanto no campo.

As restrições de circulação, o fechamento de feiras públicas, escolas, restaurantes – que, em geral, os locais de escoamento da produção da agricultura familiar – paralisaram ou reduziram de forma violenta, gerando medo e insegurança nas famílias, além do cancelamento de contratos, de serviços e, conseqüentemente, a perda de produção, visto que essas pessoas não tinham como armazenar seus produtos adequadamente e, por serem produtos perecíveis, a perda foi inevitável, resultando em impactos negativos incalculáveis na principal fonte de renda de várias famílias camponesas. Considerando que as sinalizações de retorno à normalidade não se mostraram a curto prazo, muitas das famílias que escoavam a produção para estes mercados, reajustaram o planejamento da produção e tiveram que reduzir o plantio da safra seguinte,

realizando novas adaptações e estratégias para manterem minimamente a produção, consumo e comercialização dos alimentos, sem que elas passassem novamente por tamanhos prejuízos.⁴

No Brasil, o período de 2016 a 2022 foi de grandes desafios para a população brasileira e a pandemia COVID-19, nos últimos dois anos (2020 a 2022), acirrou e evidenciou ainda mais as mazelas e as fragilidades que a classe trabalhadora e as pessoas mais vulneráveis vivenciam. O golpe de Estado ocorrido em 2016, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff² eleita democraticamente, desencadeou uma série de violações e retiradas de direitos já conquistados pela população brasileira. Extinção e/ou inviabilizações de políticas públicas e fragilização de instituições democráticas também foram ações protagonizadas por decisões políticas iniciadas no governo do ex-presidente Michel Temer (2016 a 2018) e acentuada na gestão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022), que liderou um governo neoliberal e de extrema-direita com diversas ações direcionadas em benefício próprio e para atender aos seus apoiadores/as, as classes mais abastadas e aos interesses do capital financeiro nacional e internacional com medidas econômicas e políticas e de retrocesso ambiental que os favoreceram.

Os direitos sociais conquistados foram alterados em diversos âmbitos, sejam em leis, programas, projetos, políticas entre eles: modificações na política de seguridade social: saúde, previdência e assistência social com a aprovação da reforma trabalhista, precarizando as relações de trabalho; a aprovação da Emenda Constitucional 95 que congela os gastos do governo por 20 anos nas áreas de saúde e educação; a extinção do Ministério do

² Dilma Vana Rousseff é economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores e foi a primeira mulher a presidir o Estado Brasileiro. Exerceu o primeiro mandato no período de 2010-2014, sendo reeleita para o segundo mandato (2015-2018) ficando até agosto de 2016 quando em agosto daquele ano sofreu um processo de *impeachment*, realizado pelo Congresso brasileiro que a acusou de realizar “pedaladas fiscais” (operações no orçamento público realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação). Em 2022, a justiça brasileira por meio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região inocentou a ex-presidenta Dilma das acusações feitas contra ela e que foram usadas como justificativa para destitui-la do cargo.

Desenvolvimento Agrário e, com isso, desestruturação de todas as políticas e programas voltados à agricultura familiar brasileira; a extinção de diversos Conselhos sociais, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, retirando da sociedade civil a participação na construção e monitoramento das políticas públicas voltadas principalmente para a superação da fome e da pobreza no país, são alguns dos exemplos destes retrocessos ao país.

Outros desafios vivenciados pela população referem-se ao aumento abusivo nos preços dos alimentos e de outros bens e serviços, o alto índice de desemprego, o aumento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, ampliação da pobreza, da miséria, da fome e da insegurança alimentar e nutricional no país. Soma-se a isso a negligência, o negacionismo, a apatia e uma série de crimes cometidos contra a democracia por parte de gestores públicos liderados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, produzindo violências de todos os tipos, mais vulnerabilidades e iniquidades, tanto na cidade quanto no campo.^{5,6}

A pandemia COVID-19 trouxe consigo uma grave crise sanitária, com fragilidades à saúde humana em proporções gigantescas. Ela também aflorou outras crises de cunho econômico, social e político, que gerou ainda mais desigualdades sociais, raciais e de gênero deixou a população mais vulnerável à mercê do vírus e da própria sorte. O Brasil registrou, em novembro de 2022, mais de 34 milhões pessoas contaminadas e cerca de 688 mil mortes³ por COVID-19 e suas variantes. A crise sanitária global causada pela pandemia, representa um grande desafio à saúde pública na atualidade, com impactos em diversas dimensões e setores da sociedade. As áreas da saúde, da agricultura e o setor de alimentos foram muito afetados, gerando conseqüências significativas para todos e todas, especialmente às pessoas mais vulnerabilizadas (ICICT/FIOCRUZ, 2022).

Milhares de famílias sofreram e ainda sofrem com a perda de parentes atingidos pela COVID-19. Estudos apontam que outros acometimentos à saúde foram surgindo ou

³ Conforme dados do MonitoraCovid-19, do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). Dados acessados em <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/> em 09/12/2022.

aumentando no contexto da pandemia, como por exemplo, a saúde mental gerada pelas mudanças bruscas nas rotinas das pessoas, o medo e as incertezas, gerando diversos impactos na vida social. Gondim (2020) destaca que, “pela primeira vez, as pessoas no mundo todo perceberam o frágil equilíbrio em que estão imersos e a importância e o valor que deve ser dado aos sistemas universais de saúde e políticas públicas sustentadas pelo Estado, para assegurar segurança sanitária, alimentar e de bem-estar social”.⁷

No início da pandemia, quando pouco se sabia sobre o vírus, as primeiras medidas adotadas por autoridades em todo mundo, foram: o fechamento e interrupções de todas as atividades não essenciais, o isolamento social e o uso de máscaras como medidas protetivas, sendo considerada por especialistas a mais efetiva no controle da pandemia, muito embora tenha alvo de críticas e resistências de muitas pessoas, inclusive de autoridades governamentais. No Brasil, a pandemia COVID-19 expôs também outras “mazelas epidêmicas (dengue, chikungunya, zika) e a grave vulnerabilidade socioambiental que vive uma parcela significativa no país”, mostrando quão vulneráveis são as condições de acesso a bens e serviços essenciais.⁷

A crise do novo Coronavírus e a pandemia como metáfora desnudaram desigualdades estruturais e históricas de luta de classes, determinadas pela distribuição desigual da riqueza material da sociedade, pelo colonialismo e pelo patriarcado, que, ao longo de séculos, forjaram invisibilidades e segregações demográfica-territorial (pobres, negros, mulheres, LGBTQIA+, índios, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, idosos).⁷

Moura *et al.* (2020) reforça dizendo:

[..] a pandemia ampliou as desigualdades sociais, raciais e de gênero já existentes, comprometendo ainda mais a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a concretização da segurança alimentar e nutricional, especialmente entre os mais vulneráveis. [...] A pandemia afeta a oferta e demanda de alimentos, reduz o poder de compra e a capacidade de produzir e distribuir alimentos, afetando especialmente os mais vulneráveis.⁸

A ciência não tem medido esforços para conhecer melhor o comportamento e a ação do vírus causador da doença, produzindo vacinas que foram disponibilizadas aos países para conter o avanço do vírus junto com as outras medidas restritivas e proteção. No Brasil, as vacinas aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estão sendo aplicadas na população a fim de imunizar as pessoas e minimizar a transmissão do SARS-CoV-2. Os dados do Dados do MonitoraCOVID-19 revelam que 83,98 % da população já foi vacinada com, pelo menos, uma dose e que 78,93% foram imunizados com esquema primário completo

(segunda dose). No entanto, a estagnação e a desigualdade na cobertura vacinal no país tem apresentado riscos no combate ao vírus que se mantém vivo, e por meio de suas variantes continua circulando e amedrontando a saúde pública mundialmente com novas reinfecções ⁹.

No contexto pandêmico, as questões ambientais e o sistema alimentar têm chamado a atenção de diversos pesquisadores/as, intelectuais, movimentos sociais em todo mundo. O domínio do sistema alimentar mundial por grandes corporações tem gerado ainda mais desigualdades, fome e destruição do planeta, visto que o intuito destas é a acumulação de riquezas e a manutenção de privilégios de seus representantes. A FAO⁴ destaca que para se prevenir de uma emergência alimentar e atenuar os efeitos da pandemia, é preciso proteger as populações mais vulneráveis, dando a elas condições de acesso à alimentação, trabalhando com os diversos determinantes sociais. É preciso manter as cadeias globais de abastecimento de alimentos ativas, protegendo e aumentando ao máximo a produção de alimentos, no entanto se faz necessário a reconstrução dos sistemas alimentares, de modo que sejam mais resilientes, descentralizados, sustentáveis, possibilitando condições para que a vida no planeta, com todos os seus seres, continue existindo entre elas a vida dos seres humanos.^{10,11}

⁴ <http://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/covid19-y-sistemas-alimentarios/es/>

A conjuntura vivenciada pela população brasileira nos últimos seis anos (2016 a 2022) são de muitos desafios. As inúmeras decisões políticas que foram tomadas na contramão das necessidades da maioria da população brasileira, beneficiando apenas grupos privilegiados do país dentro de um projeto político conservador e ultraliberal. O Estado, que tem a obrigação de garantir os direitos básicos de alimentação, educação, saúde, moradia, previdência social, segurança, assistência entre outros, não cumpriu seu papel e desenvolveu uma série de medidas econômicas e políticas, a partir de concepções ideológicas, retirando direitos garantidos por leis e inviabilizando programas e políticas públicas já implementadas especialmente durante os dois governos de Lula e primeiro mandato da Dilma, resultados também de conquistas das lutas sociais, onde caminhos eram construídos para a superação da fome e da pobreza no país.¹²

O interesse público ficou enfraquecido e limitado com poucos investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social e desencadeando uma série de problemas de cunho social, político e econômico, como inflação e desemprego em alta; extinção e cortes orçamentários drásticos em programas e políticas públicas; diminuição dos direitos sociais com novas regras nas legislações trabalhistas e previdenciárias e na política de valorização do salário-mínimo. São algumas dessas medidas que fizeram o Brasil retornar ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), como constatarem várias pesquisas e também os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar-POF 2017-2018, onde mostraram o aumento progressivo de famílias em insegurança alimentar, uma marca triste ao nosso país, que até a pouco anos atrás (2014) tínhamos superado essa mancha na história do povo brasileiro ¹⁰.

A agricultura familiar e camponesa no Brasil sofreu nos últimos anos cortes drásticos e redução orçamentária nas políticas públicas voltadas para este setor. Em 2020, com a chegada da pandemia do COVID-19 o agravamento foi maior. Centenas de agricultores e agricultoras ainda tentam se recuperar dos prejuízos com produção e canais de comercialização que foram perdidos no período pandêmico e exigindo das famílias rurais novos planejamentos

e inovações para manter suas atividades produtivas, tendo em vista que o apoio governamental vos faltou no momento de muita necessidade dessas famílias.⁴

A alimentação é fundamental para a saúde humana. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é conceituada como o “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade”. Mas em que medida a produção e o consumo de alimento atualmente tem promovido saúde? Quais os aspectos envolvidos na alimentação que chega ao prato das pessoas? Refletir sobre algumas dessas questões são necessárias e fundamentais para o entendimento sobre as condições de vida e saúde no contexto atual.

Em meio a essa cruel realidade, com suas crises e contradições, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais continuam lutando, resistindo e se contrapondo a esse modelo de desenvolvimento em vigor que explora e exclui. Seja na cidade ou no campo, há diversas experiências que constroem nos territórios respostas adaptadas às suas realidades, baseando-se em valores, como solidariedade, justiça social, sustentabilidade. As experiências camponesas mostram o quão as corporações não conseguem tirar do povo sua capacidade de luta, resistência, resiliência, de quem preza pelo bem viver da coletividade e se contrapõe a este sistema opressor e desigual.

Tomando como referência os desafios enfrentados pela agricultura camponesa e familiar, as crises política, econômica e social, as tensões políticas e a fragilidade democrática vivenciadas no Brasil influenciam no aumento da desigualdade social, da fome, especialmente junto às populações mais vulnerabilizadas, dentre elas as do campo, algumas questões foram aqui levantadas no intuito de entender, quais as estratégias adotadas pelos/as os/as agricultores/as familiares de base agroecológica e que os/as tornam mais resistentes e resilientes. O que os/as levam a permanecerem como agricultores/as, em meio a tantos infortúnios, como: a dificuldade no acesso à terra e no acesso à água; a estiagem e mudanças

climáticas cada vez mais intensas; a redução e violações de seus direitos, os cortes de políticas públicas para o meio rural e mais recentemente a pandemia.

Esta pesquisa também foi motivada pela necessidade de compreender como os/as agricultores/as familiares que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará têm enfrentado os desafios impostos pelos impérios alimentares, bem como pelas crises sanitária, ambiental, econômica e social, identificando os fatores de resiliência relacionados à saúde, à soberania e à segurança alimentar e nutricional de suas famílias.

O objetivo geral deste estudo foi analisar as estratégias de resistência e resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará no contexto da pandemia COVID-19. O atendimento ao objetivo geral se deu por meio dos seguintes objetivos específicos: descrever o perfil socioeconômico e cultural das famílias da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central cearense; identificar o nível de (in)segurança alimentar e nutricional das famílias; compreender as repercussões da pandemia COVID-19 na produção agroecológica para o autoconsumo e a comercialização solidária; caracterizar a contribuição da produção agroecológica na promoção da saúde e na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias agricultoras agroecológicas e identificar as estratégias de resiliência das famílias agricultoras agroecológicas da Rede de Agricultores/as Agroecológico/as do Sertão Central.

Para tornar claro o objetivo e o contexto do problema desta pesquisa se fizeram necessário, de antemão, realizar um panorama geral a partir do marco referencial com pressupostos e reflexões de autoras e autores sobre os diversos temas que permeiam este estudo, dentre eles: sobre o agronegócio e os impérios alimentares que na sua lógica de acumulação e destruição dos bens comuns têm gerado, cada vez mais, desigualdades, pandemias, fome e destruição da natureza. Em contraponto a esse modelo destruidor, traz-se também elementos

sobre a agricultura camponesa e familiar, os sistemas alimentares locais, a agroecologia, a convivência com o semiárido, a economia solidária, que se movimentam através das diversas experiências familiares e coletivas, além das organizações de apoio ao campo que buscam construir um modelo de desenvolvimento territorializado e que seja inclusivo, sustentável, responsável, justo. O protagonismo das mulheres, como sujeitos políticos, e sua importância para a agroecologia e para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional também são trazidos no referencial no primeiro capítulo deste trabalho.

Traz também reflexões sobre a pandemia COVID-19 e o quão tem sido nociva às pessoas e tem revelado as mazelas históricas de exclusão social que o Brasil vive historicamente e que a crise sanitária deixou ainda mais evidente. Segue ainda as reflexões teóricas do conceito de percepção e representações sociais, que dão base metodológica à pesquisa no intuito de compreender a forma como as famílias agricultoras interpretam seu cotidiano e são resistentes e resilientes, além de mostrar a importância dos territórios saudáveis e sustentáveis, como condições importantes e necessárias para a construção do bem viver no campo.

O segundo capítulo mostra o percurso metodológico adotado no trabalho que tem natureza descritiva e analítica e se utilizou de técnicas como a aplicação de questionários para se fazer a caracterização socioeconômica e identificar o nível de (in)segurança alimentar das famílias da Rede utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), um método de medição direta da insegurança alimentar, já validado no país e utilizado em várias pesquisas do gênero¹³. Além disso, o trabalho foi complementado com as narrativas extraídas da oficina com grupo focal formado por mulheres agricultoras que integram a Rede no município de Quixadá, buscando aprofundar, por meio da representação social, o conhecimento relativo à produção, ao autoconsumo, à comercialização e às estratégias de resiliência, tendo as informações complementadas pelas anotações feitas no diário de campo.

O terceiro capítulo aborda os principais resultados da pesquisa com destaque para o debate teórico aportado nas representações sociais construídas e que guiam a realidade de vida das famílias e nos ajuda a analisar as categorias definidas neste trabalho: o medo, o empoderamento e o orgulho feminino, trazendo a potência do trabalho e da experiência das mulheres na Rede e as categorias secundárias: ameaça geracional com a dissolução das juventudes no rural, a resistência e a resiliência das famílias da Rede. Dessa maneira, o capítulo visa responder aos objetivos específicos da pesquisa com elementos relacionados ao perfil do público, às condições de segurança alimentar das famílias que compõem a rede, à contribuição da agroecologia na promoção da saúde e da soberania alimentar. Na sequência são apresentadas as considerações finais, seguida pelas referências e os apêndices com produtos da pesquisa.

3. MARCO REFERENCIAL

O debate da promoção de saúde, a partir do consumo de alimentos saudáveis e da produção de alimentos agroecológicos, vem ganhando espaço na saúde coletiva estimulado por diversos profissionais de saúde e outros afins, interessados/as pela temática e/ou engajados/as em ações e movimentos agroecológicos, preconizando o consumo de alimentos agroecológicos associados a outras modalidades como forma de alcançar estilos de vida mais saudáveis e garantir saúde.

O Direito dos povos em definir suas políticas e práticas alimentares, pelo valor do protagonismo do campesinato, da importância da reforma agrária, do apoio aos mercados locais, e do respeito às tradições alimentares de sistema agroalimentar territorializado, integram os elementos do conceito de Soberania Alimentar criado e defendido pela Via Campesina na Cúpula Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma pela FAO que afirma:

A Soberania Alimentar é um direito fundamental de todos os povos, nações e Estados para controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a cada um, alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isto inclui o direito dos povos a definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto ao nível local como internacional.¹⁴

Para se alcançar a Soberania Alimentar presume-se que haja novas relações sociais, livres das determinações do capital, tendo acesso aos meios de produção e aos bens comuns (água, terra, sementes e à biodiversidade), garantindo autonomia para quem produz e quem o consome.¹⁵

Em 2004, a cidade de Olinda/PE acolheu um coletivo de pessoas da sociedade civil e do poder público em um importante debate para a sociedade brasileira com a realização da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, e na ocasião foi discutido e definido o conceito de SAN, sendo referendado e explicitado na Lei nº 11.346/2006 em seu artigo 3º com a seguinte descrição:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.¹⁶

Este conceito traz para o debate aspectos extremamente importantes e necessários para a consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e para se alcançar a SAN, sendo fundamental a ação do Estado através de programas e políticas públicas e que dê a população a garantia e acesso ao direito constitucional.

O DHAA é um direito fundamental e indispensável para a sobrevivência de toda pessoa a estar livre da fome e prerequisite para a realização de outros direitos humanos (saúde, moradia, terra, educação, água, etc.). A consecução deste Direito requer o respeito à soberania que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos. A alimentação adequada incorpora dimensões sociais, econômicas, políticas, tais como a cultura, o gênero, a etnia, a biodiversidade, dentre outras.¹⁵

No Brasil, a busca para fortalecer a Segurança Alimentar e Nutricional como um Direito humano fundamental, significou, ao longo de vários anos, esforços para superar a fome e a pobreza, além de abrir possibilidades para que qualquer brasileiro/a que se sentisse privado desse direito pudesse cobrá-lo por meio de espaços de participação social.

Ao longo dos anos de 2003 a 2015, a partir de uma ação articulada e mobilizada com a participação da sociedade civil que pautou o governo, desencadeando em diversos esforços e iniciativas, na implementação de políticas e programas no intuito de promover o acesso ao DHAA, a SAN e com isso possibilitaram ao Brasil sair do Mapa da Fome em 2014. No entanto, nos últimos seis anos (2018 a 2022), o Brasil vivenciou cenários de retrocessos e extinção de vários programas e inviabilização de políticas públicas, dentre elas a de SAN, e

também os espaços de participação políticas da sociedade⁵, deixando o povo brasileiro em situação de fragilização social, desencadeia aumento na insegurança alimentar e nutricional, e retorno do País ao Mapa da Fome.

Azevedo, Correa e Ferreira (2009) destacam que a “Insegurança Alimentar (I.A.) é a negação do DHAA e pode-se apresentar em diferentes níveis, sendo a desnutrição uma consequência de seus níveis mais avançados”. No estágio mais severo, os indivíduos são limitados e comprometem, de maneira irreversível, o desenvolvimento mental, físico e social. Os graus de insegurança alimentar variam desde preocupação e angústia pela incerteza de usufruir seguidamente de comida até a falta de alimento.^{17,18}

Pesquisas recentes apontam a rapidez e o agravamento da fome e da insegurança alimentar no país durante o período da pandemia. De acordo com a Rede PENSSAN, que realizou investigação sobre o tema no final de 2020 e início de 2022 e que estão consolidados em três documentos – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19⁶ (VIGISAN I e II e Suplemento I Insegurança Alimentar nos estados), as condições de insegurança alimentar da população brasileira e os resultados são assustadores. O primeiro inquérito realizado no final do primeiro ano da pandemia (2020) identificou que menos da metade da população brasileira estava em situação de segurança alimentar (44%), sendo que 55,2% das pessoas estavam em insegurança alimentar. Destes, cerca de 19 milhões (9% dos entrevistados/as) de brasileiros/as enfrentavam a pior condição que o ser humano pode

⁵ Como é o caso da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, realizado pelo atual presidente por meio da medida provisória N° 870 de 1º de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em: 01/01/2019 | Seção: 1 - Edição Especial | Página: 1-13 publicada no Diário Oficial em seu primeiro dia de governo. Mesmo com a mobilização da sociedade civil para continuidade do CONSEA, o presidente vetou e em sessão no Congresso Nacional em 24 de setembro, deputados e senadores apoiaram o veto do presidente Jair Bolsonaro, impedindo a recriação do Conselho Nacional.

⁶ O projeto VIGISAN, coordenado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN, realizou o inquérito nacional com uma amostra probabilística de 2.180 domicílios urbanos e rurais, das cinco grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e a localização dos domicílios (áreas urbanas e rurais). As informações coletadas por meio de entrevistas face a face, sendo medidas através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em sua versão de oito itens, no período de 05 a 24 de dezembro de 2020. Maiores informações no documento completo no site: [OLHE PARA A FOME](#)

passar, a condição de não ter o que comer. Já o segundo Inquérito, realizado entre novembro 2021 e abril 2022, um ano após o primeiro Inquérito, mostrou um grave aumento das pessoas em situação de fome, chegando aos números de mais 33 milhões de brasileiros/as nesta condição. Em um ano, a insegurança alimentar grave atingiu 14 milhões de novos famintos no país, que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, passando de 9% no último trimestre de 2020, para 15,5% no primeiro trimestre de 2022.⁵

Ao fazer o recorte específico de gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia, os dados do Inquérito são mais acentuados nas famílias que são chefiadas por mulheres, que se declaram parda ou preta, em baixa escolaridade. Quando residem no meio rural e também sofrem com insegurança hídrica, a situação de fome é ainda mais grave. Em 2020, 12% de pessoas com insegurança alimentar grave residiam no meio rural, sendo que em 2022 este número passou para 18,6%.⁵

A fome é uma condição perversa, indigna, que retira das pessoas que estão nesta condição sua capacidade física e mental. É execrável, cruel e desumano saber que no Brasil, um país com tantas riquezas naturais e considerado um dos maiores produtores de alimentos no mundo, tem tanta gente passando fome. Como também é muito triste saber que a maioria das pessoas não consegue compreender as verdadeiras razões que geram esta mazela.

As condições de vida da maioria das famílias brasileiras foram enfraquecendo com o aumento do desemprego, alto índice da inflação, preços dos combustíveis e dos alimentos nas alturas, fortalecidos pelo conjunto de medidas adotadas nos últimos anos pelos poderes executivo e legislativo, como a aprovação do Teto de Gastos, em 2016, e as Reformas Trabalhista e da Previdência e reforçadas pelo contexto da pandemia já instalada desde o início de 2020 e aumentada com as novas ondas e variantes do patógeno.

O projeto de desenvolvimento protagonizado por grandes corporações transnacionais, ligadas aos setores do agronegócio, mineração, indústria química, redes

varejistas e supermercados, alinhadas a investidores estrangeiros, especuladores, com alto poder econômico e político têm dominado o sistema agroalimentar e trabalham na lógica do alimento como mercadoria, as chamadas *commodities*, produzidos em larga escala, voltados ao mercado externo, com interesses puramente comerciais para alta geração de lucros para quem dele faz parte. Infelizmente, este modelo de desenvolvimento tem apoio de governos e partidos políticos, que proporcionam altos subsídios e retaguarda política a estas corporações transnacionais.¹⁰

Essas corporações são protagonistas de um modelo de desenvolvimento excludente, monopolizador, nocivo, que provoca desigualdades sociais, econômicas e têm gerado diversos problemas à saúde humana, com aumento expressivo de doenças e iniquidades, afetando a população em todo o mundo. Ademais, é um modelo extremamente danoso à natureza com alto poder de destruição dos bens comuns.

Suas bases, com destaque ao agronegócio, são alicerçadas no Brasil na segunda metade do século XX no contexto da Revolução Verde, que preconizou a implantação de novas técnicas agrícolas a partir do investimento na mecanização do campo, na utilização de agrotóxicos e na abordagem de pesquisas que proporcionaram a constituição de sementes híbridas. Inicia-se assim uma outra lógica de fazer agricultura, de modo intensivo, voltada à acumulação de renda, como afirma o autor Fernandes, “a revolução verde ativada pelo agronegócio separou a comida da cultura e vinculou ao negócio”.¹⁹

É a partir da década de 1980, com a implantação das políticas neoliberais e da expansão do capital no campo, que o agronegócio instaura um novo modo de produção centrado, principalmente, na produção das *commodities* para o mercado internacional. Com forte apoio do Estado, partidos políticos e do capital financeiro e com alta tecnologia e se expande no Brasil, alcançando o *ranking* de maior consumidor de agrotóxicos desde 2008 e causando muitos problemas na saúde humana.²⁰

Os agrotóxicos constituem hoje um importante problema de saúde pública, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, no combate às endemias e outros setores, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados.²⁰

O agronegócio esbanja poder e exerce grande influência política e econômica em diversos setores da sociedade, mostrando-se como “agricultura viável” para a vida das pessoas, investindo alto em comunicação e *marketing* com o desenvolvimento de campanhas publicitárias milionárias – “agro é tec, agro é tudo”⁷, manipulando a opinião pública e incutindo no imaginário da população uma visão distorcida de que o que é produzido pelo agronegócio é o melhor para o Brasil e para o mundo, o que na verdade é um modelo de produção explorador, individualista, destruidor dos recursos naturais, expropriando povos e comunidades tradicionais, que se apropria de grandes extensões de terra, que tem o intuito de atender à produção de *commodities* agrícolas para o mercado exterior de produção de matéria-prima para ração animal e alimentos ultraprocessados, tendo como seu principal interesse acumular lucros e não o de alimentar as pessoas como propagandeiam.⁶

A ação articulada dessas corporações transnacionais tem gerado sérios problemas à saúde pública, provocando o que os cientistas chamam de sindemia global⁸, uma combinação das pandemias da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Ao agirem juntas e

⁷ Uma campanha intitulada de “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” é uma propaganda do agronegócio, já desde 2016 e circula nos canais de televisão da Rede Globo, tendo como propósito único o de defender os interesses de um setor político-econômico brasileiro do qual diretores do grupo fazem parte. Com o mote “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo”. (SANTOS, SILVA e MARCIEL, 2019). file:///C:/Users/Usuarios/Downloads/10910-Texto%20do%20artigo-30967-1-10-20190305.pdf.

Conforme Telma Domingues da Silva, do site “*Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e Pós-Capitalismo*”, a propaganda retrata uma significação que afirma a agricultura como uma indústria, beneficiando cadeia produtiva do setor, latifundiários, grandes multinacionais de insumos e aparatos tecnológicos e ainda as redes de comercialização e *marketing* que explora a comunicação por meio das concessões públicas ofertadas pelo Estado para grandes empresas de rádio e televisão. <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-que-a-midia-esconde-quando-fala-o-agro-e-pop/>.

⁸ O termo sindemia vem de uma combinação entre sinergia e pandemia e foi criado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990 para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças”. O relatório da comissão The Lancet traz informações detalhadas sobre a análise de renomados cientistas sobre essa situação. Maiores informações podem ser acessadas no documento traduzido para português no seguinte link: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf

combinadas, as consequências da sindemia são inúmeras e devastadoras para a vida humana e para a natureza, em especial junto às populações mais vulneráveis.

Os impérios alimentares emergem da “interação entre a industrialização da agricultura (modo empresarial e capitalista), a introdução do mercado global e a reestruturação da indústria de processamento, de grandes empresas de comercialização e supermercados”. Estão exercendo, mundialmente, um monopólio crescente no sistema alimentar que envolve as diversas etapas da produção, processamento, distribuição e o consumo de alimentos. A junção desses três processos têm determinado aos alimentos uma representação meramente capitalista, com fins e interesses unicamente de maiores ganhos de grandes corporações e não de alimentar as pessoas.²¹

O sistema agroalimentar dominante caracteriza-se por ser intensivo, com a exploração massiva dos bens comuns disponíveis pela natureza a toda a humanidade (terra, água, sementes, a biodiversidade em geral) e que estão sendo saqueado por estes impérios alimentares de forma insustentável, causando grandes impactos ambientais, com produção em grandes escalas, investimentos altos em tecnologia e mecanização, sementes modificadas, utilização de agrotóxicos para dar conta do modo de produção estabelecido por eles e centralizadas na monocultura em grandes extensões de terra.²²

A produção mundial de alimentos dentro deste sistema agrícola é baseada na organização dos fluxos de mercadorias em escala global e de modo simultâneo, chamado por Ploeg (2009, p. 23) de “deslocalização de grandes sistemas agrícolas”. Nesse sistema, as culturas alimentares historicamente produzidas em certas regiões são deslocadas para outras regiões, e passam a produzi-las em modo diferente com fins comerciais. Com investimentos em mecanização e tecnologias, insumos artificiais em total desconexão da agricultura com a natureza, como destaca o autor:

O mercado agrícola e alimentar liberalizado tornou-se uma arena na qual diferentes grupos do agronegócio passaram a disputar posição hegemônica. Por meio de uma série acelerada de apropriações, que foram facilitadas pela oferta praticamente ilimitada de crédito do mercado de capitais, os novos impérios alimentares foram construídos de forma a controlar crescentemente amplos segmentos da produção, processamento, distribuição e consumo globais de alimentos.²¹

Além da deslocalização citada por Ploeg (2009), a autora Vivas faz destaque dos quilômetros percorridos pelos alimentos, alertando que os “donos” desse sistema movem a produção de alimentos para outros lugares, independentemente da distância e com mais dependência de combustíveis fósseis para alimentar as máquinas e meios de transportes.²²

A autora alerta também que em alguns destes lugares não fazem parte da sua cultura produzir certo tipo de alimento, entretanto, os impérios alimentares identificam possíveis condições climáticas adequadas para produzir, legislações flexíveis, mão de obra barata, tudo que o agronegócio precisa para explorar mais e gerar muito lucro. Ao fazer essas escolhas, este modelo de produção interfere nas condições naturais, nas relações sociais e culturais das populações locais, gerando mais consequências negativas ao meio ambiente, à saúde e à vida das pessoas.²²

A autora ressalta ainda que os grandes supermercados e redes varejistas entram nessa disputa e exercem grande poder nesse sistema, interferindo diretamente no preço a pagar aos/às agricultores/as e aos/às consumidores/as, que pagam esses custos embutidos nos preços dos alimentos.

Os impérios alimentares detêm considerável monopólio de poder: está se tornando cada vez mais difícil, senão impossível, para os agricultores venderem seus produtos e para os consumidores comprarem sua comida independentemente dos circuitos controlados por eles.²¹

Esse formato de globalização alimentar que converteu os alimentos em um negócio, favorece o agronegócio e os supermercados, impondo uma padronização da alimentação, menor variedade alimentar, destrói ou vulnerabiliza as comunidades camponesas, os/as agricultores/as, os povos e as comunidades tradicionais, que realmente se preocupam em

trabalhar a terra e produzir alimentos de verdade. A lógica capitalista na qual o alimento está inserido é a mesma que produz as desigualdades econômicas e sociais e promove a ingestão mundial de alimentos com poucas variedades de culturas, com menor diversidade. Essa situação favorece o desaparecimento de sabores, de nutrientes das plantas e de saberes tradicionais, conhecimentos gastronômicos, além de ameaçar a segurança alimentar e nutricional das populações.²²

Desse modo, favorece também o desequilíbrio ambiental e provoca a saída de agentes patogênicos, como vírus e bactérias, dos espaços naturais, como destacam os autores Altieri e Nicholls (2020): “a agricultura conduzida pelo capital que substitui as ecologias mais naturais oferece os meios exatos pelos quais os patógenos podem desenvolver os fenótipos mais virulentos e infecciosos.”²³

Assim, repensar este modelo é um grande desafio e uma urgência de toda ordem. Faz-se necessário uma ação conjunta e articulada entre diversos atores (sociedade civil organizada e governos) trabalhando na mitigação desses problemas e realizando ações estratégicas e planejadas de modo a garantir uma vida mais justa, saudável e sustentável para a manutenção da vida para as próximas gerações. Continuar dessa forma é referendar que a vida no planeta não terá mais condições de existir.²³

3.1 AGRICULTURA CAMPONESA E FAMILIAR E AGROECOLOGIA

Os sistemas alimentares locais protagonizados pelas populações do campo, das florestas e das águas em todo o mundo resistem e agem em contraponto a este modelo convencional. São camponeses/as, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares agroecológicos/as que têm desenvolvido formas mais resilientes e sustentáveis de manejar os recursos naturais e gerar outras condições para se produzir alimentos e consumir a exemplo da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Território do Sertão Central, sujeitos desta

pesquisa. Aqui perpassa pelo entendimento de manter a natureza viva, porque reconhecem sua importância e sabem o quão dela precisam.

A agricultura é uma das práticas mais antigas da humanidade e tem um papel econômico, político e social muito importante na garantia da alimentação humana. Nos últimos anos, a agricultura camponesa e familiar tem despertado em vários pesquisadores/as o interesse em entender seu papel e importância para o desenvolvimento do país.

As principais características da agricultura camponesa e familiar estão relacionadas a terra, ao trabalho e à família que exercem formas de viver e realizar tarefas no campo que lhes são próprias culturalmente. De modo geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, de caráter familiar, seja na finalidade da atividade produtiva para atender às necessidades da família, seja no modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros.²⁴

Outrossim, a relação com a natureza dentro do modo de vida camponesa é mais equilibrada, sendo que a produção agrícola tem como principal finalidade a produção de alimentos para reprodução e manutenção de sua família, e o excedente da produção é comercializado em circuitos curtos localizados nas comunidades, onde vivem e participam da dinâmica comunitária e também no território.

A autora Passos (2017) define família como a “unidade de pessoas integradas pela possibilidade de manifestação de afeto através da convivência, publicidade e estabilidade de relações intersubjetivas”. Seja por meio de ligações biológicas, ancestrais, legais ou afetivas, vivendo ou não no mesmo espaço, a família tem pessoas unidas por múltiplos laços capazes de manter seus membros moralmente, materialmente e de modo recíproco durante uma vida e durante as gerações; além do que, uma família tanto influencia quanto é influenciada por outras pessoas e instituições.²⁵

No caso desta pesquisa, as famílias aqui referidas são as que compõem os núcleos de agricultores/as familiares e assentados/as de reforma agrária que vivem em áreas rurais no estado do Ceará.

O Dossiê Estatístico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (1996), entende a Agricultura Familiar a partir de três características centrais: 1. A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; 2. A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, 3. A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Normalmente, o trabalho na agricultura camponesa e familiar é desenvolvido pelos membros da família, em alguns casos com complementação de mão de obra contratada, sendo inclusive referência na empregabilidade no campo, no cultivo da sua produção em pequenas porções de terra, abastecimento do mercado interno, a preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos.²⁶

Schneider (2016) acrescenta que os/as agricultores/as camponeses e familiares se caracterizam “por uma forma social específica de trabalho e produção, situada em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os meios de produção.

Dessa maneira, a questão agrária no Brasil sempre foi um desafio para os povos do campo. Desde o Período Colonial, as famílias camponesas enfrentam problemas relacionados à estrutura fundiária e ao modo de produção agrícola e para essas famílias, o território é fundamental para sua existência e reprodução social. A reforma agrária, em nosso país, embora tenha acontecido em muitos lugares nas décadas de 70 e 80 especialmente, não supriu a

demanda por terra das famílias camponesas, que até hoje sofrem por não possuírem terra suficiente para desenvolver seus plantios e viver com dignidade. No Brasil, a concentração de terra é muito grande, atribuindo grandes extensões de terras a poucas pessoas. Associado a este grave problema, muitas famílias rurais que vivem na região semiárida também sofrem com a escassez hídrica. Sem-terra e sem água, as famílias camponesas não têm como plantar, produzir, se alimentar.²⁷

Os autores Noronha e Fálcon destacam que o Brasil possui uma área agricultável muito grande, sendo o quinto país em extensão territorial do mundo. No entanto, a disputa territorial é estabelecida entre dois modelos de agricultura: o agronegócio patronal, que se apropria de grandes extensões de terra, não prioriza alimentar o mercado interno, e integra o mercado internacional de *commodities* controlado pelo capital; além de causar imensos impactos ao meio ambiente e outras iniquidades sociais.²⁸

Por outro lado, os/as camponeses/as e a agricultura familiar, grupos sociais originários das mais diversas formas e denominações (colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos, etc.), assentados/as da reforma agrária, povos indígenas e comunidades tradicionais, tem outro modo de vida e estão integradas a comunidades, com sua cultura, história, relacionamentos e dinâmicas sociais. Lidam com a terra de outra forma. Observam a natureza, experimentam, fazem adaptações; montam estratégias, diversificam. Produzem alimentos e estes estão voltados especialmente à subsistência familiar e para o mercado interno.²⁸⁻³⁰

De acordo com o censo agropecuário 2017 publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando cerca de 80,9 milhões de hectares e abrange 2/3 dos ocupados no campo. A grande maioria dos/as agricultores/as familiares estão concentrados na região Nordeste do país com 47% do total, representando aí quase a metade dos agricultores familiares do Brasil.³

Destaca-se aqui que cerca de 20% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são geridos por mulheres. Ao comparar os dados com a publicação do censo de 2006, visualiza-se que houve um crescimento de mais de 38% dos estabelecimentos agropecuários que são geridos por mulheres (IBGE, 2017). Esses dados mostram o papel significativo que as mulheres têm na produção e no abastecimento de alimentos em nosso país, muito embora a gestão destes estabelecimentos ainda esteja concentrada nos homens, reforçando a lógica patriarcal predominante na maioria dos lares rurais.

O trabalho na agricultura camponesa e familiar é desenvolvido na maior parte com mão de obra da própria família, prioritariamente a satisfação das necessidades internas da propriedade e do grupo doméstico (composto pelos membros da família) e o excedente é comercializado em nível local e territorial, alimentando os circuitos curtos e atendendo às demandas locais. Conforme o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar abrange 2/3 dos ocupados no campo. São 12.5 pessoas ocupadas a cada 100 hectares, enquanto a não familiar ocupa apenas 1.8 pessoas.³

O trabalho no agronegócio é restrito a poucas pessoas, que em geral requer mão de obra especializada e muito bem capacitada, para dar conta da alta tecnologia investida com o manuseio de grandes máquinas e desenvolver as mais modernas técnicas agrícolas. Tudo isso no intuito de alcançar os maiores rendimentos de safras e adaptar as mudanças impostas pelo mercado e por meio da economia de escala do mercado global. O pouco que o agronegócio emprega é um trabalho temporário e em condições abusivas e precárias, se eximindo das responsabilidades trabalhistas e fragilizando a organização social dos/as trabalhadores/a, como destaca o autor Kay:

Os fazendeiros capitalistas e as agroindústrias utilizam, crescentemente, o trabalho assalariado temporário para cumprir suas necessidades de trabalho, evitando fazer as contribuições para a seguridade social e outras responsabilidades para com seus trabalhadores. Torna-se, também, mais difícil para os trabalhadores se organizarem e pressionarem por direitos

trabalhistas. Empregadores de trabalho temporário não costumam emitir contratos laborais nem respeitar a legislação referente ao salário mínimo. Eles conseguem seguir com esses abusos com impunidade especialmente em áreas em que há uma abundância na oferta de trabalho, deixando os trabalhadores vulneráveis a condições de trabalho caracterizadas pela exploração.²⁷

No modelo hegemônico atual “os alimentos não são mais produzidos, eles são fabricados” e está concentrada em poucos itens, basicamente milho, soja, cana-de-açúcar, café e é voltado para a produção de *commodities* agrícolas para exportação.³⁰

Kay (2018) reforça que algumas dessas culturas, como é o caso da cana-de-açúcar são conhecidas com o que ele chama “*safras flex*” tendo múltiplos usos, como: alimento, ração animal, biocombustíveis, o que seduz investidores internacionais e grandes especuladores capitalistas que veem nessas safras oportunidades de gerar mais lucros e, em consequência, mais desejos de explorar terras, florestas e expulsar as comunidades locais que vivem nessas áreas historicamente.

A agricultura camponesa e familiar desempenha um papel de grande importância para a sociedade brasileira e mundial, visto que são os responsáveis pela maioria da produção de alimentos que é oferecida às nossas mesas, assumindo papéis importantes na construção de novos modelos de desenvolvimento rural e buscando estratégias de adaptação aos contextos de exploração e expropriação que impérios alimentares têm realizado.

Há evidências de que em muitas comunidades rurais onde predomina a produção pela agricultura camponesa e familiar, há mais diversidade de alimentos. A cultura alimentar é presente e importante. As heranças relacionadas aos conhecimentos culinários existentes estão bem presentes e são das mais variadas formas, diferentemente de regiões onde a produção de monocultivos tem predominância e os alimentos produzidos são soja, milho e trigo. Nesses locais, as pessoas têm a maioria de seus alimentos adquiridos em supermercados, visto que as famílias agricultoras que ainda moram nessas regiões são trabalhadores/as que não têm terra para plantar.²⁶

Muitas das políticas públicas voltadas para as famílias camponesas são historicamente descontinuadas, calcada numa cultura clientelista e assistencialista e frequentemente ligados aos pacotes tecnológicos da revolução verde, que além de contribuir com deterioração do meio ambiente, não são adequados à vida camponesa. Com isso, o protagonismo, a autonomia e o fortalecimento das famílias camponesas não são favorecidas, pelo contrário, provoca o desinteresse, a desorganização social, além de provocar nos/as camponeses/as e agricultores/as desconfiança e desinformação das políticas públicas.³¹

O modo de vida camponesa segue um fluxo e uma dinâmica que é muito própria a eles. As pessoas que moram no meio rural lidam com os tempos diferentes de quem vive no meio urbano e o trabalho que desempenham, em geral, é para atender às necessidades básicas de suas famílias. A população camponesa vive suscetível às variabilidades das condições climáticas e ambientais visto que estas populações dependem dos recursos naturais para sua subsistência; e quando associadas às condições socioeconômicas e políticas, as populações rurais ficam ainda mais vulneráveis. Entretanto, as famílias camponesas, de modo resiliente, vão construindo formas de se adaptar aos riscos, sejam eles climáticos ou não.

A origem do conceito de resiliência vem da física e da engenharia a partir das contribuições do autor Thomas Young, que trouxe a resiliência olhando para a “capacidade de um material receber uma energia de deformação sem sofrê-la de modo permanente”,³². Nas ciências humanas, a resiliência é compreendida, em geral, como a capacidade que as pessoas têm de se adaptar frente às adversidades sofridas por elas.^{32,33}

De acordo com Pinheiro faz referência aos outros autores, Tavares (2001) e Flach (1991), que trazem a tese da resiliência de modo institucional, dando caráter que o coletivo que dela faz parte seria resiliente e que, para isso, as instituições promovem e facilitam a resiliência de seus/suas envolvidos/as.

Os autores Taboada, Legal e Machado (2006) trazem diversas variáveis (estresse, ‘coping’, fatores de risco, fatores de proteção, vulnerabilidade), e que estão correlacionadas com o processo resiliente. Diversas destas variáveis são vivenciadas pelas famílias camponesas de modo individual (familiar) e de modo coletivo (grupos, associações e redes) e como elas têm trabalhado na construção do seu bem viver e do território que vivem e atuam.

A agroecologia se propõe a uma análise sistêmica, adotando o agroecossistema⁹ como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, trabalhar princípios, conceitos e metodologias com vistas a apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis, reconectando a cultura, a comida, a natureza, o território e as pessoas.³⁴

Na Agroecologia, o conceito de transição agroecológica é fundamental, pois ele se faz necessário uma vez que integra o próprio conceito de agroecologia, como propuseram Caporal e Costabeber:

Um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.³⁵

A Agroecologia tem se tornado referência, principalmente como expressão sociopolítica e vai além de uma abordagem econômica, envolvendo uma racionalidade em torno de todos os fenômenos que afetam o meio rural.

Quando se olha para a saúde coletiva, a forma de se alimentar traz para o debate e reflexão diversas questões, dentre elas, a contribuição que a agroecologia oferece para a promoção da saúde. Burigo e Porto (2019) reconhecem a agroecologia como uma “estratégia intersetorial de promoção da saúde, de sustentabilidade e de segurança alimentar e nutricional

⁹ O agroecossistema é uma unidade básica de gestão social na qual a coprodução entre a natureza viva e a sociedade se processa (GOMES DE ALMEIDA *et al.*, 1996).

e a aproximação com o setor saúde pode vir a enriquecer a discussão e a concepção de políticas públicas”.³⁶

Os destaques acima mostram o quanto o modo de fazer agricultura de base agroecológica é fundamental para se ter uma vida saudável. A agricultura familiar agroecológica se contrapõe ao modelo dominante, exercitando outros sistemas agroalimentares, propiciando formas mais adequadas de produzir, comercializar e consumir alimentos. Este modelo gera muitos benefícios à sociedade. Estes sistemas locais trabalham dentro da lógica de alimentar os circuitos curtos de comercialização, como é o caso das feiras agroecológicas, que têm um papel superimportante na relação de quem produz com quem consome, gerando um grau de confiança, fortalece a relação campo-cidade, movimenta a economia local entre outras vantagens, como aprofundaremos a seguir.

3.2 SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCAIS

Em contraponto à lógica excludente e destrutiva do sistema hegemônico acima mencionado, outras estruturas, como as iniciativas voltadas para Sistemas Agroalimentares Locais, vão se construindo nos territórios, perpassando pelo entendimento de que o “comer é mais do que ingerir alimentos” e está essencialmente ligado ao conceito de soberania alimentar¹⁰, em que a sociedade precisa retomar a sua autonomia em relação à alimentação.

Na construção dos sistemas agroalimentares locais, os alimentos são produzidos, processados, comercializados e consumidos por meio de diversas experiências da agricultura camponesa e da agroecologia. São desenvolvidas de modo sustentável, em equilíbrio com a

¹⁰ Soberania Alimentar - “O direito de cada nação de manter e desenvolver seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva” (VIVAS, 2017 p. 192 *apud* Desmarais, 2008), conceito definido pela Via Campesina. A autora reforça que essência da soberania alimentar está no poder e na capacidade do povo de decidir sobre sua alimentação, devolvendo aos/às agricultores/as o direito de decidir o que cultivar, como cultivar, onde cultivar, tendo acesso à terra, à água, às sementes e demais bens comuns e resgatando seus saberes e suas culturas. E a quem consome o direito e acesso às informações sobre o que se come, de que maneira foi produzido, se contém agrotóxico e transgênicos, se tem exploração do trabalho, se degrada o meio ambiente etc.

natureza, comercializadas em circuitos curtos, mais transparentes sobre sua origem e manipulação com incentivo à adoção de consumo consciente, saudável e sustentável.

Para Fornazier e Belik (2015), os sistemas agroalimentares locais atuam em outra perspectiva que os impérios alimentares. Eles reposicionam os alimentos ao seu verdadeiro propósito, que é o de alimentar as pessoas. Além de conectar quem produz e quem consome, por meio da proximidade e localidade. Esses sistemas locais promovem e fortalecem outras economias, como é o caso da economia solidária, que é pautada na solidariedade, na coletividade, na autogestão, na ajuda mútua e estabelecem relações comerciais mais justas a quem produz e a quem consome e promove soberania e segurança alimentar e nutricional.³⁷

3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MITIGAR A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, com o lançamento da estratégia do Fome Zero, pesquisadores/as propuseram ao Governo a aplicação de um instrumento para avaliar e monitorar a trajetória do impacto das políticas com a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) que já estava sendo aplicada em outros países. Com o aceite pelos gestores públicos, a EBIA passou a ser utilizada pelos Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Organização Panamericana de Saúde, incorporadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE nos anos 2004, 2009, 2013 e 2017/2018, o que permitiu classificar os níveis de comprometimento de acesso das famílias aos alimentos sendo leve, moderada e grave. A EBIA é uma escala considerada “padrão ouro” e de grande utilidade no auxílio a políticas de combate à fome, avaliando tanto a percepção das pessoas com relação aos alimentos quanto à disponibilidade de alimentos no domicílio.^{17,38}

De 2016 a 2022, a agricultura familiar enfrentou cortes e reduções orçamentárias nas políticas públicas voltadas para este setor, sendo intensificado ano após ano. Os efeitos disso foram inúmeros, e com a pandemia COVID-19 o agravamento foi ainda maior. Centenas de agricultores e agricultoras sofreram e ainda sofrem o efeito dessas decisões políticas, e se reinventam para manter suas atividades produtivas, mas a falta de apoio governamental torna essa ação inviável para as famílias.⁴

As pesquisas realizadas pela PNAD e mais recentemente as pesquisas do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil – VIGISAN e da ONU, mostraram que a insegurança alimentar no meio rural é mais significativa e prevalente do que na zona urbana. São apontadas ausência de políticas públicas de acesso à terra, água, créditos, moradia, baixa escolaridade e outros determinantes socioeconômicos insuficientes, como baixas condições de acesso à saúde e saneamento, reforçados pelo modelo de desenvolvimento explorador, concentrador e excludente elevam os níveis de pobreza no meio rural.¹³

A pandemia COVID-19 agravou a situação das famílias rurais e muitas delas tiveram perdas de produção, diante do fechamento dos espaços de comercialização da produção da agricultura camponesa e familiar e, também, por estas não terem como armazenar seus produtos e o Estado não construiu alternativas para apoiá-las. Algumas das famílias agroecológicas, organizadas em Redes, mantiveram-se minimamente realizando a comercialização de produtos por meio de feiras virtuais apoiadas por organizações da sociedade civil, como é o caso do CETRA. No entanto, isso não foi de modo fácil visto que essa ação necessita de um grande apoio em logística para sua realização, exigindo das famílias readequação do seu planejamento produtivo e na produção e adaptação em outros formatos, inclusive tecnológicos de comercialização e, assim, a garantia mínima de renda.

3.4 O TERRITÓRIO DO SERTÃO CENTRAL/CEARÁ E OS SUJEITOS QUE O COMPÕE

O autor Acosta em seus escritos no livro *O Bem Viver*, evidencia uma citação que diz: “não importa tanto as coisas que as pessoas possam produzir durante suas vidas, mas as coisas que fazem pela vida das pessoas” e reforça que a lógica do desenvolvimento deve olhar para as pessoas para o que elas demandam e necessitam de forma equitativa, o combate a excessiva concentração de riquezas e com a “construção de padrões de produção e consumo que atenda às necessidades fundamentais das pessoas harmonizadas com a natureza”. O autor considera que essas ideias estão sintonizadas à construção do Bem Viver e que é preciso fortalecer-se a partir das pessoas e dos territórios.³⁹

Um território é caracterizado por processos de apropriação, de dominação, de produção; por componentes naturais e sociais, por relações de poder e desigualdades, por contradições, diferenças, mudanças e continuidades. Em um território há construção e reconstrução de identidades simbólicas e culturais, e existem redes de circulação, de comunicação. Neste espaço, há a atuação dos agentes do capital e do Estado nas transformações históricas e na interação e relações entre natureza e sociedade. O território é resultado das territorialidades efetivadas pelos seres humanos e suas relações entre si, com o espaço e com o tempo.⁴⁰

O território onde foi realizado este estudo, está situado na região semiárida do Nordeste brasileiro, composto por nove estados federativos, dentre eles o estado do Ceará. A região semiárida possui características muito próprias, com poucas chuvas durante o ano, longos períodos de estiagem, altas temperaturas, solos rasos, baixa quantidade de água armazenada nos reservatórios, gerando redução da umidade do solo, vegetação arbustiva, florestas secas em que as folhas das árvores são perdidas durante os tempos de estiagem e em tempos de chuva rebrotam ficando tudo verde em um show de beleza da natureza. A este bioma é dado o nome de Caatinga, que significa a mata branca na língua dos povos indígenas Tupi-

Guarani. A região semiárida envolve, além do estado do Ceará, os outros 8 (oito) estados do Nordeste brasileiro e parte da região norte de Minas Gerais. A ocupação e o desenvolvimento deste território se deu com as sesmarias¹¹, construção de grandes fazendas de criação de gado, produção de algodão, marcada pelos campos de concentração de retirantes da seca, mas também, de um povo lutador, resistente, que se junta e se organiza para lutar por seus direitos.^{41,42}

O estado do Ceará tem cerca de 9 milhões de habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com uma população distribuída em 14 macrorregiões, sendo uma delas a região do Sertão Central.⁴³

Um Estado de história marcante, de povo acolhedor, de belezas naturais em abundância estampadas em suas paisagens na serra, sertão e praia, algumas conhecidas internacionalmente. Estado de grandes personalidades da arte, da cultura, da literatura, das lutas e movimentos sociais, dentre elas: Preta Tia Simoa¹², mulher negra, que no século XIX lutou pela liberdade do povo negro no Ceará, sendo uma importante liderança do movimento e teve um papel forte e atuante na “Greve dos Jangadeiros” contra o transporte de negros escravizados para a capital da província do Ceará, um fato importante para o fim da escravidão no Estado.

Entre as personalidades há também a escritora Rachel de Queiroz, que é natural de Fortaleza, mas constituiu morada e apreço pelo município de Quixadá, batizando-o como seu recanto predileto a Fazenda “Não Me deixes” a cerca de 25km da sede do município. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras e dentre suas principais obras

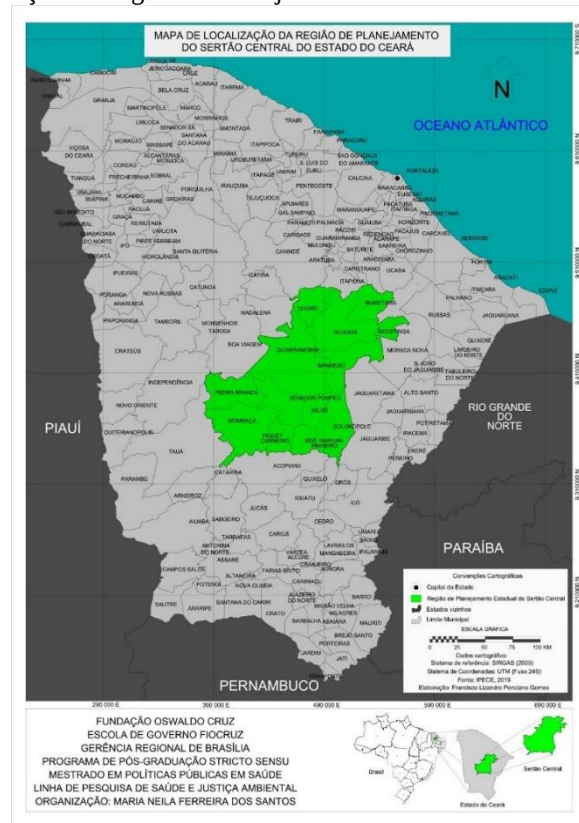
¹¹ Sesmarias – concessão de extensas doações de terra realizada pela Coroa Portuguesa durante o Período Colonial, como meio de obtenção de terras e seu título de propriedade como forma de garantir o desenvolvimento e manutenção da colônia, sendo a suspensão das concessões de terras em sesmaria, em 1822. ⁸⁷

¹² ALVES, KARLA JAQUELINE VIEIRA. Preta Tia Simoa: a desconstrução do esquecimento da mulher negra no Ceará a partir da afro-educação. In. Anais dos Artefatos da cultura negra, educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo. (Org.) Cicera Nunes; Karla Roberta Brandão de Oliveira [et al] - Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2015, p. 335-343. Disponível em: http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/docs/pdf/anais_eventos/VI-Artefatos-Cultura-Negra-2015.pdf

cita-se o romance *O Quinze*, que retrata a saga dos/as retirantes da seca de 1915. Outro cearense que fez história é Antônio Conselheiro, o líder religioso, natural do município de Quixeramobim e fundador do Arraial do Belo Monte, mais conhecido como movimento de Canudos no estado da Bahia. As três personalidades citadas têm relação direta ou indiretamente com a história do território definido para a realização desta pesquisa.

O Território do Sertão Central está localizado a cerca de 155 quilômetros da capital cearense, na região central do Estado, como podemos visualizar em destaque na imagem 1, sendo conectado até Fortaleza pela ‘rodovia do algodão’ (a CE 060). É formado por 13 municípios, sendo os municípios de Quixeramobim (1766), Mombaça (1851), Quixadá e Solonópole (1870), Pedra Branca (1871) e Senador Pompeu, os mais antigos, criados nos séculos XVIII e XIX. Os demais municípios são mais recentes, sendo o município de Choró o mais novo dentre eles, criado em 1992.⁴⁴

Figura 1. Mapa de localização da Região de Planejamento do Sertão Central do Estado do Ceará.



Fonte: IPECE 2019

Mapa elaborado por Francisco Lizandro Ponciano Gomes

De acordo com historiadores/as, o Sertão Central cearense era ocupado pelos povos indígenas das etnias Genipapo, Kanindé, Taúia e Quixaras, que foram expulsos e mortos por colonizadores que se estabeleceram na região após a instalação das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa, justificada pela necessidade de terra para pecuária. É importante destacar que este processo de ocupação teve muita resistência e luta dos povos indígenas que lá habitavam, não sendo rápida como se imaginaria, visto que a resistência indígena foi acentuada, mas, infelizmente, foram derrotados pelos colonizadores, que a partir de então passaram a ocupar as terras, construindo diversas fazendas para a criação de gado e aldeamentos organizados por padres missionários jesuítas, que auxiliaram a colonização com domesticação dos povos indígenas e catequização.^{31,45,46}

As pessoas que chegaram a essa região partiam dos estados do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, e adentraram os sertões cearenses utilizando, especialmente, os rios Jaguaribe, Banabuiú e Sitiá, fixando as fazendas em locais estratégicos, muitas vezes próximo a um curso d'água. Algumas dessas fazendas deram origem aos núcleos aldeados que, posteriormente, foram se ampliando e nascendo a partir daí os primeiros municípios, como destaca o autor Jucá Neto (2012).

O território cearense – como meio natural e base material da existência – não se apresentou nada favorável à fixação dos primeiros conquistadores. A conquista aconteceu de forma bastante violenta. Somente passado o medo da região, os desbravadores construíram suas fazendas e levaram suas famílias para o sertão. O medo era resultante da adversidade climática e da resistência indígena. Durante o século XVIII, a seca manifestou-se por cinco vezes por todo o Nordeste: 1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; e 1791-1793.⁴⁵

Os registros das secas são muito marcantes na história do Ceará, e o território do Sertão Central está na centralidade desses registros como palco de tragédias humanas a formação de “campos de concentração” com retirantes que fugiam da seca e eram isolados/as e impedidos/as de chegar à capital pelos governantes da época. Esses registros podem ser

encontrados nas obras literárias de Rodolfo Teófilo, que retratou a seca e a vida dos/as sertanejos/as que enfrentaram os períodos de estiagem na época buscando outros lugares para viver, como também pela história contada pela escritora Rachel de Queiroz em seu romance *O Quinze*, como dito anteriormente.

A seca é um tipo de processo meteorológico que causa mudança no regime de precipitação ao longo do tempo e alteração na reposição de água do ecossistema agrícola e natural. É definido por limites espaciais e temporais, com início lento e silencioso, e afeta grandes áreas do planeta, caracterizadas como semiáridas ou que sofrem de desertificação.⁴⁷

Mesmo sendo um fenômeno climático e de irregularidade de chuvas, há uma estreita relação entre a seca com a sociopolítica da fome, alimentada historicamente pelos que têm posses e alinhados à postura negligente dos governantes, que sempre garantiu privilégios à elite econômica e política rural, ignorando as necessidades e os direitos das populações mais vulneráveis, aumentando o fosso das desigualdades e gerando mais sofrimento ao enfrentar as calamidades da estiagem, como a fome, as doenças, afetando diretamente as condições de vida e saúde das populações, como bem registrou Josué de Castro em suas obras.

A propriedade privada da terra criada pelo capitalismo no final do século XVII e início do século XVIII, favoreceu a expropriação de terras públicas, a criação e a expansão do latifúndio, dando origem ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, foi protagonizada pela burguesia agrária branca. Sempre como aliada das forças políticas e econômicas do Estado, foi deixando à margem as pessoas que mais necessitavam do apoio estatal, entre elas as famílias camponesas de origens indígena e negra, restringindo o direito à terra e aos demais direitos para viver dignamente no campo.⁴⁸

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2021)¹³, o Brasil é o segundo maior país do mundo em concentração de terras, contendo uma elite agrária que fundamenta seu poder

¹³ <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>

na quantidade de terra que possui. Não se preocupam em produzir alimentos para a população, exploram a natureza sem limites, cometem crimes e as mais diversas violências contra os/as trabalhadores/as.

Muitas famílias camponesas continuam sem acesso à terra própria para viver e produzir. Moram em terras de terceiros, precisam conviver com o medo de serem expulsas, de não poderem fazer o que querem e desejam na terra, do tamanho destinado para plantar que não atendem às necessidades das famílias e quando conseguem um pedaço de terra para plantar correm o risco de não colher devido à ruindade e à ganância dos proprietários.

O território do Sertão Central é também conhecido por sua mobilização, organização, luta e resistência dos/as camponeses/as pela efetivação de seus direitos frente à expansão e fortalecimento da pecuária, gerando mais necessidade de pasto para o gado e do aumento da produção agrícola, como o algodão que foi muito forte na região. Consequentemente, foram aumentando as exigências dos donos de terra além de “ameaças de expulsão de trabalhadores/as camponeses/as, destruição de plantações e benfeitorias, proibições de novos roçados ou melhorias, perseguições e prisões, além da venda de terra com trabalhadores residindo nelas” cita o historiador Muniz (2019), sobre casos registrados entre os anos de 1955 a 1964, situação que se assemelha a vivências recentes contadas pelas mulheres que integraram os grupos focais desta pesquisa.⁴⁶

Com o auxílio das Comunidades Eclesiais de Base e dos movimentos sociais, baseando-se nos direitos expressos no Estatuto da Terra, os/as camponeses/as foram se organizando, exigindo seus direitos e vários assentamentos foram desapropriados no território, em processos de luta fortes, a maioria deles no final da década de 1970. Como destaca Schwendler [...], “a luta pela terra no Brasil, marcada ao longo da história pelas contradições de classe, tem trazido para a cena histórica sujeitos excluídos de diversos direitos, que começaram a se organizar em movimentos sociais de resistência”.⁴⁹

É neste período histórico que ocorre a aproximação do CETRA com o território, inicialmente a partir da ação profissional e militante dos/as fundadores/as da entidade, o senhor Antônio Pinheiro, advogado da Comissão Pastoral da Terra e sua esposa Margarida Pinheiro, assistente social a convite do padre Moacir Cordeiro Leite, então vigário de Aratuba (CE), que orientavam os/as camponeses/as sobre seus direitos no acesso à terra, contribuindo com a desapropriação de fazendas na região para a formação de assentamentos de reforma agrária, dentre eles o assentamento Califórnia/Quixadá e Monte Castelo/Choró foram algumas dessas áreas desapropriadas.

Na década de 1980, o enfrentamento às opressões e a busca por direitos, dentre eles a terra, atçou os/as sujeitos/as excluídos/as a se organizarem em movimentos sociais de resistência, entre eles os movimentos de mulheres, suscitando a reformulação das relações de gênero e do papel da mulher na sociedade, possibilitando o rompimento de sua invisibilidade social e política. É válido destacar que o CETRA, por meio de sua fundadora Margarida Pinheiro, fomentou e apoiou a organização das mulheres trabalhadoras rurais nos territórios de atuação institucional, provocando-as a perceber a exclusão gerada historicamente que as limitavam ao espaço doméstico, a romper essas barreiras, lutar por seus direitos e fazer ocupação política em diferentes instâncias.

Diversas lideranças femininas rurais, como a agricultora Nazaré Flor, assentada da reforma agrária do assentamento Maceió no município de Itapipoca/CE, destacaram-se em níveis local, estadual, nacional e internacional. O CETRA também contribuiu em nível de Nordeste com articulação de mulheres trabalhadoras rurais, que deu origem ao Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste/MMTR-Ne.

Até os anos 1980, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, não era sindicalizada e seu nome não contava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das

mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária.⁴⁹

Posto isso, soma-se as lutas das mulheres rurais, a valorização e o reconhecimento do trabalho delas na economia familiar, tal como o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, desvinculando e retirando a imposição de que este é papel apenas das mulheres. Ao desempenhar o trabalho reprodutivo sozinhas, as mulheres acumulam funções gerando sobrecarga, além de não ser um trabalho valorizado e nem reconhecido como importante para a sustentação do trabalho produtivo. Essas lutas demandam reflexões e discussões de gênero, educação, mudança de cultura e atitudes, exercício da divisão justa do trabalho doméstico com todas e todos que residem no espaço, seja nos lares rurais quanto nos urbanos.⁵⁰

Nas diversas regiões do país ocorreram lutas e resistências articuladas por movimentos sociais e organizações de camponeses/as pela conquista e permanência na terra. Na contemporaneidade, as lutas por reforma agrária continuam sendo muito necessárias, mas é importante o alinhamento às outras lutas, olhando e refletindo não só para resolver o problema agrário, mas também, para atacar o problema do desenvolvimento agrário. O desenvolvimento que vem sendo pensado e executado pelo Estado até então, tem fragilizado ainda mais a vida das famílias camponesas. Faz-se necessário repensar este modelo de desenvolvimento por outro que promova reforma agrária, mas garanta aos/as camponeses/as o acesso à terra, à água, mas também, prover políticas públicas e condições adequadas para que as famílias possam produzir e viver na terra com dignidade centrada em outros modos de produção, equilibrados com a natureza.⁴⁸

Na história de ocupação do território do Sertão Central tem as marcas da opressão, da fome, da seca e da ganância. Mas, é também território de lutas, conquistas, de vidas e abundância. É neste território que acontece o encontro dos/as profetas da chuva formado por homens e mulheres camponeses/as que elaboram previsões do tempo e do clima a partir de

observações com elementos da natureza, dizendo como será a quadra chuvosa no estado. Encontramos a arte, a sabedoria e a resistência da cultura negra com o mestre Joaquim Ferreira da Silva e a dança de São Gonçalo no Quilombo Sítio Veiga/Quixadá; a música e composições do cantor Fausto Nilo.

Figuras 2 e 3: Vista dos monólitos e da caatinga na cidade de Quixadá/CE em dois períodos distintos - tempo de estiagem (imagem à esquerda) e tempos de chuva (imagem à direita)



Fonte: Acervo próprio

Sertões conhecidos também por suas paisagens marcantes, entre elas os monólitos de Quixadá – com destaque para a “Pedra da Galinha Choca” e do açude Cedro, construído por Dom Pedro II, fazem parte do patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de ter o Centro Geodésico do Ceará, situado no município de Quixeramobim. É um território conhecido por sua arte, cultura, belezas naturais e, curiosamente, pelas histórias da aparição de extraterrestres, sendo cotadas para diversas cinematografias.

3.5 A EXPERIÊNCIA DO CETRA NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO SERTÃO CENTRAL

O CETRA é uma organização da sociedade civil que trabalha com os povos do campo há mais de quarenta anos. A história do CETRA perpassa em dois momentos no território do Sertão Central. Inicialmente, com a contribuição individual do fundador e da

fundadora da instituição – Antônio Pinheiro Freitas, advogado, e Margarida de Souza Pinheiro, assistente social – quando eles, no final da década 70, foram convidados pela igreja católica da região, a prestar assistência jurídica e social aos/às camponeses e camponesas que se organizavam em suas comunidades em torno da luta pela posse da terra, sendo o município de Quixadá uma das primeiras ações coletivas realizadas em 1978, o que conferiu maior visibilidade à trajetória de assessoria jurídica e social no apoio da luta pela terra no Ceará e que originou o CETRA, criado oficialmente em 1981.

A fazenda Monte Castelo naquele município foi palco de conflito entre agricultores, proprietário e a polícia armada, que, apesar de tudo, levou inúmeras ações coletivas à justiça da Comarca de Quixadá. O processo durou cerca de quatro anos, sendo a terra desapropriada por interesse social em 1982 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, depois da morte de um pistoleiro introduzido na fazenda por seu proprietário para ameaçar e até matar trabalhadores, que eram moradores naquelas terras, caso considerasse necessário. Na verdade, isso era antes de tudo uma forma de ameaçar e de inibir o processo de organização dos moradores da fazenda. (Narrativas de Antônio Pinheiro, CETRA, 2013)

A partir do ano de 2003, o CETRA retorna ao território como uma das organizações da sociedade civil executoras do PDHC. Desde então, a ação institucional foi se fortalecendo, conquistando novos apoios para além dos financiadores do PDHC e, com isso, novas parcerias foram sendo construídas, possibilitando a ampliação das ações e do público beneficiário em diversas comunidades da agricultura familiar, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária em diversos municípios do território.

Desde sua fundação, o CETRA reflete criticamente a extensão rural convencional e tem adotado, em sua prática, uma assessoria técnica pautada na educação popular, na agroecologia, na socioeconomia solidária, vivenciando e disseminando valores nos quais acredita, como: o bem viver, a justiça socioambiental, a solidariedade, a alimentação saudável, a democracia, a igualdade e a equidade, os direitos humanos, a diversidade, a ética, o respeito, a cidadania, o compromisso e a responsabilidade.⁵¹

No início dos anos 2000, a estratégia metodológica de assessoria técnica do CETRA passou por reformulações onde o trabalho com a agroecologia foi alinhado à implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. Novos passos foram dados, dentre eles a inserção na Rede ATER Nordeste de Agroecologia. Uma das premissas desta Rede Regional, era que suas organizações compartilhassem suas trajetórias, experiências, conhecimentos acumulados, linhas de atuação, convicções envolvendo a extensão rural e agroecologia para debater proposições individuais e coletivas das ações da Rede ATER NE que foram pilares para construção de uma identidade coletiva.

A interação com a Rede Regional favoreceu ao CETRA novas reflexões e aprendizados que foram sendo incorporados na ação institucional, assim como para a construção de conteúdo, métodos e instrumentos que favorecem uma melhor atuação e incidência nas Políticas Públicas para o campo e para a vida da entidade. O CETRA articula-se, ainda, com outras redes sociais em níveis estadual, regional, nacional e internacional com intercâmbios e trocas de experiências entre elas e que potencializa e reforça sua ação.

O método de análise econômico-ecológica do agroecossistema (LUME) foi um destes instrumentos usados pela Rede ATER NE e que é extremamente válido para a reflexão crítica de sua ação técnica além de contribuir com o monitoramento, avaliação, comparação e fortalecimentos dos sistemas alimentares agroecológicos.³⁴

As diretrizes do trabalho do CETRA seguem na construção do conhecimento agroecológico, na defesa da democracia e participação social e política, no acesso a direitos, no fortalecimento da organização social e produtiva, na construção de novas relações sociais e de gênero, geração e etnia, no respeito e valorização dos saberes ancestrais, no reconhecimento do papel das mulheres como “indutoras de processos de desenvolvimento agroecológico”, no respeito ao meio ambiente; na produção de alimentos agroecológicos e promoção da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional, no acesso ao crédito, no estímulo à

economia solidária, à promoção da comunicação popular com vistas ao Bem Viver no campo e na cidade.

Nessa perspectiva, desenvolve assessoria agroecológica, promove formação em multiplicadores/as em agroecologia, estimula a experimentação e a inovação que é natural dos/as camponeses/as e agricultores/as familiares, realiza intercâmbios de experiências, estes que foram importantes na constituição das redes sociais de agricultores/as agroecológicos/as nos territórios de atuação institucional.

As ações e as articulações nos múltiplos espaços e luta por direitos e políticas públicas, alicerçados nos princípios da agroecologia e da economia solidária e por meio da educação popular, os/as sujeitos/as sociais vão recriando sua forma de pensar e de ver o mundo e quando articulados em redes, se fortalecem, exercem a democracia participativa, dialógica e, com isso, buscam a resolução de desafios comuns, oportunizando a construção de novas relações, o crescimento e o amadurecimento das pessoas envolvidas de modo individual e coletivo além do desenvolvimento territorial. Como afirma Schwendler, “é dentro da coletividade que as relações sociais são construídas e reconstruídas”.⁴⁹

A partir daí, nos três territórios de atuação institucional, as Redes de Agricultores/as Agroecológicos/as e Solidários/as foram sendo constituídos em cada território, envolvendo agricultores/as familiares, assentados/as de reforma agrária, mulheres, jovens, quilombolas, onde seus componentes integravam o público beneficiário dos projetos desenvolvidos pelo CETRA, e neste processo de assessoria técnica participaram de uma série de processos de formação e trocas de saberes na perspectiva da agroecologia e da socioeconomia solidária.

A mais antiga das Redes, é a Rede do Território Vales do Curu e Aracatiaçu (2006), que é a grande referência para as demais Redes de Agricultores/as que se sucederam após ela. A luz da experiência do território Vales do Curu e Aracatiaçu, os/as agricultores/as

agroecológicos/as do território do Sertão Central constituíram sua Rede territorial de agroecologia, criada em 2014.

Os intercâmbios de experiências constituem um subsídio importante e poderoso na construção das relações e vínculos, na formação de ideias, princípios, concepções, aprendizados, conhecimentos, além do poder da aplicabilidade e multiplicação nos diferentes espaços. Ademais, constrói e fortalece valores sociais de cooperação, solidariedade, participação e esforço coletivo e que são muito comuns nas Redes. As trocas de experiências agroecológicas aumentam em diversos níveis em um processo permanente e ativo, movimentando os/as sujeitos/as envolvidos/as, que crescem e se fortalecem individual e coletivamente.⁵²

4. PERCURSO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

Este capítulo trata-se dos conceitos metodológicos e procedimentos escolhidos para a realização desta pesquisa, levando em consideração o conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) e a história e dinâmica do Sertão Central na perspectiva das relações sociais, econômicas, políticas das relações com o meio ambiente. Outrossim, reconhece-se as transformações e experimentações que vêm se alimentando e retroalimentando como resultado das vivências e trocas entre as famílias agricultoras agroecológicas dentro do território e fora dele, com outras experiências individuais e coletivas, como as Redes de outros territórios.

Nesse sentido, o fio condutor da investigação utilizado foi o caminho das Representações Sociais, possibilitando ao trabalho uma dimensão orientadora para lidar com a contradição, com as transformações e com os aprendizados adquiridos no percurso de pesquisa nas diversas dimensões que envolvem seu objeto de estudo.

As representações sociais de Moscovici são construções feitas pelos sujeitos para entender o mundo e para se comunicar com as outras pessoas, seja no contexto psicológico e individual seja no contexto cultural. Na mesma linha de raciocínio, Jodelet, afirma que as representações sociais são uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto social”.⁵³

Em entendimento semelhante, Matos e Jardimino (2016) destacam que as representações sociais podem ser definidas como “qualquer imagem, pensamento, conteúdo formado no psiquismo que desempenhe o papel de algo”. Elas se constituem do senso comum e a partir das vivências e interações sociais, das relações coletivas e de grupos.⁵⁴

As contribuições desses autores/as sobre as representações sociais remetem o que é vivido, perpassando pelos diversos sentidos, aprendido e reaprendido pelos seres humanos.

O conceito de percepção para Lent (2010) é a “capacidade que os seres humanos têm de associar as informações sensoriais à memória e à cognição, de modo a formar conceitos sobre o mundo e sobre nós mesmos, além de orientar o nosso comportamento”. Considerando este conceito, pode-se dizer que a percepção é a capacidade de perceber aquilo que nem sempre é visível, de conhecer algo independentemente dos sentidos. Não é algo real, palpável, tangível, mas é a representação mental da realidade sentida e vivida.⁵⁵

Quando nos propomos analisar uma coisa ou situação a partir da percepção das pessoas, os resultados estão relacionados a como elas interpretam o mundo, tendo suas sensações como base. Os autores Matos e Jardimino reforçam essa compreensão definindo percepção, como:

[..] “organização e interpretação de sensações/dados sensoriais” que resultam em uma “consciência de si e do meio ambiente”, como uma “representação dos objetos externos/exteriores”. [...] não percebemos o mundo diretamente porque a nossa percepção é sempre uma interpretação desse mundo.⁵⁴

A autora Silva (2017 p. 2) destaca que a percepção humana é essencialmente constituída de informações traduzidas da realidade vivenciada por nós. É também o modo de comunicação com o mundo e se relaciona com os cinco sentidos humanos. Para a autora, além dos cinco sentidos, existe um sexto, que ela chama de “*sentido interno*”, conforme ressalta no trecho abaixo:

[...] Este é o resultado que faz a proporção de quanto é recebido pelo ouvido, pelo olho, pelo nariz, pelo tato, etc. que é organizado como informação base na totalidade do nosso orgânico. Sucessivamente, a partir deste sentido interno se extraem outras passagens antes de chegar ao que se chama cérebro. ⁵⁶ apud MENEGHETTI, 2015, p. 26

Baseada nas reflexões da ciência Ontopsicológica criada por Meneghetti, a autora destaca que, por natureza, o ser humano possui três níveis de percepção: o primeiro nível, chamado de “exteroceptivo”, diz respeito a todas as formas de sensibilidade: cutânea, orgânica e visceral, e refere a qualquer estimulação externa ou interna.

O segundo nível é conhecido como “percepção proprioceptiva”, onde a cada informação recebida com base nos sentidos, o organismo produz uma informação única. Esses dois níveis de percepção são intrínsecos, e o ser humano não tem controle sobre eles, pois integra a lógica vivenciada dentro do contexto histórico, impossibilitando alterar o primeiro impacto *in loco*. Nessa relação, pode-se incluir os sentimentos vivenciados com os alimentos ou a falta destes.⁵⁶

O terceiro nível de percepção é chamado pela autora de “exceptiva” e está “diretamente ligado à consciência do ser humano em relação ao mundo exterior e interior”. Entretanto, há interferências que desviam as informações que chegam a esse nível, alterando a percepção consciente e estas interferências poderão se utilizar de cunhos familiares, culturais, religiosas, etc, “impedindo a possibilidade da percepção e o conhecimento integral de si mesmo, intervindo e modificando as informações que o ser humano mentaliza e realiza informações distônicas sobre seu projeto de vida”.⁵⁶

Na concepção de Santos (2013), a representação é “uma operação pela qual a mente humana tem presente em si mesma uma imagem mental, uma ideia ou um conceito correspondendo a um objeto externo”.⁵⁷

O criador da teoria das representações sociais, Moscovici (1993), traz para a centralidade do conceito, o conhecimento comum. Para ele, as representações sociais possuem duas funções principais: o saber e a identidade. Na questão do saber é o que faz tornar compreensível e familiar o que a princípio não lhe é familiar. Já em relação à identidade, é por meio das representações sociais que “uma pessoa tem das coisas, dos valores, das regras, do mundo, que ela que se localiza socialmente e a faz dizer que integra um grupo ou outro, assegurando a uma pessoa ou a um grupo, um lugar primordial nos processos de comparação social”.⁵⁸

A autora Jodelet afirma que as representações sociais têm grande importância no dia a dia das pessoas, visto que “elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la”.⁵³

Tendo como referência os autores acima, Matos e Jardimino (2009) compreendem que as representações sociais se “configuram como uma forma de conhecimento estruturado em sistemas de interpretação que atuam sobre a relação dos sujeitos com o mundo e com os outros indivíduos”. Minayo reforça a compreensão dos diversos autores aqui mencionados, afirmando que as representações sociais são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a.”⁵⁹

As práticas e saberes dos/as camponeses/as e agricultores/as familiares agroecológicos/as e o que são compartilhados por eles/elas e suas famílias, nos mais diversos espaços coletivos (redes, grupos, associações comunitárias) dos quais interagem, dentro e fora do território, tem-se aí uma gama de representações sociais que retratam a vida e as decisões destes/as camponeses/as e agricultores/as familiares.

Entender como essas pessoas se percebem, como se relacionam com o ambiente em que vivem, como realizam suas práticas agrícolas e tratam a natureza, como dialogam com as outras pessoas e nos grupos que participam, de que maneira estes espaços de interação social influenciam nas suas tomadas de decisões, são alguns dos elementos fundamentais para compreender seus modos de vida, os desafios e riscos enfrentados e como lidam e superam estes. E, a partir daí, compreendemos a contribuição que esta pesquisa poderá dar na construção de políticas públicas que promovam saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional e melhor qualidade de vida para as famílias no campo.

O caminho metodológico adotado pela pesquisa baseou-se neste entendimento, olhando para a dinâmica de vida dos sujeitos, compreendendo as relações sociais, hierárquicas

e técnicas envolvidas na implementação das ações enquanto camponeses/as e agricultores/as familiares, analisando suas representações sociais. Para isso, buscou-se responder às indagações que Jodelet (1993) considera como importante na utilização das representações sociais no campo da pesquisa social, que é saber quem é o sujeito que produz as representações sociais, porque se produzem tais representações, a que funções correspondem e quais condutas e orientações sociais resultam, compondo assim um quadro complexo que as qualifica.

Com uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, a pesquisa estudou as características do grupo pesquisado, descobrindo a existência e relações entre variáveis e a natureza dessas relações.⁶⁰

Compreender como os agricultores/as agroecológicos/as têm lidado com as adversidades; quais as alternativas construídas para garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias; quais as percepções, as interpretações e os significados disso na vida dessas pessoas, foram alguns dos propósitos deste estudo dentro do método qualitativo que se refere “ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem, a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.⁶¹

Os sujeitos sociais desta pesquisa foram os/as agricultores e agricultoras agroecológicos/as que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Território do Sertão Central Cearense, uma Rede composta majoritariamente por mulheres agricultoras (75%) que protagonizam diversas ações dentro e fora do território.

O processo de mobilização das pessoas para participar das ações da pesquisa foi realizado por meio virtual e com o auxílio das equipes técnicas de campo do CETRA que trabalham no território do Sertão Central. Para esta pesquisa, foi elaborada uma amostra intencional não probabilística, dividida em duas partes: uma amostra envolvendo a população da Rede que mora em três municípios (Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca) do Sertão

Central cearense e, com esta seleção, aplicou-se o questionário socioeconômico e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA. Na identificação dessas pessoas, levou-se em consideração uma maior diversidade de público envolvendo mulheres e homens, jovens; pessoas que já são aposentados/as; os que estão na Rede desde sua formação; pessoas mais jovens e recém-chegados no grupo; pessoas que são filhos de agricultores/as já participam da Rede; e com estes critérios pode-se obter maior capilaridade no público que integra a Rede, considerando, por sua vez, o interesse e a acessibilidade em participar da pesquisa.

Assim, a amostra consistiu em 16 questionários aplicados com pessoas que residem em quinze comunidades e assentamentos de reforma agrária dos três municípios, sendo elas: município de Quixadá – comunidades Cedrinho, Bom Jardim, Vila Rica, Lameirão e Assentamento Boa Vista, município de Quixeramobim – comunidades Aroeiras, Patos, Boa Vista, Fazenda Mearim, Jardim e no município de Pedra Branca nas comunidades Jericó, Curiú, Sede e Sítio Baixio. A realização de abordagem mista de instrumentos de pesquisa (questionário socioeconômico e EBIA, entrevista semiestruturada e grupo focal) que auxiliaram na coleta dos dados para a caracterização socioeconômica e cultural do público, a mensuração da insegurança alimentar, a compreensão da história, a percepção, a lógica de vida, comportamentos, conhecimentos, interesses, representação social dos sujeitos da pesquisa, do lugar que vivem e dos grupos que compõem, tendo como propósito formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico.⁶²

4.1. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO SEMIESTRUTURADO

Para coleta de dados das famílias, foi utilizado um questionário semiestruturado com perguntas de natureza socioeconômica contendo 60 perguntas que foi aplicado pela pesquisadora e dois colaboradores/as voluntários/as. A aplicação do questionário se deu por meio de entrevistas com pessoas de referência da família. O formulário continha sessenta

questões, dividida em 3 seções relacionadas às características gerais da família, renda, educação, saúde e produção e na sequência o questionário EBIA, levando em torno de 40 minutos para respondê-lo. Dos 16 questionários aplicados, 14 (quatorze) foram realizados face a face, de modo presencial, e dois questionários de modo virtual. Foi realizado um questionário teste com uma agricultora voluntária, sendo realizados alguns ajustes e na sequência aplicado com os demais. Os formulários foram lançados no Google Docs, que geraram as respostas e com base nelas foram formados os gráficos das respostas quantitativas.

4.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO EBIA

As questões relacionadas à alimentação e à condição de (in)segurança alimentar das famílias foram do conjunto de questões que compõem o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que foram aplicadas na sequência do questionário socioeconômico e utilizado de duas formas: a versão de oito perguntas para as famílias que não tinham menores de 18 anos e a versão com 14 perguntas para as famílias que continham menores de 18 anos. A aplicação da EBIA teve como intuito mensurar a experiência de insegurança alimentar das famílias que estão na Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as. Esta linguagem numérica trazida permitiu: “trazer à luz dados indicadores, e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática” como destaca.⁶¹

No Brasil, a EBIA foi estudada e validada quantitativamente e qualitativamente em 2004, por pesquisadores/as ligados/as a algumas universidades públicas sendo as primeiras iniciativas a partir da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, que apresentou questionário com 14 (quatorze) questões. Posteriormente, apresentou-se uma versão mais curta, que também foi validada no país. Por meio da aplicação da EBIA, é possível avaliar a percepção da alimentação pelas famílias nos últimos 3 meses. Compreendendo qual a dimensão do acesso

dessas pessoas, assim como a percepção relativa à qualidade dos alimentos, além de avaliar a experiência de restrição alimentar vivenciadas nos domicílios pelos adultos e, também, pelas crianças, onde ao chegar a essa condição conclui-se o estado mais grave da insegurança alimentar enfrentada pela família.¹³

4.3 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Para se conhecer outros elementos das famílias, foram realizadas entrevistas com as questões socioeconômicas e demográficas no universo pesquisado, buscando compreender a contribuição da produção agroecológica na promoção da saúde e da SAN dessas famílias e se a pandemia da COVID-19 interferiu, de algum modo, na produção agroecológica para o autoconsumo e comercialização.

4.4 REALIZAÇÃO DE GRUPOS FOCALIS

A escolha desta técnica de pesquisa foi estabelecida como estratégia de promoção à livre expressão dos pensamentos e sentimentos das/os participantes para possibilitar o olhar dessas pessoas, a compreensão das experiências vivenciadas em seu cotidiano. Para a autora ⁶³ apud KITZINGER (2000), o “grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação”. Ela comenta que a utilização dos grupos focais tem sido muito útil na pesquisa avaliativa, tanto no uso de modo isolado ou combinado com outras técnicas de coleta de dados primários, tendo como objetivo reunir informações detalhadas e uma melhor compreensão de percepções, atitudes e representações de um determinado tópico que se queira aprofundar.⁶³

Cabe destacar que a atividade com o grupo focal possibilitou a identificação e a consolidação das categorias destes estudos e que foram obtidas, também, a partir dos instrumentos utilizados, principalmente aquelas oriundas das entrevistas em profundidade.

Nesta atividade, foram destacadas as ações e o envolvimento dos sujeitos com o tema, relacionando as estratégias que adotam para superar os desafios, as representações sociais construídas, com o intuito de obter a avaliação de consenso coletivo.

Para composição do grupo focal foi identificado o grupo que mora no município de Quixadá. Este coletivo é formado por 9 integrantes, sendo 7 mulheres (75%) e 2 homens (25%). Deste número de mulheres, 5 delas moram em comunidades de agricultura familiar, uma é moradora de um quilombo e a outra é assentada da reforma agrária em um assentamento federal.

A escolha na formação do grupo focal se deu em uma amostra por conveniência com critérios preestabelecidos pela pesquisadora, levando em consideração as características comuns entre as participantes, dentre as pessoas que representaram o objeto de estudo. Este município foi escolhido para realizar a oficina do grupo focal, por agregar o maior número de variáveis favoráveis à execução da pesquisa, dentre elas: número de mulheres concentradas em uma mesma comunidade, possibilitando melhores condições logísticas e de distância, facilitando o acesso da pesquisadora e das outras participantes na realização da atividade presencial com o grupo. Por ter ainda um peso representativo no coletivo, visto que elas representam 78% do público da Rede no município; são mulheres atuantes em diversos espaços políticos representativos e de governança do conjunto da Rede e comercializam em feiras agroecológicas e solidárias. Vale ressaltar outros critérios adotados nesta escolha, como: o acesso, as condições orçamentárias, o tempo para a realização, os limites pandêmicos e os logísticos enfrentados pela pesquisadora para chegar até as comunidades, visto que no período da pesquisa aconteceu em meio à quarta onda da COVID-19 no Ceará.

Foram convidadas as cinco mulheres que residem nas comunidades da agricultura familiar para participar da oficina do grupo focal, no entanto participaram três mulheres das cinco convidadas. Por ser mulheres com características mais homogêneas, permitiu-se analisar o olhar das participantes de maneira semelhante em termos de características não interferindo

radicalmente na percepção do assunto em foco. Assim, pode-se garantir o clima confortável para a troca de experiências e impressões de caráter, muitas vezes, pessoal.

A realização das atividades com o grupo focal se deu de modo presencial e virtual, sendo a primeira oficina de modo presencial na comunidade Bom Jardim/Quixadá e alguns dias depois foi realizada uma reunião utilizando a plataforma virtual Zoom para a validação das categorias e complementar informações para a pesquisa.

Na oficina presencial, no primeiro momento, a pesquisadora fez os esclarecimentos sobre a pesquisa, trouxe os objetivos da atividade, as mulheres consentiram e assinaram os termos de esclarecimento livre e esclarecido e de autorização de imagem e voz. Na sequência, para motivar e aproximar as mulheres com os temas que seriam dialogados na oficina, foi utilizado um vídeo documentário intitulado como “*Guardiãs da vida - agroecologia entre gerações*”, produzido pelo CETRA, que traz experiências e as falas de mulheres camponesas e a relação delas com a agricultura e com a produção de alimentos no território de Sobral no estado do Ceará.

Em seguida, foi colocado na roda de conversa as temáticas de interesse da pesquisa, sendo dialogadas com as mulheres do grupo focal por meio das vivências e realidades de cada uma. Essa técnica favoreceu a interação grupal contribuindo na produção de informações e *insights* que seriam menos acessíveis sem a interação.⁶²

A oficina teve como apoio uma facilitadora convidada pela pesquisadora que mediou a roda de diálogo a partir do roteiro com as temáticas sugeridas. As falas foram sequenciadas na ordem que elas estavam sentadas lado a lado.

Considerando que para a realização de grupos focais, necessita-se de um ambiente adequado e favorável à discussão, foram adotados critérios prévios para identificar nas comunidades e proximidades, locais e espaços de socialização coletiva, apropriados facilitando o acesso às participantes de modo a propiciar a interação e manifestações das pessoas e obter,

de modo qualitativo, os dados necessários à pesquisa.⁶³ Nesse sentido, a realização da oficina se deu na capela de São José na comunidade Bom Jardim.

4.5 OS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Alguns desafios permearam a realização deste trabalho. O principal deles foi a pandemia COVID-19, que assim como todas as pessoas no Brasil e no mundo tiveram suas rotinas alteradas e necessidades de adaptação na realização de atividades, especialmente no que diz respeito às ações com coletividades. O modo virtual foi o caminho encontrado para reduzir o distanciamento físico entre as pessoas, no entanto há diversos limites que vão desde o acesso à tecnologia, conectividade até a interação e percepção entre as participantes. Embora a pesquisadora e as famílias já estivessem com duas doses da vacinação contra a COVID-19 aplicadas, os riscos não poderiam ser negligenciados e, para isso, foram tomadas todas as medidas sanitárias necessárias à segurança das famílias e da pesquisadora e voluntários/as.

Outro desafio enfrentado, foi o período da realização da pesquisa coincidir com o período chuvoso no Ceará (meses de janeiro a junho), dificultando consideravelmente o acesso às comunidades devido às más condições viárias. Em uma das atividades presenciais o veículo utilizado pela pesquisadora atolou em uma parte da estrada que dava acesso à casa de duas agricultoras, necessitando a colaboração de moradores da comunidade para ajudar na retirada do veículo, exigindo com que ela realizasse o restante do percurso a pé, comprometendo o tempo de execução da atividade prevista. Esta é uma situação rotineira que várias famílias que moram em algumas comunidades rurais no município de Quixadá e em outros municípios do território enfrentam, tendo a acessibilidade dificultada em razão das péssimas condições das estradas, e no período das chuvas o acúmulo de água e lama aumenta ainda mais os obstáculos de circulação das pessoas utilizando os veículos.

Todos os aspectos vivenciados em campo foram registrados em diário de campo que subsidiou as anotações e informações gerais, com as observações feitas que não foram realizadas nas entrevistas formais, tais como conversas informais, comportamentos, gestos, expressões, crenças, hábitos, celebrações e instituições que compõem o quadro das representações sociais. Além do que, foram realizados registros fotográficos e gravação de áudio e vídeo previamente aceito pelos participantes, tanto nas entrevistas individuais como no grupo focal confirmados com a assinatura nos termos.⁶¹

Os registros em vídeo serão parte do acervo do CETRA e da pesquisadora e farão parte do produto técnico do mestrado que será um roteiro de vídeo documentário. O mesmo está apresentado no anexo II desta dissertação. A expectativa que busque recursos para produção de um vídeo que possa ser divulgado entre os/as agricultores/as e a sociedade em geral sobre a importância da agroecologia para Soberania Alimentar e para a Saúde.

4.6 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados desta pesquisa foram analisados utilizando a Análise por Triangulação de Métodos identificado como um dos diversos referenciais analíticos que há no processo de pesquisa, sendo apreendido como “uma dinâmica de investigação que integra a análise das estruturas, dos processos e resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto”

⁶¹. Reforçando esta compreensão, Marcondes e Brisola (2014) destacam que:

[...] a análise por triangulação de métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade.⁶⁴

Nesta estratégia da triangulação, foi possível o diálogo compreensivo sobre o material de pesquisa produzido e a aplicação dos questionários, entrevistas, narrativas do grupo focal, além da utilização do diário de campo com as diversas observações realizadas pela pesquisadora e os registros feitos em vídeo, áudios e imagens captadas durante as idas a campo, todas elas foram trabalhadas seguindo as etapas abaixo:

Foi realizada, inicialmente, uma “pré-análise” dos documentos retomando as hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa, e que se desdobrou na leitura flutuante permitindo se familiarizar com o material a ser analisado. Posteriormente, para a formulação das categorias analíticas foram realizadas dentro de uma etapa exploratória, com leitura e observações exaustivas das narrativas do grupo focal de modo a ir reduzindo o texto chegando à formulação das categorias. Seguidamente, estas categorias foram devolvidas ao grupo focal em uma reunião remota para validação delas. As anotações do diário de campo, os áudios e os vídeos foram acessados sempre que necessitavam complementar informações.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS SEMIESTRUTURADOS E DA EBIA

No caso dos questionários, utilizou-se a ferramenta do Google Formulário que contribuiu na organização das informações lançadas e na elaboração de gráficos. Os dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, foram quantificadas as repostas considerando o seguinte parâmetro representando o total de respostas afirmativas: (a) Segurança Alimentar: 0 resposta positiva; (b) Insegurança Alimentar Leve: 1-5 respostas positivas; (c) Insegurança Alimentar Moderada: 6-10 respostas positivas; (d) Insegurança Alimentar Grave: 11-15 respostas positivas. Para tabulação e análise dos dados, utilizou-se os recursos do programa Microsoft Excel 2007. Os dados foram analisados descritivamente, a partir de frequências relativas e cálculos de percentagens.⁶⁵ A terceira etapa envolveu o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação sendo “realizados as inferências e

interpretações, interrelacionando-as com os quadros teóricos desenhados inicialmente” e que contribuíram para a interpretação final.⁶¹

4.8 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

Conforme ressalta Minayo (2004) na pesquisa qualitativa são empregados a história, os significados, as representações, motivações e crenças, os valores, as atitudes e as interpretações que os seres humanos têm do espaço que vivem e como constroem suas relações. Ao fazer a análise e a interpretação de dados qualitativos nesta pesquisa, todos esses elementos associados a técnicas de coleta empregadas foram levados em consideração, favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos.⁶⁴

Inicialmente, foi empregada uma dinâmica de leitura do material de campo coletado. As narrativas do grupo focal registradas em áudio e vídeo foram manipuladas extensivamente, sistematizadas e organizadas em uma tabela dividida em cinco colunas e ordenadas cuidadosamente por temáticas predefinidas (acesso à terra, à saúde, à soberania e à segurança alimentar e nutricional, ser mulher e agricultora; mudanças climáticas, agroecologia, juventudes e sucessão rural, educação, território, entre outros) e que serviram para aproximar e subsidiar as tarefas analítico-interpretativas. A distribuição das narrativas na tabela foram realizadas a partir das seguintes informações:

Na primeira coluna, foram colocadas as narrativas de modo fiel às falas e às percepções das mulheres participantes sobre os assuntos e questões de interesse da pesquisa. Buscou-se valorizar e sistematizar cada palavra de modo que todos os dados primários fossem exhaustivamente registrados, agregando as apreensões sobre o que foi dito e expresso nos sinais e emoções, no silêncio, na entonação da voz, no espanto, nas dúvidas geradas, nas raivas, choro, deboches, e tristezas expressos.

Para os registros da segunda coluna, foi realizada uma leitura das transcrições da primeira coluna destacando as questões mais relevantes e complementando com outros registros feitos no diário de campo, nas palavras e gestos de tudo aquilo que foi considerado relevante pela pesquisadora.

Na terceira coluna, foram realizadas junções entre palavras mais frequentes e os gestos mais significativos. Na quarta coluna, foi realizada um ensaio de categorias analíticas a partir da seguinte reflexão: como responder em poucas palavras o que foi lido e observado nas colunas 1, 2 e 3, sintetizando as categorias a serem interpretadas. Esta fase da análise possibilitou um aprofundamento do conteúdo e do material coletado, adquirindo uma visão do todo e as particularidades presentes, vendo se o foi escrito como resposta teria sentido de conferir fundamentos para as conclusões definições das categorias que foram registradas na quinta coluna, considerando os aspectos analíticos oriundos da quarta coluna que dialogam com os objetivos deste trabalho.

As categorias analíticas encontradas foram submetidas ao grupo focal por meio de uma reunião virtual, onde inicialmente foi apresentado às mulheres o método para se chegar a tais categorias e na sequência as mulheres realizaram perguntas, retiraram dúvidas e validaram as cinco categorias que foram analisadas metodologicamente divididas em categorias precursoras (empoderamento e orgulho feminino e o medo) e categorias secundárias (ameaça geracional-dissolução da juventude na agricultura e resistência e resiliência).

Na fase da interpretação foram agregados outros elementos e variáveis referentes a conjunturas e às representações sociais construídas pelo grupo. Marcondes e Brisola (2014) relembram que numa pesquisa científica o pensamento do/a pesquisador/a ultrapassa o senso comum, e neste caso o empírico das narrativas. É fundamentalmente importante a interconexão com o pensamento de autores que estudam as temáticas e é o que vemos adiante na análise e interpretação dos dados da pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis por que construímos representações. E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar”.⁵³

Partindo da referência de Jodelet os achados desta pesquisa foram analisados olhando para as representações sociais envolvidas no contexto de vida das famílias que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central, um coletivo formado por 52 famílias agricultoras que estão em processo de transição agroecológica.

Nesse contexto, o capítulo que se segue traz diversos elementos da realidade da vida do coletivo pesquisado, as interações, relações construídas e como fortalecem a organização social em Rede e na vida familiar. Essas informações são dialogadas com os resultados encontrados na pesquisa que identificou o perfil socioeconômico e as condições de (in)segurança alimentar dos/as participantes da Rede por meio da aplicação do questionário EBIA na amostra definida pelo projeto de pesquisa, e também com as narrativas do grupo focal que foi formado por mulheres camponesas que integram a Rede no município de Quixadá, um dos três municípios da Rede. Seus depoimentos nos auxiliaram a identificar as categorias que foram analisadas neste estudo e os aspectos envolvidos que tornam as pessoas que integram a Rede mais resistentes e resilientes frente ao contexto vivenciado em tempos pandêmicos.

As categorias identificadas foram o *empoderamento e orgulho feminino* que são evidenciados a partir do momento que as mulheres integrantes do grupo focal se reconhecem como sujeitos políticos e importantes na reprodução da vida de suas famílias, sobre sua importância na sua comunidade, no território, na sociedade. A segunda categoria foi o *medo*,

aqui explícito com as diversas ameaças que as famílias agricultoras convivem. Vale destacar que as narrativas se entrelaçam aos acontecimentos históricos, às vivências, aos caminhos que tanto as mulheres que participaram do grupo focal como as demais pessoas da Rede percorreram e as representações sociais que manifestam nessas categorias de análises.

A terceira categoria está relacionada com a categoria medo que é dissolução *da juventude na agricultura – ameaça geracional*. Uma categoria complexa, que envolve vários fatores. Aqui serão abordados alguns destes que foram trazidos pelo grupo focal e dialogando com as minhas vivências enquanto filha de uma família camponesa assentada da reforma agrária no Ceará, que saiu do meio rural ainda criança para estudar.

Assim sendo, outras duas categorias foram trabalhadas nesta dissertação: *resistência e resiliência* e que estão relacionadas à potência destas mulheres e das famílias agricultoras para se manter no semiárido, em busca de melhores condições de vida.

Apresentamos, também, estratégias individuais e coletivas nos espaços que as mulheres interagem, na luta em seus cotidianos, na organização social e política junto com a Rede, no intuito de superar os desafios no mundo agrário contemporâneo, especialmente no sertão cearense.

5.1 PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL

As mulheres que participaram do grupo focal, foram identificadas neste trabalho pelos pseudônimos *Flor de Mandacaru*, *Margarida* e *Girassol*. Todas elas são trabalhadoras rurais, são mães, mulheres ativas da Rede de agricultores/as agroecológicos/as do território e tinham na época da pesquisa, entre 49 e 53 anos. Margarida é viúva e reside com a mãe e o pai idosos (Margarida). Flor de Mandacaru é casada e mora com o esposo. Estas duas mulheres moram na comunidade Bom Jardim no município de Quixadá. A terceira mulher (Girassol) é

solteira e na época da pesquisa dividia o espaço físico da casa com uma prima idosa e seu único filho que mora ao lado de sua casa com a esposa e o neto recém-nascido. Mora em outra comunidade chamada Vila Rica no mesmo município.

Todas elas têm suas raízes e são de origens de famílias de camponesas, vivem e trabalham na agricultura, sendo que uma delas, ainda criança, teve uma passagem pela cidade para estudar, mas de acordo com ela “não *suportou*” e voltou para o meio rural. Das três mulheres, Girassol é a única que tem terra própria. Conseguiu adquirir 20 hectares com a contribuição de um amigo que comprou junto com a parte dele, já que na época os recursos que ela dispunha, não davam para comprar a quantidade de terra mínima que o proprietário se dispôs a vender, que eram de 50 hectares, no mínimo. As outras duas mulheres são posseiras, têm a posse da terra para morar e plantar no espaço do quintal de casa, mas a propriedade da terra é de terceiros, conforme relatam abaixo:

Nasci e me criei na agricultura. O meu quintal é basicamente um hectare a medição dele todinho. Fico restrita. A área da gente plantar é um espaço pequeno, porque não temos terra e quem tem terra hoje é muito difícil o proprietário liberar para a gente plantar. [...] onde a gente planta fora é 3,2 tarefas, depende do que o homem (dono da terra) liberar pra plantar. (Flor de Mandacaru)

Nasci e me criei aqui perto...mudei pra cá eu tinha 16 anos e ainda estou aqui. [...] Eu não sou proprietária...sou moradora. Já moro aqui há 30 anos. [...] a questão de terra é muito complicado. A questão de quem não tem. A gente fica restrita por conta de não ser dono. (Margarida)

Eu tive a felicidade que era o meu sonho eu não sair de lá, porque foi lá que eu fui criada e não tivemos o direito de um pé de chão para a gente morar. [...] A gente juntou as economias que tinha deu para a gente comprar 20 hectares através de uma pessoa (um amigo) que estava comprando, porque quando eu fui comprar, o dinheiro não dava para comprar o que eles estavam vendendo porque eles só vendiam a partir de 50 hectares. O meu dinheiro não dava para comprar. [...] se não fosse esse meu amigo eu não teria conseguido. (Girassol)

5.2. A CONVIVÊNCIA COM SEMIÁRIDO NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

“Semiárido vivo! Nenhum Direito a menos! É no Semiárido que a vida pulsa! É no Semiárido que o povo resiste!”

O semiárido ocupa cerca de 12% do território nacional e é considerado o mais povoado do mundo. É caracterizado pelo bioma caatinga com sua “mata branca acinzentada”, uma vegetação típica deste tipo de clima, que se recolhe hibernando em tempo de estiagem e renasce em tempos de chuva e é um verdadeiro show de beleza da natureza. É uma região que tem uma variabilidade climática natural, com regime irregular de chuvas e déficit hídrico, onde a quantidade de chuva que cai é menor do que a água que evapora. Além disso, é uma região com um subsolo formado, em sua maioria, por rochas cristalinas rasas, dificultando a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, normalmente é salinizada. No Ceará, cerca de 95% de seus municípios integram o Semiárido brasileiro.⁶⁶

A lógica governamental para resolver o problema da escassez hídrica na região do semiárido sempre se baseou na perspectiva do combate à seca e, com isso, investiu em grandes estruturas hídricas, com a construção de barragens na maioria delas em propriedades privadas de latifundiários, como proposta de matar a sede das pessoas e dos animais. No Ceará, dos seis maiores açudes construídos, dois deles estão localizados no território do Sertão Central: o açude ‘Arrojado Lisboa’ no município de Banabuiú e o açude ‘Cedro’ no município de Quixadá, este último foi construído ainda na gestão de Dom Pedro II e suas obras levaram cerca de 20 anos para serem concluídas.

Outras grandes represas hídricas chamam a atenção no Estado: o açude Orós, situado no município que leva o mesmo nome da barragem, e o açude Castanhão situado na região do Vale do rio Jaguaribe. Este último é considerado o maior açude do Brasil, com capacidade para acumular mais de 6 milhões de metros cúbicos de água. Suas águas são

canalizadas via canal da integração e direcionadas, especialmente, para abastecimento da agricultura irrigada da região do Vale do Jaguaribe, população da capital, região metropolitana de Fortaleza e para uso no complexo industrial e portuário do Pecém, que está situado na região oeste do Estado a 280km de distância, causando grandes impactos socioambientais, culturais, políticos e econômicos de diversas ordens, além de provocar conflitos relacionados ao acesso à água pelas famílias agricultoras e povos tradicionais que moram em comunidades rurais na região da represa e que vivem às margens do canal, que sofrem dificuldades para acessar tais águas, especialmente no período de estiagem mais prolongado que se registrou no Estado e no semiárido como um todo, ocorrido entre os anos 2012 a 2017.⁶⁷

A imagem do Semiárido como sinônimo de chão rachado e morte foi sendo cristalizada no imaginário das pessoas, que viam o Nordeste apenas como o lugar do atraso, da fome, da tristeza. Esse retrato que era e ainda persiste em algumas mentes e narrativas, está registrada em livros e constantemente era veiculado nos meios de comunicação e nas oratórias das elites locais, reproduzindo a ideia do combate à seca por meio de políticas exclusivas nos períodos difíceis de seca. Estudos apontam que muitas dessas ações provinham de grupos minoritários que secularmente dominam a região, com interesses em manter poderes econômicos e políticos e veem nestas ações oportunidades para se apropriar de verbas estatais para financiar obras que atendam aos interesses particulares destes grupos.^{42,67}

A concentração dos bens comuns (terra, água, sementes entre outros) por meio dos empreendimentos econômicos e setores de mineração, energia, pecuária e agricultura extensiva e privatização da água avançam sobre os povos do campo, das florestas e das águas. A concentração e a expansão territorial da propriedade privada sobre a propriedade fundiária em detrimento de outras formas de posse do território, como a posse comunitária das populações camponesas, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, foi e é pauta das lutas e disputa de diversos grupos camponeses organizados por outras formas de

territorialidades, de autonomia, pelo reconhecimento dos territórios tradicionais e das populações que sempre existiram nestes lugares, além da luta contra a relativização do direito de propriedade sobre a propriedade fundiária, que traz outras concepções sobre o uso da terra e dos bens comuns com interesses voltados para atender às necessidades próprias à reprodução familiar.^{42,68,69}

O monopólio ou oligarquia da terra e da água muito comum na região semiárida, tem sido muitas vezes a região usada como palco de ações pontuais e esporádicas, e da apropriação privada e indevida de investimentos públicos direcionados à construção de poços, açudes e carros-pipa para a regulação da oferta de água. Essas obras demandaram e geraram outros investimentos estatais, como a criação de órgãos estaduais e federais, leis, programas, ações, políticas e estruturas que (retro)alimentam estes interesses, perpetuando a concentração de terra, de água, de outros recursos naturais, deixando a população rural dependente e vulnerável aos grandes proprietários de terra, de empresários agroindustriais e político, favorecendo a desigualdade e o aumento da pobreza rural.⁶⁶

Essas políticas foram e são, ainda, as principais responsáveis pela histórica e recorrente perpetuação da concentração de terra e de renda nas mãos de grupos econômicos e políticos, que se ampliam para o controle e concentração dos recursos ambientais, com destaque para os recursos hídricos da região. Tais políticas são, também, determinantes para a contínua migração na direção campo-cidade.⁴²

O combate à seca fortalecido e expresso em narrativas e ações protagonizadas pelas elites locais e alguns políticos como solução para os problemas relacionados à escassez de água na região semiárida, foi sendo desconstruído nos anos de 1990 com a mobilização de diversos movimentos sociais do campo, que organizaram e construíram propostas de convivência com o semiárido, surgindo daí “ações estruturantes decididas a transformar as políticas e práticas clientelistas, historicamente, adotadas pelo governo brasileiro”.⁴²

A partir desta perspectiva, nasceu em Pernambuco a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), e por meio de suas organizações têm trabalhado desde 2001, pautando a sociedade e o poder público sobre outra concepção de lidar com o semiárido, construindo um outro olhar para essa região, mostrando que no semiárido tem vida, tem gente trabalhadora e criativa, tem produção de alimentos, tem história. Que no semiárido há riqueza, há beleza natural e cultural, há mobilização e resistência que desconstrói a visão equivocada do semiárido como sinônimo de fome, de seca, de miséria e pauta junto ao Estado a necessidade de políticas públicas adequadas a essa região, ressignificando o modo de ver, tanto das pessoas que moram neste lugar e também com as famílias de modo a elas entenderem e desenvolverem culturas de convivência adequadas a este ambiente.⁶⁶

Nesse sentido, a cultura do estoque é fundamental na pauta da ASA. Produzir e estocar bens e produtos em tempos de fartura, seja de sementes, de comida para os seres humanos e animais e, especialmente, de água, gera autonomia e possibilita as famílias rurais a passarem os períodos de estiagem em melhores condições. O trabalho da ASA junto às famílias da região vai na perspectiva da Convivência o Semiárido para além da construção de tecnologias de captação de água. Reflete-se com as famílias e organizações, o acesso às políticas públicas como Direito de todos/as. Traz para o debate elementos fundamentais como terra, água, tecnologias sociais, metodologias participativas, construção do conhecimento através de formações e trocas de experiências, organização social, comunitária e territorial de extrema importância para a construção e fortalecimento de capacidades, provocar reflexões e ações sobre os contextos envolvidos na relação política, econômica, social e ambiental.^{42,66}

Em suas primeiras ações, a ASA protagonizou o maior programa de estoque de água da chuva no mundo – o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) guardando água em cisternas de placas a

partir de um modelo criado por um pedreiro natural do estado de Sergipe, que teve a ideia de construir uma cisterna, captando água dos telhados das casas para guardar água da chuva.

As organizações sociais que compunham a ASA passaram a replicar a tecnologia, mobilizando e capacitando as famílias e as comunidades a se apropriarem do conhecimento e manejo sobre a tecnologia, oportunizando a elas a quebrarem ciclos de dependência de carro-pipa, de uma indústria da seca que, historicamente, explorou a população rural do semiárido com interesses políticos. Foi a partir daí que a ASA se mobilizou e pautou o Estado Brasileiro a investir no P1MC, como uma política pública de convivência com o semiárido e ampliar o acesso à tecnologia a mais famílias e, assim, o programa foi incorporado às ações governamentais, transformando a vida de milhares de famílias no semiárido brasileiro, especialmente das mulheres, que são as principais responsáveis por garantir água para o consumo das famílias.

Estocar água em tempos em que a chuva chega e poder usufruí-la em tempos de escassez deste bem que é muito precioso e significa segurança hídrica e alimentar. Assim, a ASA criou, além do P1MC, outros programas como o P1+2 (programa uma Terra e duas Águas) com o objetivo de promover soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e geração de renda para milhares de famílias do semiárido por meio da captação de água para produção.

O território do Sertão Central foi um dos territórios que acolheu o projeto piloto do programa P1+2 da ASA com a implementação de duas cisternas de calçadão de modo experimental, e com o resultado positivo das tecnologias foram replicadas em todo o semiárido. O território, atualmente, tem mais de mil cisternas de 52 mil litros (calçadão e enxurrada) implementadas, onde as famílias usufruem dessas tecnologias de segunda água para a produção de alimentos em seus agroecossistemas.

Nos três municípios da Rede, mais de 10 mil famílias foram beneficiadas com o P1MC, sendo que este número é apenas das tecnologias construídas pelos projetos com a ASA. Muitas outras cisternas foram viabilizadas pelo governo do Estado e por prefeituras em convênios diretos com o Governo Federal.

Esta pesquisa identificou que, em 93,8% das famílias da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central, o acesso à água para beber e cozinhar por meio das tecnologias sociais de convivência com o semiárido e as cisternas de placas (93,8%) oriundas dos programas da ASA e outras parcerias, uma família adquire água por meio do abastecimento por sistema de adutora (6,3%) construída por outro programa do governo do Estado do Ceará.

Para a produção de alimentos são diversas as formas de captação, sendo que 50% das famílias possuem tecnologias sociais de segunda água por meio de cisternas de produção (calçadão ou enxurrada) e reúso de águas cinzas. As demais famílias possuem aporte de água por meio de outras fontes, como poços profundos, açudes, lagoas e adutoras. A quantidade de água para a produção para a maioria das famílias agricultoras que vivem no semiárido sempre foi um grande desafio. Esta região é caracterizada por fatores que limitam este aspecto, como a irregularidade das chuvas, longos períodos de estiagem, capacidade reduzida de infiltrar água no solo e altas taxas de evapotranspiração são alguns dos fatores que desafiam a população rural. A adoção de estratégias de convivência com o semiárido e as técnicas de cultivo agroecológico adotadas pelas famílias têm favorecido o acesso à água para a produção de alimentos e para a alimentação dos animais.⁷⁰

Diversos estudos apresentam a relação das mulheres rurais na reprodução das famílias e no cuidado com a saúde dos integrantes. No rural são as mulheres que fundamentalmente são as responsáveis por garantir o abastecimento da água para os diversos consumos que a família necessita (beber, preparar alimentos e higiene), para uso nos plantios dos quintais e alimentação dos animais. Ao ter acesso a estas tecnologias sociais de

acesso à água, retira das mulheres o trabalho de carregar água, que em muitos lugares precisam se deslocar por quilômetros, dando a elas, mulheres, outros tempos e significados de convivência com o semiárido.

Os determinantes sociais da saúde¹⁴ referem-se, de modo geral, às condições que as pessoas vivem e trabalham, levando em conta os diversos fatores que podem colocar em risco a saúde humana, seja de cunho social, político, econômico, ambientais, sanitários, entre outros. Considerando o conceito de saneamento ecológico que considera a “mediação do ser humano com o ambiente, por meio do manejo das águas, dos resíduos e efluentes, com base na agroecologia” tem identificados as diversas alternativas e intervenções das famílias da Rede para garantir o saneamento e a promoção da saúde de suas famílias.⁷¹

A pesquisa apontou que para a maioria das/os entrevistadas/os (62,5%) os resíduos são descartados por meio de fossa sumidoura. Uma pessoa (6,3%) utiliza a rede geral. Para 31,3% das/os entrevistadas/os são realizados, também, outros manejos das águas da casa, que saem da pia de lavar louça, roupa e do chuveiro e são canalizadas para o sistema de reúso de águas cinzas¹⁵ e após o tratamento por este sistema, a água é utilizada para produção de alimentos e para alimentar os animais.⁷² A pesquisa mostrou que todas as famílias residem em casas de alvenaria, espaçosas, uma característica muito comum no meio rural, com uma média de sete cômodos. Os domicílios são constituídos por uma média de 2,75 pessoas.

¹⁴ Determinantes sociais da saúde – conforme Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. ⁸⁸

¹⁵ Sistema de reúso de águas cinzas ou Bioágua é uma tecnologia social que trata as águas utilizadas nas pias e chuveiros das residências, tornando-a apropriada para irrigação de parte da produção familiar. Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/ToolSys/Download/Publicacao/131/141>

Figura 4. Cisternas de placa de 16 mil litros - Tecnologia social de captação de água de chuva para consumo humano.



Fonte: Acervo CETRA

Figura 5. Cisterna calçadão de 52 mil litros Tecnologia social de captação de água de chuva para produção de alimentos.



Fonte: Acervo CETRA

Nos últimos quatro anos (2019 a 2022), as ações de convivência com o semiárido foram inviabilizadas pelo Governo Federal, entre elas o programa de cisternas que sofreu um grande impacto com descumprimento de contratos, realização de cortes orçamentários drásticos, impedindo que milhares de famílias do semiárido fossem contempladas pelo programa e que foi denunciada pela ASA em carta aberta¹⁶.

Com a eleição do Presidente Lula em outubro de 2022 para o seu terceiro mandato e pelo compromisso assumido com o povo para recuperar os direitos da população, acredita-se que a partir de 2023, todas as políticas públicas que foram desmontadas ao longo dos governos Temer e Bolsonaro, voltadas para os povos do campo, das florestas e das águas. Vale destacar que as foram as diversas políticas públicas voltadas para terra, trabalho e produção, água, soberania e segurança alimentar, direitos humanos e educação, mulheres e jovens rurais além das voltadas para povos e comunidades tradicionais para estas populações, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Programa Garantia Safra, Assistência Técnica e Extensão Rural,

¹⁶ Em carta aberta, ASA esclarece que governo tem condenado a população do Semiárido à fome e morte. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11236&start=60.

Programa Bolsa Família, Políticas para Juventude Rural e para as Mulheres rurais, política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, Programa Nacional de Alimentação Escolar, o programa de Aquisição de Alimentos, P1+2, PMC são alguns exemplos destas políticas que contribuíram na diminuição das desigualdades e da pobreza rural.

Política pública é a ferramenta elaborada para enfrentar um problema público com o objetivo de gerar segurança e bem-estar social à pessoa e à sua família, principalmente as mais esquecidas. Desse modo, a política pública deve atender as necessidades básicas de uma coletividade, isto é garantir aos/às cidadãos/ãs, a reprodução da vida, com acesso à alimentação, ao vestuário, à moradia, à educação, à saúde, ao transporte etc.⁷³

5.3. ATIVIDADES PRODUTIVAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NO TERRITÓRIO

A atividade agropecuária desenvolvida no Sertão Central caracteriza-se, principalmente, pelas culturas de subsistência, especialmente milho e feijão que, em geral, são desenvolvidas durante o período chuvoso guardadas pela família para poder se alimentar no período de estiagem. A criação de animais, especialmente bovinos, suínos, caprinos e aves é outra atividade muito comum no território, visto que faz parte da história do território a pecuária, inclusive como objetivo de sua ocupação territorial. O município de Quixeramobim é considerado a maior bacia leiteira do estado do Ceará.

A estratégia de combate à seca e ao desenvolvimento do meio rural por parte do poder público nas diversas esferas perpassa pelo desenvolvimento de projetos de apoio à produção agropecuária com ações intermitentes, setorializadas, com focos em cadeias produtivas e reproduzindo a lógica desenvolvimentista agrária com seus pacotes tecnológicos, desconsiderando o modo de vida camponês e as dimensões sistêmicas e diversidade étnica e cultural dos povos do semiárido.

Na perspectiva de estimular a agricultura familiar dentro de cadeias produtivas, foi instalada no município de Quixadá com altos investimentos, uma usina de produção de biocombustível da Petrobras por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), e tinham como foco estimular na região a produção de biocombustível a partir da oleaginosa mamona com fornecimento pela agricultura familiar. No entanto, diversos problemas foram surgindo nessa relação empresa e agricultores/as ao longo do tempo e em 2016 a empresa anunciou que encerraria suas atividades alegando não ser seu carro-chefe. Nas últimas notícias divulgadas pelos meios de comunicação destacam que ela planeja vender a usina até o final de 2022.⁷⁴

Outro projeto que foi instalado no território nesta lógica de pacotes de desenvolvimento com o intuito de superar os desafios com escassez de água e proporcionar à agricultura familiar alternativas para produzir alimentos, foi implantação na década de 90 do projeto Pingo D'água, situado no município de Quixeramobim, mais precisamente na região do Vale do Forquilha. Esta é uma experiência de arranjos locais produtivos de natureza agrícola com segmento na agricultura irrigada. A água do projeto foi adquirida a partir da perfuração de poços para fins de produzir diversas frutas e verduras para alimentar o mercado local e regional.

O projeto idealizado pela prefeitura municipal, teve uma série de ações e investimentos realizados pela mesma e demais instituições, como o governo do estado do Ceará, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), crédito de instituições financeiras locais e regionais, além da participação das universidades estadual e federal do Ceará e uma ação direta de pesquisadores da Universidade de Tours - França que replicaram uma experiência com a perfuração dos poços tubulares manuais já executada no continente africano, todos/as empenhados a resolverem os problemas da seca e gerar produção

agrícola, replicando a lógica desenvolvimentista agrária com pacotes tecnológicos baseados na produção em monocultivos, utilização de agrotóxicos, transferências de tecnologias.

O projeto rendeu diversos prêmios e segundo várias pesquisas, mudou a vida de famílias que residem na região do Vale do Forquilha, no entanto há diversas críticas ao modelo de projeto executado, aos processos e conflitos existentes, envolvendo as organizações representativas dos agricultores/as e enfrenta também diversos desafios quanto à sua sustentabilidade, relacionados aos aspectos ambientais, na gestão dos recursos hídricos, problemas com o desmatamento incontrolado, erosão dos solos, uso de agrotóxicos e outros de cunhos sociais, comunitários e políticos.⁷⁵

Em 2002, com o propósito de se construir outras formas de desenvolvimento rural, sustentável para as comunidades camponesas, tendo como foco o combate à pobreza na região foram viabilizados em dois territórios do Ceará - Inhamuns Crateús e Sertão Central foram contemplados com o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), uma experiência-piloto de assessoria técnica promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), das Nações Unidas, realizada no semiárido em vários estados do Nordeste brasileiro. Em proposta ousada e desafiante, visto que se propôs executar, de forma compartilhada entre o Estado e a sociedade, um programa de assessoria técnica complexo e multidimensional, que aglutinava as potencialidades das comunidades, os saberes e fazeres de todos/as envolvidos/as, com financiamentos de múltiplas atividades com abordagem sistêmica.

Na ação do projeto, a participação e envolvimento de todos e todas, sejam as famílias e comunidades rurais de agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais e suas organizações representativas, as equipes técnicas das organizações de assessoria técnica, a gestão do projeto territorial e regional, além dos demais parceiros/as eram envolvidos/as e empenhados/as de modo a construir e reconstruir conceitos,

estratégias, metodologias, instrumentos, planejamentos, monitoramento, avaliação, controle social, vivenciados a partir de um modelo de assessoria técnica continuada, trabalhando as dimensões social, política, institucional, econômica, cultural ambiental, numa perspectiva da convivência com o semiárido, trazendo para a ação a construção de novas relações sociais de gênero, geração e etnia, utilizando-se da estratégia de investir no ser humano como essencial para transformar o semiárido.³¹

Em 2018, uma nova ação do PDHC foi lançada para o semiárido envolvendo, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), 913 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta etapa ficou sob a gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) junto com o MAPA e recursos do FIDA.

Um projeto diferente da primeira etapa em vários aspectos: o tempo de duração do projeto limitado a dois anos de execução; a gestão foi totalmente centralizada em Brasília e não mais em unidades gestoras regional e territorial; seleção das entidades prestadoras dos serviços via chamada pública, onde qualquer entidade seja do poder público ou da sociedade civil em qualquer lugar do país podia concorrer à chamada, diferente da primeira versão onde apenas organizações da sociedade civil (ONGs e cooperativas de técnicos/as) do Estado poderiam participar como entidade de assessoria técnica; a estratégia metodológica seguiu outro formato e prioridade; a utilização de um sistema de monitoramento informatizado, focando em metas e com diversos limites de operação para as entidades, prejudicando a realização das atividades; fomento limitado a poucas famílias, diferente da primeira etapa, em que todas eram contempladas, dentre outros fatores limitantes e desafiantes que interferiram no andamento do PDHC.

O território do Sertão Central foi contemplado com o PDHC, tanto na primeira etapa de 2002 a 2010, sendo desenvolvido em cinco municípios do território (Quixadá,

Quixeramobim, Banabuiú, Choró e Senador Pompeu), com a assessoria técnica sendo realizada por quatro organizações da sociedade civil e contemplando 1.692 famílias, quanto na segunda etapa programada para ser de 2 anos e meio a partir da metade em 2018, porém, devido à pandemia de COVID-19 foi prorrogada até o final de 2021 e contemplou 1.060 famílias em 08 municípios, sendo 7 no território do Sertão Central (Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Choró, Senador Pompeu, Solonópole, Dep. Irapuã Pinheiro) e um município (Varjota) fora do território que fica situado na região norte do estado do Ceará.

Nas duas etapas do projeto, o CETRA realizou assessoria técnica às famílias no território trabalhando com uma equipe multidisciplinar. Dentre as pessoas que compuseram as equipes técnicas do PDHC, tive a oportunidade de ser uma destas profissionais, exercendo a função de técnica de campo na primeira etapa do projeto, trabalhando, inicialmente, como em dinâmicas que foram mais intensas e diárias nas comunidades entre 2007 a 2010. Depois passei a exercer a função de coordenadora de projetos e de território, o que fez com que a minha relação com o território do Sertão Central fosse crescendo e se consolidando.

5.4 A REDE DE AGRICULTORES/AS AGROECOLÓGICOS/AS DO SERTÃO CENTRAL: PERFIL, TRAJETÓRIA E RELAÇÕES

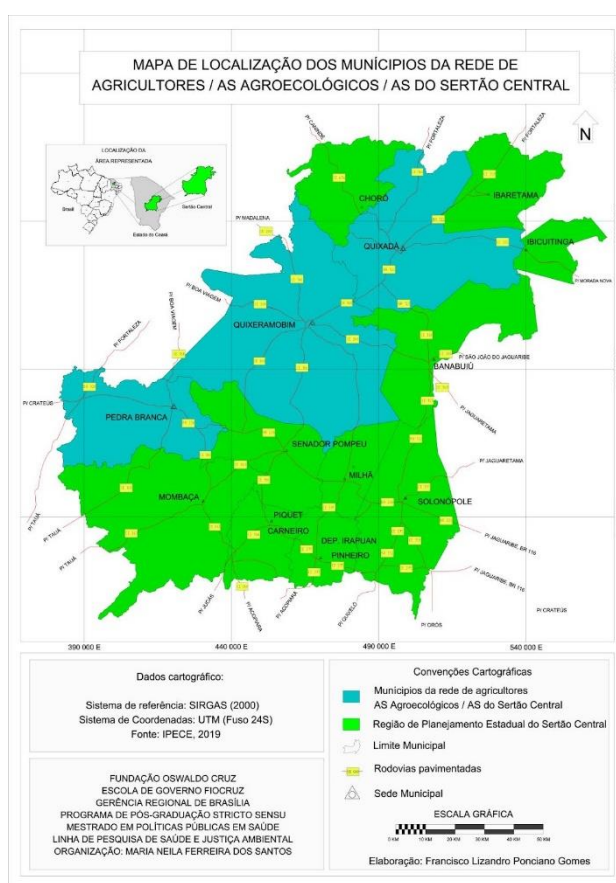
“Agricultura familiar e camponesa é saúde no campo e comida na mesa”.

A Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central completou 8 (oito) anos de existência em 2022, e se originou a partir das diversas trocas de saberes e experimentação das famílias agroecológicas do território com outros territórios. Atualmente, ela é formada por 52 famílias agricultoras que estão em processo de transição agroecológica e residem em dezenas de comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e em comunidades quilombolas de três municípios do território: Quixadá, Quixeramobim e Pedra

Branca (imagem 6), sendo que a maioria das famílias estão concentradas nos dois maiores municípios do território: Quixeramobim e Quixadá.

Do número total de famílias que integram a Rede, cerca de 30,7% (16 famílias) foram entrevistadas/os para esta pesquisa e responderam ao questionário socioeconômico e ao questionário EBIA.

Figura 6. Mapa de Localização dos municípios que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do território do Sertão Central do Ceará

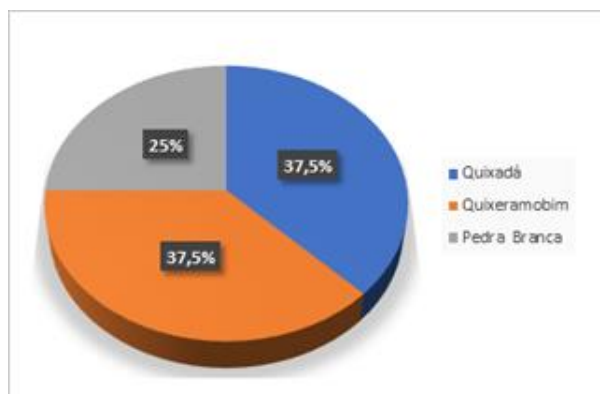


Fonte: Mapa elaborado por Francisco Lizandro Ponciano Gomes

A distribuição representativa por município pode ser visualizada no gráfico 1, onde mostra que 37,5% residem no município de Quixadá, outros 37,5% são do município de Quixeramobim. Os demais (25%) residem no município de Pedra Branca. A maioria das pessoas são do sexo feminino (75%) e os 25% do sexo masculino. O público possui idade entre 22 a 71 anos, com média de idade 46,1 anos, prevalecendo aqui a participação de

adultos/jovens. A pesquisa identificou, também, que há 20,9% dos habitantes dos domicílios entrevistados um público menor de 18 anos e em 16,3% dos domicílios é formado por pessoas acima de 60 anos (idosos).

Gráfico 1. Percentual de entrevistados por município, 2022.



5.4.1 Povos Quilombolas no território e na Rede

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) afirma que um território remanescente de comunidade quilombola é a materialização e o reconhecimento das grandes e diversas resistências do povo negro ao modelo escravista e tirano, implantado vergonhosamente no Brasil Colônia. A CONAC destaca ainda, que estes territórios se originam dos antigos quilombos de escravos refugiados, mas também, de “terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, seja durante a vigência do sistema escravocrata ou após sua abolição”. A comunidade remanescente de quilombo para a CONAC significa:

[...] uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé.

Conforme o mapeamento realizado em 2019 sob a coordenação da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE), o estado do Ceará tem 87 (oitenta e sete) comunidades rurais quilombolas registradas e certificadas pela CERQUICE. Deste número, apenas 49 são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) – órgão que no período de 2019 a 2022, esteve vinculado ao Ministério do Turismo, visto que o Ministério da Cultura ao qual ele pertencia, foi extinto em 2019, teve uma gestão negacionista e nenhuma destas comunidades teve título definitivo da terra emitido pelo INCRA-CE, órgão federal responsável pela titulação das terras no Brasil. A nova gestão federal retornou a FCP ao ministério da cultura e o novo presidente prometeu recolocar a FCP a serviço dos interesses das comunidades quilombolas.

No Sertão Central, o Quilombo Sítio Veiga, situado na Serra do Evaristo no município de Quixadá, é a única comunidade quilombola que tem a certificação emitida pela FCP (AGUIAR, SANTOS e ALENCAR, 2020). Além deste quilombo, há registros de outras comunidades de remanescentes quilombolas no território. É o caso da comunidade Mearim no município de Quixeramobim. Em ambas as comunidades há famílias que integram a Rede no Território. Vale ressaltar, que o relatório socioeconômico, cultural e ambiental que balizou o reconhecimento do Quilombo Sítio Veiga pela Fundação Cultural Palmares, o Quilombo Veiga, teve a colaboração da assessoria técnica do CETRA durante a execução do projeto PDHC na etapa 1 da qual esta comunidade fazia parte.

A pesquisa aponta que no indicador de raça e cor dos/as entrevistados/as (gráfico 2), a maioria das pessoas se autodeclararam de cor parda, correspondendo a 56% do público, outros 25% de cor preta e outros 19% de cor branca. Deduz-se que a prevalência da raça negra neste território esteja vinculada à ocupação e formação territorial de comunidades quilombolas e indígenas. Considera-se, também, que a relação das comunidades quilombolas com a Rede seja um fator preponderante que favorece a autodeclaração racial das cores parda e preta.

No estado do Ceará, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (PNAD C) apontam que, em 2019, a população declarada de cor branca representava 27,2% da população residente, ao passo que a declarada de cor preta era de 5,9% e a declarada de cor parda correspondia a 66,2% no Ceará (IPECE, 2020).

É válido lembrar que os colonizadores europeus desenvolveram seu poderio no Brasil, ocupando e se apropriando de espaços originalmente ocupados por povos indígenas, injetando suas culturas e escravizando o povo negro, subtraindo-os criminosamente do continente africano e que os forçaram a trabalhar, primeiramente, na produção açucareira, gerando fortunas para tais europeus. A entrada dos europeus e do povo africano em nosso país, contribuiu na formação do povo brasileiro, um povo miscigenado. Como dito anteriormente, as pessoas que ocuparam o sertão cearense saíram especialmente dos estados de Pernambuco (um dos primeiros Estados a receber navios negreiros oriundos da África), Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia.

5.5 ORGANIZAÇÃO, GESTÃO SOCIAL E ARTICULAÇÕES DA REDE

A gestão da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central é formada por uma coordenação colegiada com cinco integrantes, sendo 4 (quatro delas mulheres) representadas por pessoas dos três municípios cujas principais responsabilidades são: representar a Rede nos espaços de formação e representação social e política dentro e fora do território; articular e mobilizar o conjunto das pessoas que participam em seus respectivos municípios, apoiando a equipe do CETRA e demais organizações e movimentos sociais; animar o coletivo a encaminhar, junto com a assessoria, os projetos de interesse do coletivo; gerir os processos internos, entre outros.

A Rede se encontra periodicamente, e nestes encontros (imagens 6 e 7), os/as participantes trocam experiências, se capacitam, dialogam sobre a organicidade do coletivo,

realizam práticas agroecológicas, trocam saberes. Alguns destes encontros são realizados nos agroecossistemas uns/umas dos/as outros/as, no intuito conhecê-los, de fazer controle social e monitoramento da produção agroecológica, além de fortalecer os vínculos individuais e coletivos. Outros encontros acontecem em espaços cedidos, como o espaço do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Quixeramobim, que sempre apoia o coletivo neste sentido.

A Rede tem o apoio do CETRA, que tem o papel de mediador dos processos, abrindo espaços para a interação entre diversos agricultores/as, mulheres, juventudes, povos e comunidades tradicionais, além das outras redes sociais e organizações. A instituição realiza, também, assessoria na perspectiva agroecológica, de modo familiar e coletivo, que são viabilizados através dos projetos que a entidade acesse. A assessoria técnica diretamente às famílias em seus agroecossistemas, sempre com a compreensão de que o/a profissional técnico/a deve atuar como um/uma mediador/a que dispõe de um conhecimento tão importante quanto o dos/as agricultores/as.

Figura 7. Encontro da Rede na Fazenda Não Me Deixes da escritora Rachel de Queiroz no município de Quixadá



Fonte: Acervo CETRA

Figura 8. Encontro de Formação com a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central em Quixeramobim



Fonte: Acervo CETRA

5.6 O CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A autora Siliprandi (2009) destaca que a agroecologia “pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis”. Com o apoio de uma assessoria técnica agroecológica desenvolvida pelo CETRA e a partir de trocas de experiências, as famílias agricultoras da Rede que trabalhavam de modo convencional, foram realizando mudanças nos sistemas produtivos das propriedades rurais, alterando os modos de se relacionar com a natureza e com as pessoas. As mulheres começaram a estar mais presentes nos espaços de debates sobre agroecologia, como em formações, seminários, encontros, bem como nos espaços de comercialização da produção de suas unidades.⁷⁶

Estes projetos, eles são riquíssimos, mas em orientação pra gente. O que você aprende não tem universidade que ganhe. Você troca experiência. Você vai visitar o quintal de uma pessoa. Às vezes você pratica uma coisa, naquele quintal que você vai você repassa seu conhecimento aí você tá ajudando. O seu conhecimento é tudo. (Flor de Mandacaru)

Através dos projetos, a gente foi tendo aquele conhecimento, aquela coisa...foi abrindo nossos olhos pro bem da natureza...pro bem da gente, da própria família. Eu também tinha, porque meu pai sempre gostou de plantar canteiro. Quando veio o projeto das cisternas de segunda água eu já tinha canteiro, já tinha as plantas, tinha um quintalzinho. [...] chegou a cisterna e o quintalzinho foi aumentando a produção pra nosso bem-estar mesmo pra nossa alimentação, graças a Deus está dando certo. [...] o que a gente tem, dá pra gente, pra fazer a sustentação da casa e o excedente quando a gente leva pra feira, troca com alguém da comunidade, faz doação, é assim. (Margarida)

As agricultoras do grupo focal evidenciaram que, a partir do momento que se aproximaram da agroecologia, o modo de ver e de trabalhar com a agricultura foi se modificando, visto que outras perspectivas na relação com a agricultura foi se abrindo, oportunizando maior sustentação de suas famílias e de outras famílias, à medida que elas ultrapassaram as cercas de suas unidades produtivas e disponibilizaram comida de verdade nos mercados territoriais.

O processo de produção agroecológico vai além do manejo e dos métodos utilizados na produção da agricultura, baseado na troca de insumos e recursos. Incorpora também as relações envolvidas na família, na comunidade, no território, com a natureza, com a finalidade da produção e comercialização, com formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentaram. O caminho agroecológico seguido pelas mulheres e os/as demais que integram a Rede é permeado de diversos obstáculos frente aos que seguem o modelo convencional de agricultura. No entanto, elas reconhecem que a alteração no modo de produção convencional para a agroecológica trouxe mudanças positivas e têm contribuído para condições de vida bem melhores para elas e suas famílias.

Eu não sabia nem o que era degradação. Para mim, tanto fazia. Eu vim ter noção da agroecologia de 2011 para cá. Eu cansei de ver o Dedé (esposo) pulverizar feijão numa semana e na outra semana ele ia apanhar pra nós comer, e comia. Hoje, ele não faz isso. Mas, de 2011 pra cá que ele passou por uma capacitação pra criar abelha e uma das exigências era não usar veneno. Eles fizeram até um experimento: perto da colmeia plantar um litro de milho e um litro de feijão. E distante da colmeia fazer a mesma planta pra ver o diferencial é impressionante que perto das abelhas...óó...a produção foi maior por causa da polinização, porque a abelha contribui muito com a natureza. E aí pra ele ganhar 4 caixas ele tinha que isolar o veneno total. Foi quando veio essa política pública – o PAIS Comercialização e eu fui beneficiada com o projeto PAIS. Eu já tinha meus canteiros já produzia minhas coisas, mas aquele veneninho *barrage* era comigo mesmo na formiga. Peguei até uma bicheira no pé, quase não sara por causa do veneno. Aí quando ganhei o PAIS não podia, aí comecei a praticar. Aí foi que eu vim ter consciência do mal que o veneno fazia, porque antes não tava nem aí, podia queimar, podia fazer tudo. Daí pra cá a gente começa a ter a visão, a visualizar e falar realmente é verdade...eles estão certo aqui, realmente vamos ter que ir dessa maneira. (Flor de Mandacaru)

[...] Foi onde eu vim ter o conhecimento, na verdade, de não usar o veneno. Aquela coisa de você aprender a fazer seu próprio defensivo natural, porque o conhecimento quem aprende fica pra sempre. A questão do defensivo natural, pra mim, foi um conhecimento...a questão de não tirar o mato, não arrancar o mato, ficar só limpando...eu não sabia, porque meu pai toda vida, deixava tudo limpo e aí foi onde eu vim aprender que deixando o mato pra proteção da terra, vai valorizar... a questão de gradear também, porque ajuda na erosão...eu não tinha este conhecimento. Agroecologia é o que a gente faz, produz para a gente mesmo. Botar para nós mesmos e para os nossos clientes. Saber o que estamos levando para as feiras. Aquilo que a gente não

quer para a gente não querer para o próximo. Era a consciência do que está fazendo. (Margarida)

Eu nunca gostei de pulverização não. Isso já vem do meu pai, porque ele falava que era muito prejudicial, ele não sabia explicar pra gente, mas ele sempre repassou que se a gente não pudesse fazer era melhor. Ele pulverizava em último recurso. Em 2019, eu vim ter um conhecimento como seria trabalhar com agroecologia a partir do momento que comecei a ser acompanhada pelos técnicos do CETRA, e isso foi um incentivo muito grande. Eles começaram a repassar pra mim qual era a importância da agroecologia, deram as oficinas como a gente ia fazer nossos defensivos natural, então foi isso que veio me fortalecer. É um conhecimento muito bacana e que fica pra gente pro resto da vida. Isso aqui eu já estou passando pro meu filho, meu filho, pro meu neto e a família toda se engaja. [...] Agroecologia não é só um canteiro não, você tem que ver onde é que você vai botar aquele saco plástico, onde você vai jogar aquela sacola, o que você vai fazer pra melhorar este terreno. Então, agroecologia não é só canteiro é o universo total. Trabalhar com agroecologia hoje no Brasil tá sendo a coisa mais difícil que você possa imaginar. [...] nós estamos lutando de um lado para que nossos filhos tenham uma alimentação mais saudável para a feira...que nós vamos aquele nosso cliente consiga se alimentar melhor, mas a gente ainda corre o risco da gente tá levando algo que não é do nosso conhecimento porque o vizinho coloca. (Girassol)

5.6.1 A diversidade de alimentos nos quintais produtivos agroecológicos

A produção de alimentos saudáveis ganha destaque nas unidades produtivas das famílias da Rede, por sua diversidade de cultivos. Destaca-se, ainda, a guarda e a manutenção de suas próprias sementes, considerado um recurso importante para a manutenção da agrobiodiversidade, fundamental para a autonomia dos/as agricultores/as no controle de produção, na promoção da segurança alimentar e nutricional.⁷⁷

O que a gente pode controlar, a gente controla, como por exemplo: semente eu não compro, milho, feijão a gente tem o cuidado de guardar para nós ter a nossa semente. Semente de tudo que a gente pode guardar, a gente guarda. A gente só compra o excedente que você não tem como produzir. (Flor de Mandacaru)

As famílias agroecológicas produzem alimentos que têm sabor e cheiro, têm história e cultura e que a maioria dessa produção vai para o consumo da família e o excedente

é comercializado especialmente nas feiras agroecológicas, contrapondo-se aos padrões hegemônicos de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

Esta pesquisa evidencia a diversidade da produção agroecológica realizada pelas famílias da Rede. Uma imensa variedade de frutas de diversas espécies (87,5%), cereais e leguminosas (75%), hortaliças e legumes (81,3%), bem como criação de animais, como: ovinos e caprinos (18,8%), suínos (37,5%), bovinos (31,3%), aves –galinha, peru, pato, codorna (68,8%) e apicultura (12,5%), são encontrados nos quintais das famílias da Rede. Estes dados confirmam uma das principais características da agricultura camponesa e familiar e um dos princípios da agroecologia que está relacionado à diversificação na produção com atividades agrícolas e de criação animal.^{29,78}

As plantas ornamentais têm um valor simbólico enorme, embelezando o espaço da casa e do quintal, além de algumas plantas servirem ao controle biológico, na atração de insetos e pássaros dentro da unidade produtiva. As plantas medicinais (68,8%) e ornamentais também aparecem como destaques importantes na pesquisa e na fala das mulheres do grupo focal, elas trazem a importância das plantas medicinais quando precisam curar algum problema de saúde, fazendo uso de infusões e chás.

Planto milho, feijão, sorgo e fava quando acho um pedacinho de terra. Outras coisas a gente planta no quintal – jerimum, maxixe, hortaliças, batata doce, é pouca, mas a gente arranca uma cozinhada, plantas medicinais, agora estou plantando fruteira não sei se vai dar certo, porque é um barro e tem a pedra muito rasa., mas estou tentando e aí você vai mudando a plantação. A gente tira pro consumo e o excedente a gente leva pras feiras, dá um vizinho, troca. Não dá certo uma coisa a gente planta outra de tudo um pouco. (Flor de Mandacaru)

Planto milho, feijão, fruteiras – graviola, mamão, goiaba, limão, caju, amora, jerimum, melancia, maxixe, araruta, plantas medicinais – romã, canela, alecrim, agrião, e assim sucessivamente além das plantas ornamentais pra sustentabilidade e o excedente pra feira. (Margarida)

Sou muito voltada pras frutas, tenho caju, goiaba, laranja, tangerina, acerola, ciriguela, cajá, hortaliças – coentro, rúcula, espinafre, as medicinais, planto milho, feijão, batata doce, macaxeira, tenho araruta, além do que deixo pro mantimento da família no verão, porque o feijão eu guardo, o milho eu guardo. Eu faço a farinha de pipoca (fubá de milho), faço cuscuz do milho

que a gente guarda no tambor, e estas são cultivos que a gente tem; tenho para o consumo e o excedente para feira. (Girassol)

Os alimentos produzidos nos quintais agroecológicos são especialmente para o consumo familiar, mas são também para a venda. Por meio da comercialização de seus produtos, as famílias obtêm recursos para adquirir outros bens e serviços que não dispõem. A pesquisa identificou que a distribuição percentual da proporção entre consumo e venda da produção de alimentos, representa uma variação na proporcionalidade entre o consumo e a venda do que é produzido pelas famílias entrevistadas. Observou-se que 37,4% destinam mais da metade (cerca de 70%) da sua produção para consumo e 30% para venda. As famílias que reservam para consumo entre 40% e 50%), são 18,8% do público, sendo o restante (entre 50% a 60%) designado para a venda. Já 25% das/os entrevistados/as relataram que consomem 30% da produção e comercializam os 70% restantes. Há duas pessoas (12,5%) que destinam mais de 95% de tudo que é produzido para a venda, consumindo apenas 5% da produção.

Tanto os dados sobre a diversidade e variedade de cultivos quanto os dados sobre o volume da produção que é consumido pelas famílias se relacionam com outra característica da agricultura camponesa e familiar, que é a produção para a sua subsistência. Aqui há uma série de benefícios de saúde, econômicos, sociais, políticos de promoção da segurança alimentar das famílias, visto que elas consomem os alimentos por elas produzidos, que têm qualidade, são acessíveis, nutritivos, culturalmente apropriados, dialogando com o conceito de Soberania Alimentar defendido pela Via Campesina durante a Cúpula da Alimentação em Roma.^{29,78}

5.7 PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Além dos princípios da agroecologia, a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central é fundamentada nos princípios da Economia Solidária, que são exercidos cotidianamente por meio da solidariedade, da reciprocidade, da cooperação, da ajuda mútua, valores que são pouco evidenciados na contemporaneidade, mas que sempre se fizeram presentes na vida das famílias camponesas. A troca, a doação, o mutirão, são ações que se perpetuam no meio rural e que fortalecem a vida em comunidade. Durante a pandemia, as ações de solidariedade foram mais acentuadas e foi central para minimizar os efeitos causados pela crise sanitária.

E em um momento tão desafiador, a ação em Rede foi fundamental para que as famílias, em situação mais críticas, recebessem ajuda. Um exemplo disso foi a campanha Agroecologia e Solidariedade, uma ação de mobilização que envolveu o CETRA, as Redes e parceiros que se mobilizaram para realizar ações de doação de cestas básicas, materiais de higiene, comunicação com orientações importantes sobre os cuidados e comportamentos, em linguagem acessível e adequada ao meio rural, para que todas e todos se protegessem contra o vírus.

Além do que, numa rede de solidariedade e ajuda mútua os/as integrantes das Redes Territoriais foram muito importantes, contribuindo com a identificação das famílias na doação de alimentos, e também na disponibilização de produtos onde o CETRA pode comprar parte desta produção agroecológica, a partir da arrecadação de recursos para este fim, para montar as cestas básicas que foram distribuídas para as famílias em situação de fome e minimizando os prejuízos causados pela parada dos espaços de comercialização em famílias da Rede que ofertavam seus produtos.

Produtos como banana, mamão, mandioca, farinha de mandioca, jerimum, feijão, cajuína foram alguns alimentos adquiridos dos/as agricultores/as da Rede e foram muito importantes na qualificação das cestas básicas com produtos de qualidade oriundos da agricultura familiar agroecológica, como também minimizou as dificuldades e prejuízos que estes/as agricultores/as agroecológicos/as tiveram para escoar sua produção durante o período da pandemia.

A pesquisa confirmou que, praticamente, todas as famílias (93,5%) relataram a imensa dificuldade em comercializar seus produtos em tempos de pandemia, pois não podiam circular e as feiras agroecológicas, que eram seus principais pontos de venda foram fechadas, com isso tiveram perda de produção e de renda.

A pesquisa revelou a situação de uma família entrevistada que afirmou não ter tido problema para comercializar o que produzia, haja visto que ela continuou fazendo entregas de seus produtos à clientela na cidade e que sua produção de ervas medicinais, para produção de chás, aumentou significativamente (100%) durante este período pandêmico. Atribui-se este aumento ao uso destas ervas como alternativa terapêutica no combate ao coronavírus e outra razão como o aumento do preço do café, visto que a clientela deste agricultor é formada, em sua maioria, por pequenos comerciantes de lanches nas vias públicas.

As Feiras Agroecológicas e Solidárias, uma das práticas da Economia Solidária são os principais espaços de escoamento da produção agroecológica. Elas são realizadas periodicamente nas sedes dos municípios, nos distritos e também na capital cearense. É uma oportunidade além da geração de renda, uma aproximação da produção camponesa diretamente aos consumidores/as da cidade. Esta relação campo e cidade possibilita a valorização da agricultura camponesa e familiar, a defesa da agroecologia, da oferta de alimentos saudáveis diretamente de quem produz, diminuindo a distância entre quem produz

e quem consome, estabelecendo novas relações. Elas também proporcionam o exercício dos princípios como autogestão, comércio justo, cooperação, solidariedade entre seus membros.

No Sertão Central, agricultores/as agroecológicos/as da Rede, realizam feiras no município de Quixeramobim, Pedra Branca e em Fortaleza, como também participam de feiras da agricultura familiar em outras ocasiões no qual o grupo é convidado a participar.

Figura 9. Feira Agroecológica no município de Pedra Branca



Fonte: Acervo CETRA

Figura 10. Feira da agricultura familiar no município de Quixeramobim



Fonte: Acervo CETRA

As feiras agroecológicas e da agricultura familiar são extremamente importantes e integram os circuitos curtos de comercialização. Elas oportunizam estreitar as relações de quem consome e comprar com quem produz, um indicador profundamente importante para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pois oportuniza a aquisição de produtos frescos, saudáveis, em curtas distâncias, favorecendo o acesso à alimentação diversificada produzida pela agricultura familiar agroecológica.

Visualiza-se com a realização das feiras agroecológicas o verdadeiro lugar que os alimentos devem ocupar nos sistemas alimentares, que é o de alimentar as pessoas com alimentos saudáveis, nutritivos, diversificados, produzidos de modo equilibrado, reconhecendo a importância da natureza por entender o quanto dela precisam, tal como preservando a cultura e os hábitos alimentares locais. E neste sentido, a Rede de

agricultores/as vem construindo Agroecologia no território, reconectando os sistemas agroalimentares e promovendo saúde, soberania, segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental.

São diversas expressões que confirmam que os/as agricultores/as da Rede vão se construindo de forma individual e coletiva para superação das adversidades, prova de sua capacidade resiliente. E esta condição de organização em Rede os/as tornam mais fortes e firmes na construção de um outro mundo, um mundo mais justo, mais solidário, condições fortes para superação da pobreza e da fome.

Todas as famílias da Rede são agricultoras camponesas familiares e produzem alimentos em seus agroecossistemas, onde parte desses alimentos são consumidos e outra parte comercializada em mercados territoriais, possibilitando renda monetária para a aquisição de bens e serviços que elas não produzem. Os/As agricultores/as agroecológicos/as que integram a Rede realizam experimentações em seus agroecossistemas, fazem inovações, fortalecem a cultura e as tradições locais, trocam experiências com outros/as agricultores/as em outros territórios, inclusive internacionalmente, como em 2019 uma agricultora, que reside em Quixadá, foi para um intercâmbio na Colômbia partilhar sua experiência enquanto agricultora e a experiência da Rede do Sertão Central e assim vão construindo novos conhecimentos.

Com a Rede eu me sinto mais segura, porque sei que não estou sozinha no barco. Além das minhas vizinhas, das pessoas que fazem parte do grupo da agroecologia, mas a Rede abrange mais gente. Eu sei que posso contar com pessoas de Itapipoca, do Quixeramobim, de Pedra Branca, de qualquer lado que eu me virar tem pessoas que se eu precisar eles estão juntos pra me ajudar. A Rede veio em uma boa hora, porque às vezes a gente precisa de alguma coisa, algum complemento no nosso quintal e a gente sabe que a Rede tem como socorrer, naquele momento com o fundo rotativo, aí você não se sente sozinho. (Flor de Mandacaru)

Figura 11. Ciranda de encerramento do Encontro Territorial de Agroecologia e Socioeconomia Solidária do Sertão Central no marco geodésico do Ceará em Quixeramobim



Fonte: Acervo CETRA

Ao longo desta pesquisa, vemos a importância da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central Cearense na promoção da saúde, na luta contra as mudanças climáticas e na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, resilientes, inclusivos, alinhados às recomendações da FAO para a necessidade de modificações drásticas nos sistemas alimentares globalmente no intuito de acabar com a fome, onde todas as pessoas tenham saúde e vida digna.¹¹

Saúde é quando a gente passa ter autonomia do seu sustento automaticamente se descobre. Você vai aprendendo no dia a dia e você vai se descobrindo. O agricultor de verdade, ele tem seus conhecimentos que nem o índio, que nem as nações antigas. Tudo é remédio caseiro. Você vai se descobrindo. *Até a COVID passou direto*. Se a gente teve foi muito leve que ninguém soube graças a Deus. Tiramos de letra, graças a Deus. (Flor de Mandacaru)

É a questão também de ter nossos próprios alimentos, nossas plantas medicinais. Porque se eu tenho a planta medicinal, se eu tô sentindo algo, eu vou procurar me tratar com aquela planta que eu tenho no meu quintal mesmo se eu não tenho, mas eu sei que a colega tem eu vou procurar dela. No caso se eu tô com uma gripe vou fazer um lambedor e não tenho a corama e minha colega tem vou procurar dela. É uma segurança que a gente tem do nosso próprio quintal do nosso próprio conhecimento. A gente vai procurar ser mais saudável com as coisas que a gente tem. A saúde com a família com o nosso próprio quintal faz um conjunto se organiza para poder se proteger. (Margarida)

Entendo por saúde pelo que a gente produz. É a questão de não usarmos agrotóxico. Eu acho que isso é uma contrapartida muito grande para nossa saúde, não só nossa, mas dos nossos filhos. Essa questão da saúde, como nós produz, eu tenho é certeza que nós temos uma vida bem melhor. Eu acho até

difícil nós saber quando as nossas colegas tá doente, porque tudo que a gente tem, além de ser saudável, é uma coisa natural. A gente não toma um *ki-suco*. Eu acho que isso colabora muito para nossa saúde. Nós comemos uma fruta sem agrotóxico, nós comemos uma verdura sem agrotóxico. Então, essa qualidade que nós produzimos eu acredito que isso é fundamental pra nossa saúde, então ligo uma coisa com a outra. Eu acho que essa segurança é o que nós passamos, e até para os nossos clientes também. (Girassol)

5.8 SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL, NO CEARÁ E NA REDE DE AGRICULTORES/AS AGROECOLÓGICOS/AS

“Comer como um direito!
Comer é um ato político!”

A violação do Direito Humano à Alimentação Adequada nos últimos anos do governo Bolsonaro só aumentou no Brasil. O agravamento desta situação foi mostrado pelos dois inquéritos sobre a Insegurança Alimentar (IA) no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, realizados pela Rede PENSSAN nos anos de 2021 e 2022, onde mostrou dados vergonhosos de um país que está entre os maiores produtores de alimentos no Mundo, mas possui mais de 33 milhões de pessoas passando fome e metade da população encontra-se em algum grau de insegurança alimentar. De acordo com Bezerra, De Olinda e Pedraza (2017), a “insegurança alimentar é fenômeno complexo e multidimensional de determinação multicausal, de naturezas distintas, entre as quais a econômica, a psicossocial, a ética, a política e a cultural”.⁷⁹

Conforme os dados divulgados pela Rede PENSSAN, o meio rural comparando com o meio urbano, apresentou um grau de “Insegurança Alimentar atingindo mais de 60% dos domicílios e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente” (II VIGISAN-2022). No caso do estado do

Ceará, a situação de Insegurança Alimentar é muito crítica, correspondendo a 56,2% da população cearense.

É fato que a pandemia agravou a situação de insegurança no país, mas não podemos deixar de registrar que as ações e decisões políticas antes e durante a pandemia só agravaram a situação, favorecendo o aumento destes números, especialmente junto à população mais empobrecida, especialmente nos lares chefiados por mulheres, sendo ainda pior quando são mulheres e negras, concluindo que a fome tem cor, gênero e lugar.

Para identificação da situação de Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de insegurança alimentar (IA) junto ao público da rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central, foi inserido na pesquisa as perguntas do questionário da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar - EBIA, como dito anteriormente. O instrumental foi aplicado na versão de oito perguntas nos lares só com pessoas adultas, e a versão com 14 perguntas nos lares que tinham crianças e adolescente até 18 anos. A EBIA é um instrumento metodológico validado nacional e internacionalmente, aplicável tanto nas zonas rurais como nas urbanas e de grande importância de avaliação direta da segurança alimentar da população. Por meio deste instrumental, identificou-se as condições alimentares das famílias da Rede.

Os resultados da pesquisa junto à Rede, mostraram que 37,5% das famílias que compõem a Rede com o acesso pleno aos alimentos de que necessitavam, ou seja, em Segurança Alimentar. Um resultado muito positivo e que está duas vezes maior do que os dados gerais do Estado do Ceará que infelizmente foi de apenas 18,2% da população cearense em SA. Ao comparar com os dados de SA da região nordeste (32,0%) e o dado nacional de SA para área rural (36,2%), conforme diagnosticado pela Rede PENSSAN no II VIGISAN, em ambos os casos a situação das famílias da Rede é ainda superior.⁵

Quanto aos níveis de Insegurança Alimentar, foi identificado que as demais famílias (62,5%) da Rede estão todas em IA Leve. Esta condição que é caracterizada pela ameaça e medo de faltar completamente a comida para toda a família, pelo dinheiro ter acabado antes que pudesse comprar novos itens, e também pela qualidade da alimentação ter sido afetada em quantidade e diversidade. Felizmente não foi detectado na pesquisa nenhuma família em estado mais avançado de insegurança alimentar (estágio moderado e grave). Seja nos domicílios que tinham só pessoas adultas ou com criança e adolescentes na composição familiar, os resultados no nível de insegurança alimentar não tiveram alteração, sendo todas diagnosticadas com IA leve. Destaca-se aqui um aspecto muito importante e positivo, visto que diversas pesquisas apontam que há maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em domicílios com presença de crianças e/ou adolescentes, o que não é o caso das famílias que compõem a Rede do Sertão Central.⁷⁹

Infelizmente este cenário não é em todo o estado do Ceará. Os números de insegurança alimentar nos estágios mais severos (moderada e grave) estão presentes em mais da metade dos lares cearenses. O alto índice de pessoas em situação de fome é visível aos olhos de todos/as que circulam pelas ruas e bairros da capital cearense, onde centenas de famílias encontram-se pedindo esmolas, diversas praças e terrenos sendo ocupados por pessoas em situação de rua, e pelas manchetes de jornais que são noticiados diariamente estas e outras situações de vulnerabilidade da população.

5.8.1 Brasil e Ceará com Fome gerando sofrimento físico e psíquico

A percepção e subjetividade estão associadas aos sentidos humanos, baseadas nas reflexões científicas de Antônio Meneghetti⁵⁶, tendo as experiências de profundo sofrimento psíquico pela possibilidade da pessoa ou de sua família passar fome como algo tão forte e que

deve ser dada tanta importância quanto as demais formas orgânicas, viscerais e cutâneas manifestadas pela fome.

[...] “para uma compreensão da fome é necessário reconhecer os sentidos que transcendem a semiologia clínica e interfere de modo cruel nos sonhos de estar no mundo da vida. Fome coabita com o sentido agônico; vive-se com medo e cujo sentido associa-se a outros, compondo uma intersubjetividade representacional da condição faminta em cada contexto”.⁸⁰

A Insegurança Alimentar Leve vista nos resultados coletados junto às famílias da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central, alinham-se ao diagnóstico que a Rede PENSSAN apresentou na metade de 2022, onde identificou que 125,2 milhões de pessoas no Brasil se encontram em Insegurança Alimentar, uma média de 28% estão no estágio leve.

A pesquisa da Rede PENSSAN mostrou que os domicílios rurais brasileiros apresentaram uma situação preocupante comparado aos domicílios da zona urbana. O Inquérito destacou que 60% dos domicílios rurais estão em IA, com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente. Os resultados divulgados pelo Suplemento I do II VIGISAN, que analisa a pesquisa da Rede PENSSAN por macrorregiões e estados mostram que o Ceará com 29,3% de IA leve, sendo 1,3% ponto acima da média nacional (28%), no entanto os estágios de IA moderada (26,3%) e grave (26,3%) apresentaram números alarmantes, sendo o Ceará um dos estados nordestinos juntamente com os estados do Maranhão e Piauí com alta prevalência de fome, superando a média nacional (15,2%).⁸¹

5.8.2 Caracterização da renda, acesso a políticas públicas e relação com a SAN

A conduta governamental na execução de políticas públicas e no acesso a direitos são determinantes no aumento ou baixa das desigualdades sociais, na elevação ou declínio das condições de renda e riqueza da população menos favorecida. Um dos principais elementos que geram insegurança alimentar e outras iniquidades na população é a insuficiência da renda

familiar. Portanto, a renda familiar é uma condição fundamental na capacidade da família de acesso aos alimentos.⁵

O Suplemento ao II do VIGISAN apresentou que no estado do Ceará a renda domiciliar *per capita* mensal com os seguintes dados: 30,6% com renda de até 1/4 de salários mínimos; 34,2% com renda mais de 1/4 até 1/2 salários mínimos; 29,8% com renda mais de meio até 1 salário mínimo e 5,3% com mais de um salário mínimo.

Esta pesquisa de mestrado identificou que a renda das famílias da Rede do Sertão Central, é oriunda basicamente do que é produzido por elas. O estudo revelou que, a maioria das famílias (38%) possuem renda monetária de até meio salário mínimo. As famílias que declararam ter renda entre meio a um salário mínimo representaram 31% do público. Já 6% declararam que sua renda foi de até 1/4 do salário mínimo, que em valores reais equivalente a R\$275,00¹⁷ mensais. Um percentual de 25% das pessoas entrevistadas declarou ter renda de um ou mais salários mínimos eram aquelas que tinham aposentadoria de algum familiar.

A pesquisa buscou saber ainda se houve redução de renda durante o período pandêmico e foi detectado que 38% das famílias da Rede tiveram redução em suas rendas, 19% tiveram pessoas da família que perderam trabalhos e 25% fizeram corte nas despesas essenciais no período da pandemia COVID-19.

As políticas públicas de transferência de renda beneficiaram a 68,8% das/os entrevistadas/os e 56,3% informaram que tiveram acesso ao vale gás, evidenciando uma contribuição muito positiva, especialmente no período pandêmico, visto que muitas dessas famílias tiveram perda de renda, devido aos espaços de escoamento da produção que elas tinham acesso foram limitados em razão do fechamento e das restrições de circulação durante a pandemia. Muitas famílias camponesas já comercializam em feiras

¹⁷ Cálculo realizado com o valor do salário mínimo de R\$1.100,00

agroecológicas e outros mercados, no entanto tiveram de reprogramar seus plantios, inclusive reduzindo a produção, a fim de evitar maiores prejuízos, como ocorreu no início da pandemia.

Toda essa situação associada à ausência e à negligência do Estado Brasileiro que desorganizou e extinguiu diversas políticas e estruturas de apoio à produção e ao abastecimento alimentar no país, implicou severamente na Soberania e na Segurança Alimentar e Nutricional da população, especialmente as mais vulnerabilizadas, resultando em diversos problemas sociais e econômicos, como a alta de preços, aumento da fome e da miséria e muitos outros impactos negativos.⁴

É sabido que as condições de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar das famílias envolvem diversos determinantes sociais, sendo a renda familiar considerada como uma premissa de grande importância que determina o acesso aos alimentos pelas pessoas (II VIGISAN, 2022).

5.9 A RELAÇÃO DAS MULHERES COM A SEGURANÇA ALIMENTAR

Ao considerar que são famílias que moram no meio rural, a maioria são lideradas por mulheres e se identificam como parda ou preta, esta condição diagnosticada como insegurança alimentar, um achado da condição alimentar de insegurança leve na Rede é considerado um resultado muito positivo e que tem relação direta com os fatores e determinantes sociais percorridos neste trabalho, dentre eles: adoção da produção agroecológica como o caminho para a garantia da Segurança Alimentar e superar a fome; a articulação em rede possibilitando a troca de experiências e união de forças para superar os desafios, inclusive os efeitos da pandemia foram menores; a formação e o conhecimento que embora não se traduz com todas as pessoas com nível de instrução de educação formal, mas tem a sabedoria da experiência e da vivência no campo, e que também pelo conhecimento adquirido inclusive pelas trocas de experiências em rede.

A produção de alimentos diversificados em quintais produtivos, realizada dentro dos princípios agroecológicos colocam-nas em uma posição diferenciada do processo produtivo. É neste lugar, ao redor de casa, que as mulheres também experimentam outras relações do modo de vida no campo, criam estratégias que asseguram o autoconsumo e a reprodução familiar. Para as mulheres, os quintais são espaços:

[...] de produção de um sistema agroalimentar complexo que incorpora o cultivo, a criação, a transformação, o extrativismo de forma sustentável; de gestão da biodiversidade; de defesa e proteção dos recursos ambientais; de produção e consumo com o mínimo de entrada de insumos externos; de produção de alimentos saudáveis; de garantia da segurança alimentar e nutricional; de potencialização de relações em esferas solidárias, de compartilhamento de bens comuns; de salvaguarda de sementes crioulas; de transmissão de conhecimentos ancestrais, dentre outras possibilidades construídas nas relações afetivas e na realização das atividades realizadas nos espaços dos quintais.⁸²

O acesso a políticas públicas de convivência com o semiárido com acesso às tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano, que fazem a captação de água de chuva para beber e cozinhar proporcionaram outros modos de viver no semiárido e fortaleceu as condições de segurança hídrica das famílias e água para a produção de alimentos nos quintais agroecológicos, aumentando a capacidade e diversificando a produção e proporcionando comida para a mesa das famílias.

As formas de comercialização e trocas solidárias em circuitos curtos de comercialização solidária; a participação, a organização social e a política em associações comunitárias e redes territoriais alinhadas ao acesso à formação, à informação, à assessoria técnica, e a outras políticas e programas públicos, fazem com que essas famílias tenham maior autonomia. Destaca-se como outro fator importante as famílias terem acesso à assessoria técnica realizada por organizações da sociedade civil com apoios de organismos internacionais, iniciativa privada e governamental que fortaleceram a organização produtiva, social e comunitária.

A participação feminina na Rede é significativa. São mulheres atuantes, protagonistas e perpassam pela gestão dos seus agroecossistemas familiares, mas também pelos espaços de governança. São lideranças femininas que ocupam cargos de gestão nas associações comunitárias, na coordenação local e regional da Rede de agricultores/as. Elas estão à frente dos espaços locais de comercialização da produção, como é o caso das feiras agroecológicas e solidárias e nos espaços de formação e representação social e política, dando visibilidade ao trabalho delas, da Rede e da agroecologia no Território.

5.10 AS MULHERES, SUAS LUTAS E A CONSTRUÇÃO DO ORGULHO E EMPODERAMENTO FEMININO

“Vamos juntas companheiras, vamos botar pra valer, vamos quebrar as correntes do machismo e do poder. Esta luta não é fácil, mas tem que acontecer. A mulher organizada tem que chegar ao poder”. (Trecho da música: *Esta luta não é fácil* de Nazaré Flor)

As narrativas que sucedem alertam para a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura, o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos, que lutam por seus direitos e são protagonistas de suas histórias. A categoria empoderamento e orgulho feminino é explorada aqui a partir das manifestações das mulheres do grupo focal sobre ser mulher, ser agricultora, guardiã da agrobiodiversidade, produtora de conhecimentos agroecológicos e de alimentos de verdade.

O lugar de submissão historicamente associado às mulheres, não faz parte do ser mulher e sim de uma construção social, justificada a partir do sexo e que é naturalizada, alimentada e disseminada pelo sistema hegemônico, fundamentado no patriarcado e no capitalismo por meio de um conjunto de normas, valores, costumes e práticas e que são manifestadas em diversas formas para diminuir a capacidade das mulheres.⁸³

Hoje, no meu conhecimento, as pessoas estão mais acostumadas em valorizar em seu valor ser mulher. [...] não sou tão velha, a minha mãe, por

exemplo, veio ter direito de votar, ela tinha mais de 40 anos. Pra minha mãe para se aposentar foi uma burocracia, foi um sacrifício, quase que no mundo ela que não consegue a aposentadoria rural. E antes que nem isso a mulher tinha direito. Antigamente, a mulher não tinha direito à aposentadoria, a mulher viúva não tinha direito à pensão. Antes, o homem tinha um direito e a mulher tinha outro. Hoje, não, é de igual pra igual. Eu acho que mudou e muito, tiro pela minha família, pela minha mãe...e eu me lembro quando ela teve o direito de votar, porque a minha mãe não tinha direito a nada. Graças a Deus que mudou pra melhor. (Flor de Mandacaru)

Nós mulheres ainda precisa muito...a gente já lutou, já conseguiu muita coisa, mas a gente precisa lutar mais um pouquinho para chegar ao patamar da igualdade. Tem muitas que batem o pé, mas tem muitas mulheres sofrendoras que vive a mercê, submissa. Tem mulheres que vive com o marido, porque não podem sustentar a casa sozinha. Tem que se obrigar a apanhar, porque não tem emprego, principalmente neste momento que estamos vivendo. [...] mulher tem muito chão ainda para nós percorrer. (Girassol)

Na maioria das vezes, o trabalho das mulheres não é reconhecido e é atribuído apenas ao doméstico nas atividades reprodutivas, sendo que a participação feminina no meio rural, na geração de renda e na produção de excedentes direcionados ao mercado local é tão ou mais significativa quanto a dos homens. O caráter patriarcal da sociedade é um dos maiores desafios a serem enfrentados por todas nós mulheres.

Quando as mulheres camponesas têm oportunidade ou são provocadas a refletir sobre o lugar que ocupam, passam a se reconhecer enquanto trabalhadoras na agricultura, entendem sua importância e o seu papel dentro de sua casa e na sociedade, se afirmam politicamente, e a partir de seu cotidiano problematizam suas histórias, lutam por seus direitos, enfrentam a discriminação, o preconceito e demais formas de opressão. Conforme reforça a autora Siliprandi, para se romper com a lógica do sistema patriarcal é necessário que haja um “processo de empoderamento também político dessas mulheres, que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade”.⁷⁶

Eu nunca fui para agricultura porque meu pai nunca deixou ir para a roça. Vontade eu tinha na época de plantar, mas ele nunca deixou, mas eu fiz... [...] Em 2010, após o falecimento do meu esposo fiquei interagindo mais

com as pessoas, foi aparecendo os projetos e eu fui me engajando até conseguir...chegou as cisternas da primeira água e de 2ª água fui contemplada. Eu me considero agricultora. Eu não sou aquela de viver na mata fazendo todo o processo de um terreno. Eu me orgulho de ser mulher, de ser negra, de ser agricultora. [...] A valorização da mulher, principalmente quem é negra...a gente encontra muitas barreiras na vida, a questão do racismo. [...] Eu já encontrei racismo comigo na cidade de Quixadá, mas não baixei a cabeça...não sou de baixar a cabeça, gosto de enfrentar as coisas, não com briga, mas mostro o que sou capaz. Ser agricultora e negra é mais difícil. (Margarida)

Eu pude dar valor ao que eu fazia, o que eu trabalhava. Antes eu trabalhava como uma burra de carga, não sabia nem qual eram meus direitos, só de trabalhar e cuidar de menino. Hoje! Pense! Eu sei qual é meus direitos. Eu sei do que sou capaz de fazer. [...] Toda vida eu gostei de trabalhar, toda vida eu lutei, toda vida eu trabalhei e hoje, o valor da mulher a gente luta pelos nossos objetivos. (Flor de Mandacaru)

Eu uma vez fui discriminada e isso me doeu muito, porque foi dentro da entidade que diz que luta pelos meus direitos, dentro do sindicato.[...] Ser mulher é muito difícil. Eu me considero negra, agricultora e tenho muito orgulho disso. Mas, muitas vezes, você é discriminada. Hoje, a gente não tá sendo tão agredida como a gente era, mas eu acho que a gente tem que melhorar muito. Porque muitas vezes eu faço uma coisa e o homem ainda chega lá e diz assim, lá na minha localidade, um rapaz chegou e disse: já limpou o campo e eu disse já...quem foi que limpou? Disse fui eu...e ele você?? Quer dizer que sou incapaz de fazer porque sou mulher???A gente ainda tem este tipo de piadinha que a gente não é capaz de fazer as coisas e a gente é capaz de fazer as coisas e a gente faz muito melhor do que certos homens. (Girassol)

Como mostrado anteriormente, as mulheres na Rede são maioria do público (75%) e desempenham papéis decisivos na unidade familiar, na governança do coletivo, partindo de suas experiências, e se contrapondo ao sistema hegemônico, contribuindo para a transformação de suas realidades. São mulheres que se orgulham de trabalhar na agricultura, de alimentar suas famílias, de produzir alimentos agroecológicos saudáveis, de alimentar outras famílias no campo e na cidade por meio do que vendem nas feiras ou em outros modelos de comercialização da produção. Transcendem alegria e felicidade quando são reconhecidas pelo trabalho que desempenham e se sentem estimuladas e orgulhosas, porque sabem do seu valor.

“Eu me orgulho muito de ser o que eu sou graças a Deus nunca me faltou o pão de cada dia na minha mesa. Eu me orgulho de ser agricultora porque a agricultura é o que dar sustentabilidade da gente. Eu me orgulho muito de ser o que eu sou graças a deus nunca faltou o pão de cada dia na minha mesa.[...] Ser mulher e ser agricultora a gente mostra que não faz vergonha; não é feio dizer que é agricultora e hoje com o conhecimento maior que a

gente tem como agricultora, é você chegar na cidade e você ver aquelas pessoas que dizem assim: e aí mulher quando que vai voltar nossa feirinha? Quando é que vocês trazem? O que vocês tem? Tem isso? Tem aquilo? Quer dizer, além do nosso sustento, nós estamos contribuindo com a alimentação daquelas pessoas que reconhecem o nosso trabalho. Isso aí dá orgulho pra gente. Que aí você ver o seu valor. O valor que você está contribuindo pra sociedade. Também orque antes a gente não era visto. Nós era cego. As pessoas não via nós com bons olhos. Hoje vê justamente pelos produtos que nos oferece que eles verem que é de qualidade...de excelente qualidade e isso dá orgulho pra gente.” (Margarida)

“É quando eu olho de manhã ter meu café da manhã. Esse orgulho que tenho é que a minha família cada dia que passa eu tô conseguindo alimentar ela melhor. Então esse orgulho de eu saber produzir aquilo pra minha família. De manhã vê macaxeira cozida na mesa é muito gratificante. Eu fazer um almoço e eu saber que eu agricultora fui eu quem produziu aquilo ali pra vir pra mesa.” (Girassol)

Algumas mulheres que compõem a Rede participaram do projeto das cadernetas agroecológicas um instrumento político, pedagógico que tem como finalidade monitorar e dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas agricultoras em suas unidades familiares. Nesta ferramenta é registrado o que as mulheres agricultoras cultivam em suas unidades produtivas, destacando o foi vendido, trocado, doado e consumido. Assim, é possível visualizar o trabalho das mulheres na produção de alimentos para o autoconsumo, percebendo o que deixa de comprar e por sua vez qual a contribuição econômica delas na renda familiar, além de perceber a quantidade e a qualidade do alimento que vai para as mesas das famílias. Este mecanismo contribui na construção da autonomia das mulheres agricultoras, na sua relação familiar, no acesso a direitos sociais e políticas públicas, rompendo inclusive com situações de violência doméstica.⁸³

Através da caderneta eu pude avaliar a minha despesa e a minha renda, porque antes eu fazia aleatoriamente, eu não tinha noção se eu ganhava, se eu perdia...e a partir do momento que a gente foi pra caderneta aí se sim que a gente fica com os pés firme a gente sabe quando as coisas tá dando você pra lucrar alguma coisa, quando não tá, quando precisa a gente fazer alguma mudança. Uma ferramenta muito importante...até nosso dia a dia em casa para gente ter noção da nossa despesa. Eu nunca tinha anotado nada o que eu gastava, quanto eu consumia. [...] Mas a partir do momento que a gente passou a anotar na caderneta eu fui ver o quanto eu gastava na minha casa por mês, mesmo sem eu ter um salário fixo foi aí que eu vi a necessidade de fazer as outras coisas...antes eu ia só levando com a barriga. Eu até hoje anoto minhas coisas no meu caderninho. (Flor de Mandacaru)

[...] Foi importantíssima, porque foi ali onde fui acordar para ver o quanto eu gastava, consumia, doava fazia tocas enfim no final do mês eu sabia toda trajetória do mês ,é uma ferramenta que uso até hoje, ela é minha companhia diária. (Margarida)

A gente teve um apoio da caderneta pra gente saber o que a gente produz e ela veio só somar com a gente. Vê o valor nosso do que a gente contribui no dia a dia pra nossa família. Eu me orgulho mais ainda quando descobri através desta caderneta pra somar dentro de casa um valor. Quando passei a anotar eu vi o quanto eu como agricultora era valorizada e eu não sabia deste valor. (Girassol)

5.11 AS JUVENTUDES RURAIS E OS DESAFIOS PARA SE MANTER NO CAMPO

“Sair” ou “ficar” é uma escolha? Se é uma escolha, quais condições são dadas às juventudes rurais para fazer esta escolha?

No mundo contemporâneo, há uma reprodução do rural como o lugar do atraso, a desvalorização da agricultura familiar, o modelo de produção e consumo, a ausência e os equívocos na implementação de ações de políticas públicas, entre elas as específicas às juventudes são alguns fatores que dificultam a reprodução social no campo e provoca diversos debates, reflexões sobre o esvaziamento e o envelhecimento no meio rural, onde o “ficar” ou “sair” precisam ser vistos e analisados com cuidado, buscando entender as influência internas e externas que levam as juventudes rurais não quererem trabalhar na agricultura, além de compreender que o campo não é só produção de alimentos, é lugar de vida e que as pessoas precisam ter acesso a todos os direitos (acesso à terra, à água, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer, ao crédito, entre outros) para viverem com qualidade e dignidade.

Os meus filhos, graças a Deus, só têm uma que só sabe plantar os pés no chão, não têm nenhum trabalhando na agricultura, mas sabem trabalhar, são capazes. Mas nenhum mora aqui na comunidade, porque não têm casa para morar e nem têm terra para trabalhar. Moram na cidade. (Flor de Mandacaru)

Meus filhos não vão querer ser agricultor, eu tenho consciência disso. Mas eu me orgulho de ser agricultora, eles não têm vergonha de mim. (Margarida)

Meu filho trabalhava em Fortaleza, graças a Deus eu mostrei pra ele, eu falei pra ele que a agricultura é fundamental pro ser humano, porque ninguém come se nós não produzir. Hoje, meu filho tá voltado pra agricultura, graças a Deus

tá voltando pra casa pra gente dar continuidade. Hoje, incentivo meu filho, e mostro pra ele que tem como a gente sobreviver no campo com mais saúde, assim uma vida bem melhor, no campo. O medo hoje ainda existe e a condição fica cada dia mais difícil. Hoje em dia, tá mais difícil deles conseguirem o pedaço de terra deles, principalmente com as políticas públicas que nós temos. (Girassol)

Manifestar-se sobre a decisão das juventudes em “ficar” ou “sair” do meio rural carece cuidado, atenção e um olhar sistêmico para diversos aspectos que têm relação ao acesso aos direitos básicos, às condições de vida do povo no campo, bem como as influências do capitalismo sobre serviços, produção e consumo, dos atrativos e oportunidades que o meio urbano oferece. Olhar para o aspecto da boa vontade, escolhas ou do apontamento do que é certo ou errado às juventudes rurais é perigoso e errôneo. Chamo atenção para dois aspectos que são comuns na decisão dos/as jovens camponeses de “sair” do meio rural que está relacionado a busca por oportunidades de emprego e renda e/ou a educação.

Destaco aqui a minha história enquanto filha de uma família camponesa que migrou para a cidade ainda criança para continuar estudando, já que a escola da comunidade em que eu morava, só havia até a 3ª série do ensino fundamental. A escolha e decisão de “ficar ou sair”, parte *a priori* da minha mãe, que na época, enquanto professora da educação primária, sendo uma das primeiras professoras do lugar onde exerceu esta função na comunidade por cerca de 32 anos, não aceitou a ideia de suas filhas ficarem sem estudar, porque na sua comunidade, ou comunidades próximas, não dispunham de educação mais avançada. Buscou outras alternativas junto a familiares para que suas filhas continuassem seus estudos e, assim, em 1987 fui morar com minhas tias maternas na sede do município de Itapipoca/CE, onde elas residiam e onde estudei da 4ª a 6ª série do ensino fundamental (1989). Neste período, coincidiu com uma acentuada luta dos/as trabalhadores/as rurais pelo direito à terra em nossa comunidade e no entorno, assim como o aumento da violência na região.

Dezenas de famílias camponesas, dentre elas a minha família, que residiam naquele território há várias gerações, estavam sendo exploradas e obrigadas a pagar a meia (metade do

que produziam) a um senhor que chegou na localidade afirmando que havia comprado a terra e que, a partir de então, mudanças ocorreriam naquele lugar. A comunidade junto com demais comunidades vizinhas, passaram a vivenciar um clima de terror com a presença dos jagunços que amedrontavam as famílias, circulando as residências, inclusive à noite, e ordenando a expulsão daquelas que não aceitavam a ordem do “patrão” e exigindo que os eles/as entregassem parte da produção e não tivessem a mesma liberdade para viver e trabalhar naquela terra, gerando uma verdadeira guerra interna.

A luta e a resistência dos/as trabalhadores/as foram imediatas e contaram com a orientação jurídica e social também de Antônio de Freitas e Margarida Pinheiro que junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à igreja católica da Diocese de Itapipoca apoiavam os trabalhadores/as rurais da região. Vale destacar que, nesta época, o trabalho deles estava sendo realizado na região norte e oeste do Estado do Ceará, onde nossa comunidade está situada. As famílias foram orientadas sobre seus direitos, provocando o entendimento sobre a ilegalidade do pagamento da meia e resistindo bravamente às investidas do latifundiário e de seus funcionários. Isso aumentou significativamente os conflitos agrários internos, resultando no assassinato de três trabalhadores (um pai e dois filhos) de nossa comunidade, além de ter deixado vários feridos e outros trabalhadores presos.

As lembranças que tenho daquela época são mínimas, já que eu ainda era muito criança (nove anos), mas ainda guardo na memória os gritos e lamentos de toda a comunidade, de minha mãe chorando e agitada, da multidão que passou em frente minha casa com lampiões e velas acesas para velar e enterrar nossos agricultores/as. Mas, estão vivas na terra conquistada, nos relatos de minha mãe, pai, tios/as, demais lideranças das comunidades de nosso lugar e nas histórias registradas nas pesquisas acadêmicas e jornalísticas nas homenagens aos mártires na praça da igreja matriz da sede do município de Trairi e no pátio coberto da Escola Carlos Ferreira Barbosa da comunidade Vieira dos Carlos.

A escola desta comunidade, assim como muitas escolas no meio rural foi formada, inicialmente, a partir da iniciativa e mobilização das próprias famílias, que anteriormente utilizavam o salão comunitário, o espaço de sociabilidade, construído pela própria comunidade, e também era utilizado como escola para as crianças. Conforme relato de lideranças comunitárias e de pessoas mais idosas, manter os/as filhos/as estudando partia mais dos esforços das famílias do que do cumprimento do dever e responsabilidade do poder público municipal de assegurar o direito à educação.

Até meados da década de 1980, a comunidade só dispunha até da 4ª série do ensino fundamental (atual 5º ano) e para que os/as jovens continuassem estudando as opções eram: se deslocar até os distritos com distância mínima de 10 quilômetros, enfrentando muitas dificuldades no trajeto, visto que não havia estradas adequadas e nem veículos, exigindo de cada um/a uma estratégia diária para chegar até as escolas, ou sair da comunidade para morar na zona urbana, como foi o meu caso. Só em 1997, foi ofertada a primeira turma de 5ª série do ensino fundamental pelo poder público municipal na escola local, um ano antes de eu entrar na graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal do Ceará. E, apenas no ano 2000, a escola da comunidade teve a primeira turma de 8ª série (atual 9º ano), encerrando o ciclo do ensino fundamental. Minha mãe conseguiu concluir o ensino médio pedagógico, em 2001 numa escola que fica a cerca de 14km da nossa. Já meu pai, infelizmente, não conseguiu passar da 1ª série do ensino fundamental, apenas sabe escrever seu nome e lê poucas palavras.

Esse exemplo evidencia alguns obstáculos no acesso à educação no meio rural. A negação do direito à educação do campo é histórica e vai desde a não oferta de turmas, perpassando pela insuficiência e precariedade dos espaços escolares, corpo docente qualificado, provocando queda no número de matrículas na zona rural, comprometendo a qualidade do ensino, fazendo com que muitos estudantes migrem para as cidades ou simplesmente abandonem as escolas.⁸⁴

Mas, para uma jovem rural e pobre estudar e se manter estudando na cidade também não foi nada fácil. As condições de vida da minha família, o crescimento e demandas de estudos das minhas irmãs pelos mesmos motivos que os meus, foram aumentando a angústia de minha mãe em me manter na cidade e poder oportunizar às minhas irmãs, também, a continuidade de seus estudos, porém as condições econômicas estavam cada vez mais difíceis. Sabendo de uma ação social executada pelo pároco municipal de Trairi/CE – Padre Tomás Feliu Amengual, que presidia uma entidade filantrópica com o objetivo de apoiar adolescentes e jovens a continuar os estudos na cidade, minha mãe pediu a ele vagas para mim e minha duas irmãs mais novas. Participamos do processo seletivo e fomos morar na entidade, inicialmente na sede do município de Trairi (três irmãs) e, posteriormente, nas casas da entidade na capital cearense – Fortaleza para cursar o ensino médio (eu e uma outra irmã).

Na capital, estudei numa escola particular gerida por jesuítas, muito tradicional, onde estudam filhas e filhos da classe média alta. Eu e outros/as colegas da entidade éramos bolsistas, e tivemos que conviver, além das dificuldades de acompanhar o conteúdo educacional, às mais diversas manifestações discriminatórias e preconceituosas naquele lugar educacional. Eram recorrentes vivências de racismo e questionamentos por sermos bolsistas, porque estudávamos no mesmo horário que os/as pagantes, por muitas vezes sendo necessário que o tutor da entidade, Padre Tomás, fosse até a Escola fazer reclamações junto à diretoria.

Consegui terminar o ensino médio, e um ano e meio depois entrei na Universidade Pública Federal do Ceará, me formei em Economia Doméstica. Depois, cursei duas especializações em instituições públicas renomadas (UFC e Fiocruz), e hoje estou concluindo o mestrado em Políticas Públicas em Saúde, também pela Fiocruz, uma instituição pública renomada internacionalmente.

A educação que acessei, a vida e a lógica urbanas que vivenciei foram me levando para outros caminhos e direções. Em nenhuma destas escolas urbanas, o currículo escolar

trouxe para meu aprendizado o modo de vida camponesa, a valorização do meio rural e nem fui estimulada a isso. As poucas vezes que aparece rural nos materiais pedagógicos conta uma visão equivocada deste lugar. E este rural eu apaguei também nestes lugares que passei.

Não retornei ao meio rural para morar. Antes ia para visitar minha família. Mas me orgulho em dizer que há mais de 17 anos volto ao meio rural, ao meu lugar, para partilhar um pouco dos conhecimentos adquiridos e reconstruídos. Volto e me uno à luta daquele povo pelo direito à terra de quem ainda não tem terra, pelo direito à água, ao saneamento rural, à segurança alimentar e nutricional, à saúde, ao lazer, à cultura, à segurança, por construção e reconstrução da identidade rural, seja nos mais jovens quanto também nos mais velhos/as, no intuito deles desconstruírem ideias do rural como o atraso e poder ajudar a reconstruir novas identidades rurais nas juventudes e a continuar lutando por direitos e políticas públicas adequadas aos povos dos campos, das florestas, das águas e das cidades.

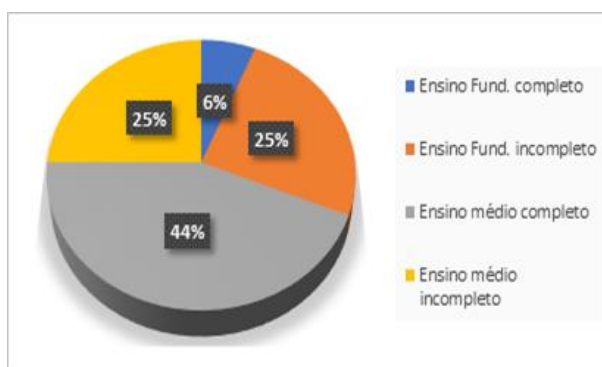
Hoje, posso afirmar que um pouco menos da metade de meus 45 anos, enxergo a dimensão de tudo que vivenciei e refleti sobre elas e sobre minhas origens camponesas e a responsabilidade que tenho nesta luta. Olhar para minha trajetória como filha de agricultora e agricultor e comparar a tantos jovens rurais da minha idade que não tiveram as mesmas condições que eu, concluo que as oportunidades não chegam para todo mundo, porque elas não são criadas para chegar a todo mundo. Na pesquisa realizada com o coletivo da Rede foi identificado que nenhuma das pessoas entrevistadas têm o nível superior e que 56,5% não concluíram o ensino médio.

Se eu tivesse condições de estudar, podia até ser que eu não fosse agricultora hoje. Eu sonhava, quer dizer eu sonho até hoje. Eu não faço, porque daqui para Quixadá pesa no bolso da gente, era uma faculdade de gastronomia. Porque avançava mais no meu conhecimento até para mim aproveitar o que eu produzo. (Flor de Mandacaru)

Teve um tempo que para eu aprender a ler e escrever eu fui morar com uma família, passei uns 7 anos eu precisava estudar, mas fui muito escravizada, estudava à noite e cuidava de casa, lavava roupa e eu não aguentei e retornei e daí pra cá eu só trabalhei na roça. (Girassol)

Os indicadores de escolaridade do público da Rede (gráfico 4) apontados na pesquisa, mostram que 44% das/os entrevistados/as possuem o ensino médio completo e 6% que o fundamental completo (6%). No entanto, 50% das pessoas relataram que não concluíram o ensino médio (25%) e o fundamental (25%), correspondendo à metade das pessoas entrevistadas que não conseguiram fechar o ciclo estudantil de educação básica, ou seja, ao acesso a um dos direitos fundamentais que é a educação.

Gráfico 2: Distribuição percentual do nível de escolaridade dos entrevistados.



A efetivação do direito à educação aos povos do campo compreende amplos desafios que perpassam pelas questões pedagógicas até a infraestrutura das escolas, tendo muito que se investir na educação do campo e para o campo. Mas, é fato que o acesso à educação no meio rural, atualmente, é maior e mais acessível do que há alguns anos, apresentam-se como uma importantíssima forma de inclusão social e de diminuição da desigualdade educacional entre o meio rural e urbano, possibilitando às famílias agricultoras maior conhecimento de seus direitos.

Historicamente, o Estado brasileiro não trabalha por igualdade de oportunidades para as populações empobrecidas, seja no campo ou na cidade. Muitas pessoas migram em busca de melhores condições de vida, emprego e renda, educação, saúde, o acesso às

tecnologias, entre outras coisas. Tradicionalmente, construiu-se um estigma do campo como um lugar atrasado, que é vergonhoso ser agricultor/a, que a agricultura não dá dinheiro, e que para se ter vida melhor é preciso sair para a cidade, com percepção de que é na cidade que se tem vida boa, com acesso à renda fixa, um mercado de trabalho atrativo, trabalho menos pesado do ponto de vista físico, diversas opções de lazer e muitas possibilidades. Além de que é na zona urbana que as pessoas têm como continuar os estudos com mais qualidade e acessar a formação superior.

Outra situação difícil no rural culturalmente generalizada por parte de alguns adultos de que as juventudes não querem nada, limitando essa juventude aos processos decisórios na família e acesso à terra e outros bens que possam estimular este público a construir suas próprias estratégias de gerar renda e independência. O trabalho é visto como um elemento central na transição juvenil, pois é por este meio que eles começam a adquirir autonomia diante de sua família. A força de trabalho do/a jovem é importante para a manutenção das unidades produtivas, assim como o reconhecimento desse trabalho por parte dos/as adultos/as. Se é difícil para os meninos, imagina para as meninas mulheres, onde esse padrão familiar é mais opressor, violento, carregado de preconceitos de gênero. A narrativa da *Flor de Mandacaru* relata bem isso.

Fui criada pelo meu padrinho. Ele não deixava eu ir pro roçado e eu ia escondida.... Meu padrinho dizia que mulher não é pra ir pro roçado que atrasava o legume. Mas eu ia com o outro menino que ele criava e pulava a cerca. Quando ele dava fé a gente já estava comendo o milho e ele dizia que não tinha quem pudesse com a gente. (Flor de Mandacaru)

Ao olhar para os resultados dos esforços feitos por minha família, em especial minha mãe, temos: todas as filhas com diploma de nível superior e o filho com nível técnico incompleto e todas estão trabalhando. No entanto, quatro dos cinco filhos moram na cidade e não pretendem, até o momento, seguir com a profissão do pai e da mãe como agricultor/a. A única que mora no meio rural segue os passos de nossa mãe, como educadora e agricultora.

Talvez, ao analisar esses resultados familiares, alguns podem considerá-los negativos. No entanto, é preciso entender que mesmo que nós queiramos voltar para lá, aos olhos do Estado, não teremos lugar para morarmos e produzirmos. Podemos até ir, de modo subversivo, como uma de minhas irmãs fez, mas é considerada para as regras estatais como agregada, sem direitos às políticas públicas ofertadas a quem é assentado. E onde está o nosso direito ao acesso à terra?

Infelizmente, a política pública da reforma agrária, como foi pensada e é executada, não vê os/as filhos/as como parte deste processo de reprodução social nos assentamentos, motivos de questionamento meu a um funcionário do INCRA ao querer justificar que nós filhos/as de assentados/as somos agregados/as, portanto não temos direitos às políticas públicas de assentados/as dentre eles de morar e usufruir da terra que meu pai e minha mãe vivem. Vem aí o questionamento. Quem assume a responsabilidade na gestão administrativa da unidade familiar e da tomada de decisão sobre o conjunto de bens e serviços da família? Como são pensadas as políticas públicas? Elas são inclusivas? Elas estão dentro das necessidades e realidades de quem precisa delas? E na cidade, como esta juventude vive? Quais direitos elas acessam? Onde moram? Quais trabalhos executam? Continuam estudando? Moram nas periferias? Então, não faz parte meramente da escolha entre o “ficar” ou “sair”. É preciso entender os distintos significados dos bens materiais, dos bens simbólicos, do patrimônio territorial.⁸⁵

Estudos apontam que para a juventude seguir na administração e na tomada de decisões da vida familiar no meio rural, os recursos que ela detém e os tipos de atividades desenvolvidas na unidade produtiva não são suficientes. Os papéis assumidos pelos membros, o nível educacional, a qualificação profissional, as relações entre os membros, com as contradições e tensões e que as diferentes formas das formas de transmissão do patrimônio

mudam de acordo com o contexto histórico, social, político, econômico, geográfico, institucional.⁸⁵

A vida me oportunizou enquanto profissional trabalhar em organização da sociedade civil que assessora famílias do campo e isso tem muitos significados, simbologias e me faz refletir também sobre o retorno ao meu lugar de origem, me enxergo, qual o meu papel, como diálogo isso com meus/minhas pares, como provoco o debate e reflito isso com as pessoas que trabalham comigo e nos espaços que milito e represento. Mas, sou uma exceção no meio de tantos contrerrâneos/as e no meio de tantos jovens brasileiros/as que não tiveram e não têm e talvez não terão as oportunidades que tive.

Mudanças estruturais no modelo da sociedade industrial se fazem urgentes e necessárias para se enfrentar a ameaça geracional e garantir a continuidade da agricultura sendo protagonizada pelas juventudes no campo. É preciso que o campo seja valorizado. É preciso construir e reconstruir a identidade rural com a juventude para assumir o seu papel social e político, reconhecendo seus potenciais para a mudança, suas habilidades, inovações e como agentes de transformação não deixando que “o medo de se tornarem, aos olhos dos mais velhos, aqueles que não valem nada”, prevaleça. E quando deixarem de ser jovens que possam pensar e agir diferente, diminuindo o conflito de perspectiva entre as gerações no espaço que ocupam na unidade familiar, especialmente no que diz respeito à gestão.⁸⁶

É essencial reconhecer a importância da agricultura camponesa e familiar para a produção de alimentos que vai à mesa dos/as brasileiros/as. Do mesmo modo, é superimportante e necessário, trabalhar com os/as mais velhos/as para que compreendam o valor e o potencial da juventude na transmissão do patrimônio familiar. Trabalhar para que os conhecimentos sobre a agricultura não sejam perdidos e por meio da oralidade e da experimentação conjunta entre os/as mais jovens e os mais velhos/as sejam resgatados, permanecidos e multiplicados.

É preciso que o Estado invista na agricultura camponesa e familiar, na agroecologia e nas articulações em Rede. É preciso que proporcione melhores condições de vida e trabalho para quem mora no meio rural e quem depende da agricultura, garantindo acesso a direitos básicos, educação contextualizada no campo e para o campo; terra, moradia, trabalho, crédito, tecnologias sociais, geração de renda, acesso ao esporte, cultura, lazer, assessoria técnica, enfim ações e políticas públicas continuadas que gerem oportunidades e autonomia, e que promovam satisfação pessoal com a vivência e a reprodução social no campo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia COVID-19, que assolou o mundo, trouxe diversos alertas à humanidade sobre a necessidade de mudanças enérgicas no comportamento e na prática dos seres humanos em relação ao meio ambiente. Uma das principais mudanças que se faz necessária é a construção de um sistema agroalimentar mais sustentável, que coloque na centralidade a agricultura camponesa familiar, dos povos e das comunidades tradicionais, reconhecendo a Agroecologia como salvaguarda para a vida do planeta e superação da fome.

O contexto vivenciado nos últimos seis anos pelas famílias brasileiras do campo, florestas, águas e cidades, em especial as famílias em situação de vulnerabilidade, mostrou o quão o Estado democrático brasileiro é frágil e como uma atuação governamental com interesses escusos pode ser destruidora e cruel. Mostrou, ainda, que se faz necessário mudanças estruturais nas esferas do executivo, legislativo e judiciário no intuito de superar as relações clientelistas, paternalistas, patrimonialistas que, historicamente, são utilizadas pelas elites brasileiras para se manter no poder e manter a população mais vulnerável sob tutela. Faz-se necessário fortalecer as instituições democráticas para garantir que os direitos constitucionais sejam respeitados e efetivados, independente de quem esteja no poder.

Os resultados deste estudo mostram a importância da agricultura camponesa e familiar e da agroecologia para a promoção da saúde, para a soberania alimentar. O fazer agroecológico focado nos sujeitos e no fazer agricultura relacionando-se com o meio ambiente, entendendo que é preciso trabalhar com ele de forma equilibrada e considerando fatores, como: o resgate e a valorização dos saberes tradicionais, a observação e a experimentação, as práticas agroecológicas, as trocas de experiências/intercâmbios, os processos de formação e a construção do conhecimento agroecológico, a organização social e comunitária, a articulação em Rede que representa uma atitude política diante das condições

de vida social, são aspectos fundamentais para a construção da autonomia das famílias camponesas, para a defesa dos territórios e manutenção do modo de vida rural com qualidade.

As experiências apresentadas nesta pesquisa, trabalham na perspectiva do respeito ao meio ambiente, na agroecologia, na convivência com o semiárido, na manutenção da agrosociobiodiversidade, na preservação dos hábitos alimentares tradicionais, na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias e de outras famílias, na articulação coletiva no território que foram fundamentais para minimizar os desafios de viver no semiárido e trabalhar na agricultura sem o devido apoio do Estado.

A Rede de Agricultores/as Agroecológico/as do Sertão Central é uma experiência importante, que estimula a participação social, o compartilhamento de processos decisórios e a superação dos desafios comuns ao coletivo. A ação em Rede tem contribuído no compartilhamento de informações, especialmente os que são voltados aos interesses do grupo e que são importantes para o fortalecimento de suas ações; na articulação e na construção de políticas públicas; colabora o acesso a alimentos saudáveis produzidos de forma agroecológica pelas diversas famílias camponesas agroecológicas existentes no território; oportuniza, por meio da comercialização em mercados locais, o consumo de alimentos de verdade, proporcionando a geração de renda monetária às famílias agricultoras e estímulo aos circuitos curtos de comercialização; favorece relações mais horizontais de produção e consumo; contribui na construção de mecanismos que permitem a cooperação, a reciprocidade e o fomento de ações coletivas, que são princípios fundamentais da economia solidária e basilares para Rede.

Mas é preciso avançar para tornar a Agroecologia como um critério fundamental para a formulação de políticas públicas, incorporando os saberes e práticas tradicionais, que considere às demandas e às especificidades dos territórios e de quem neles habitam tradicionalmente. É preciso vencer o patriarcado, a violência doméstica, retirar da

invisibilidade o trabalho das mulheres, reconhecer as mulheres e fortalecer o papel da produção de alimentos, como guardiãs da sociobiodiversidade para reprodução da vida. Afinal, “Sem Feminismo não há Agroecologia”.

É preciso avançar no controle ao sistema alimentar dominante que acabam com nossos bens comuns (terra, água, florestas), com a nossa biodiversidade, promovem fome, desigualdade social e favorece a Sindemia Global.

A superação da fome no mundo perpassa pela transformação dos sistemas agroalimentares, por investimento público em políticas públicas, acesso aos direitos constitucionais, mas também pelas lutas contra o racismo, a homofobia e todas as formas de opressão e violências.

Neste estudo, foi identificado que as famílias da Rede não estão em situação de fome. Este achado foi muito importante e positivo diante do cenário de retrocessos vividos pela agricultura camponesa e familiar. Atribuímos esta situação a todo processo vivenciado e construído pelas famílias agroecológicas articuladas em Rede, das políticas públicas acessadas (conhecimentos, tecnologias sociais, assessoria técnica, troca de experiências etc), que proporcionaram com que estas famílias tivessem produção agroecológica e diversificada que contribuíram na alimentação das famílias, gerando autonomia das famílias e evitando que insegurança alimentar instalada no país atingisse as famílias de forma mais severa.

Diversos estudos já mostraram que Agroecologia é um caminho viável e necessário para promoção da saúde, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e este trabalho confirma esta hipótese e tem a contribuir nas reflexões e na formulação de propostas e políticas públicas voltadas para as famílias camponesas e na construção de sistemas agroalimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes algo que dialoga com a promoção da saúde e para a superação da fome e da pobreza no mundo.

Uma nova oportunidade surge da reconstrução de nosso país com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente no dia 30 de outubro de 2022 em segundo turno. Um dos seus primeiros atos foi a assinatura de uma Medida Provisória, que determina a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), demonstrando que a atual gestão federal junto com a sociedade civil se empenhará para acabar com a fome neste país nos próximos anos. Além disso, nos primeiros 100 dias da atual gestão federal, diversas políticas estão sendo retomadas, entre elas: PAA, ATER para mulheres, Bolsa família fortalecido e a restituição de conselhos de participação popular. É preciso fazer muito mais e fazer diferente de tudo que foi feito até o momento, de modo com que os direitos conquistados pela classe trabalhadora e as políticas públicas sejam garantidos.

Seguiremos esperando, lutando e defendendo os direitos dos povos do campo, florestas, águas e cidades.

REFERÊNCIAS

1. Wanderley M de NB. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Rev Econ e Sociol Rural* [Internet]. 2014 [cited 2021 Jul 25];52(suppl 1):25–44. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=pt&tlng=pt
2. Silva EM da, Reis LL de M, Couto V de A. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do Censo Agropecuário. *Rev Econ.* 2017;2020.
3. Del Grossi M. A identificação da agricultura familiar no censo agropecuário. *Rev NECAT - Ano nº 8.* 2019;16:9–15.
4. Arbex Valadares A, Alves F, Galiza M, Pereira Silva S. Agricultura Familiar e Abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. *Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - DISOC. Brasília: Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2022. p. 543–68.*
5. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar -. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN. Vol. 2. 2022. 112 p.
6. Burigo AC, Porto MF de S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. *Saúde em Debate.* 2019;43(spe8):248–62.
7. Gondim GM de M. Decifra-me ou te devoro: enigmas da Vigilância em Saúde na pandemia Covid-19. *Trab Educ e Saúde* [Internet]. 2020;18(3):1–6. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300305&tlng=pt
8. Moura T De, Alpino A, Barros DC De, Freitas CM De. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional : ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais COVID-19 and food and nutritional (in) security : action by the Brazilian Federal Government during. 2020;36(8).
9. MonitoraCovid-19 – ICICT / FIOCRUZ Nota. A vacinação contra Covid-19: histórico, desigualdades e problemas. 2021. p. 6.
10. Campelo T, Bortoletto AP. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro. *Elefante.* 2022. 216 p.
11. Silva DO e, Nilson E, Ell E. As dimensões de sustentabilidade, resiliência e inclusão: aproximações necessárias para a compreensão dos sistemas alimentares globais contemporâneos. *Cad Cris - Inf sobre Saúde Glob e Dipl da Saúde.* 2021;10/2022(July):44–6.
12. Junior; JRSR, Sampaio; M de AP, Bandoni; DH, Carli LLS De. Atlas das situações alimentares no Brasil: A disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo [Internet]. 2021. 120 p. Available from: <file:///C:/Users/55679/Downloads/Livro Atlas das Situações Alimentares no Brasil.pdf>

13. Trivellato PT, Morais DDC, Lopes SO, Miguel E da S, Franceschini S do CC, Priore SE. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. Vol. 24, Ciência e Saúde Coletiva. 2019. p. 865–74.
14. Zanotto R. Soberania Alimentar como contrução contra-hegêminica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia. 2017. p. 1–186.
15. Pinton F, Yannick S. Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto. *Estud Soc e Agric.* 2019;27(1):24.
16. BRASIL. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional [Internet]. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. - CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2006 p. 28. Available from: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>
17. Santos LP dos, Lindemann IL, Motta JV dos S, Mintem G, Bender E, Gigante DP. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. *Rev Saúde Pública.* 2014;48(5):783–9.
18. Azevedo MM, Corrêa AMS, Ferreira MBR. Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guarani no Estado de São Paulo. *Qual Vida e Cult Aliment* Ipês Editor. 2009;167–76.
19. Fernandes BM. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. *Rev Latinoam Estud Rural* [Internet]. 2019;4(7):188–209. Available from: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaalasru/article/view/563>
20. Rigotto RM, Vasconcelos DP e., Rocha MM. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. *Cad Saude Publica.* 2014;30(7):1360–2.
21. Ploeg JD van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *Rev Agric Experiências em Agroecol.* 2009;(Especial):17–32.
22. Vivas E. O negócio da comida: quem controla nossa alimentação? São Paulo. *Expressão Popular*; 2017. 269 p.
23. Altieri M, Nicholls CI. Agroecology in times of COVID-19. *Cent Latinoam Investig Agroecol.* 2020;8.
24. Wanderley M de NB. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Rev Econ e Sociol Rural.* 2014;52:25–44.
25. Passos M de S. Mutação constitucional do conceito de família [Internet]. *DireitoNet.* 2017. p. 1–30. Available from: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10050/Mutacao-constitucional-do-conceito-de-familia>
26. Cavalli SB, Soares P, Martinelli SS, Schneider S. Family farming in times of Covid-19. *Rev Nutr.* 2020;33:1–8.

27. Kay C. A Questão Agrária e a Transformação Rural Neoliberal na América Latina. *Rev Estud e Pesqui sobre as Américas*. 2018;12(3):16–28.
28. Noronha GS, Falcón ML de O. A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. *Saúde em Debate*. 2018;42(spe3):183–98.
29. Schneider S, Niederle PA. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. EMBRAPA Cerrado; 2008. p. 988–1013.
30. Hilmi A. Transição na cultura agrícola Uma lógica distinta. *The More and Better Network*; 2012. 116 p.
31. Sidersky P, Jalfim F, Araújo E. A Estratégia de Assessoria Técnica do Projeto Dom Helder Camara [Internet]. 2010. 170 p. Available from: http://www.projetodomhelder.gov.br/site/images/PDHC/Artigos_e_Publicacoes/Projeto_Dom_Helder_Camara/Assessoria_Tecnica_PDHC.pdf
32. Taboada NG, Legal EJ, Machado N. Resiliência: em busca de um conceito. *J Hum Growth Dev*. 2006;16(3):104.
33. Pinheiro DPN. A resiliência em discussão. *Psicol em Estud*. 2004;9(1):67–75.
34. Petersen P, Silveira L, Gabriel Bianconi Fernandes, Almeida SG de. Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas - LUME. 2021. 120 p.
35. Caporal FR, Costabeber JA. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. MDA/SAF/DATER-IICA, editor. Brasília; 2004. 24 p.
36. Menasche R, Marques FC, Zanetti C. Autoconsumo e segurança alimentar: A agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Rev Nutr*. 2008;21(SUPPL.):145–58.
37. Fornazier A, Belik W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. *Segurança Aliment e Nutr*. 2015;20(2):204.
38. Segall-corrêa AM, Marin-leon L. A Segurança Alimentar no Brasil : Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009 Food Security in Brazil : the proposal and application of the Brazilian Food Insecurity Scale from 2003 to 2009. 2009;16(2):1–19.
39. Acosta A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante; 2016. 286 p.
40. Saquet MA. Por uma abordagem territorial. In: Saquet MA, Sposito ES, editors. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* [Internet]. 1ª. São Paulo: Expressão Popular; 2009. p. 368. Available from: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA_DISCIPLINAS_GRADUACAO/PENSAMENTO_GEOGR%C1FICO_2017/2-LIVRO_SAQUET_E_SPOSITO.pdf

41. Tabarelli M, Leal IR, Scarano FR, Silva JMC da. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. *Cienc Cult*. 2018;70(4):25–9.
42. Esmeraldo GGSL. Onde a vida pode florescer: experiencia de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. In: Mota DM da, Siliprandi E, Pacheco MEL, editors. *Soberania Alimentar biodiversidade, cultura e relações de gênero*. volume 5. 2021.
43. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Regiões de Planejamento do Estado do Ceará [Internet]. 2021 [cited 2021 Sep 19]. Available from: IPECE.CE.GOV.BR
44. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Perfil das Regiões de Planejamento: Sertão Central. 2017.
45. Jucá Neto CR. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. *An do Mus Paul História e Cult Mater*. 2012;20(1):133–63.
46. Santos LN, Vieira ME dos S, Castelo SC. Construindo Quixadá. 1ª edição. Rocha D, editor. Fortaleza: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Brasil - Ministério da Cultura; 2011. 156 p.
47. Alpino T de MA. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), seca e reprodução social: a realidade do semiárido brasileiro. *Paper Knowledge . Toward a Media History of Documents*. 2020.
48. Stedile JP (org. . A Questão Agrária no Brasil. In: *A Questão Agrária no Brasil - o debate tradicional 1500-1960*. 1st ed. São Paulo: Expressão Popular; 2005. p. 15–31.
49. Schwendler SF. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. 2009. p. 203–21.
50. Siliprandi E. Agroecologia; Mulheres e transformando o campo, as florestas e as pessoas. Vol. 59. 2015.
51. CETRA. Marco Estratégico Institucional. 2021 p. 14.
52. Costa Lima M de S, Rodrigues GG, Bergamasco SMPP. Neoinstitucionalismo de Redes: precursores e trajetória da Rede ATER NE/Brasil. *Ciência & Trópico*. 2020;44(1).
53. Jodelet D. Representações sociais : um domínio em expansão . 1993;1–21.
54. Matos DAS, Jardimino JRL. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. *Educ Formação Rev do Programa Pós Grad em Educ da Univ Estadual do Ceará* [Internet]. 2016;1:20–31. Available from: <http://dx.doi.org/10.25053/edufor.v1i3.1893><http://seer.uece.br/redufor>
55. Lent R. Cem bilhões de neurônios? Conceitos Fundamentais de Neurociência. Atheneu; 2010. p. 742.
56. Silva LWP. Alimentação e Percepção. *Saber Hum - Rev Científica da Fac Antonio*

- Meneghetti. 2017;134–44.
57. SANTOS MP dos. A teoria das representações sociais como referencial didático-metodológico de pesquisa no campo das ciências humanas e sociais aplicadas. *Emancipacao*. 2013;13(1):9–21.
 58. Nóbrega DO, Andrade E dos RG, Melo ES do N. Pesquisa com grupo focal: Contribuições ao estudo das representações sociais. *Psicol e Soc*. 2016;28(3):433–41.
 59. Minayo MC de S. O Desafio do Conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde. *Cad Saúde Pública*. 1992;8:342–8.
 60. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. Vol. 38, *Revista Brasileira de Educação Médica*. 2014. 519–531 p.
 61. Minayo MC de S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14th ed. Hucitec, editor. São Paulo; 2014. 407 p.
 62. Gondim SMG. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paid (Ribeirão Preto)*. 2002;12(24):149–61.
 63. Trad LAB. Focal groups: Concepts, procedures and reflections based on practical experiences of research works in the health area. *Physis*. 2009;19(3):777–96.
 64. Marcondes NAV, Brisola EMA. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. *Rev Univap*. 2014;20(35):201.
 65. Loli DA, Lima R de S, Silochi RMHQ. Mulheres em contextos rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Aliment e Nutr*. 2019;27(46):e020008.
 66. Malvezzi R. Semi-árido: uma visão holística. *Pensar o Bras e construir o Futur da nação*. 2007;140.
 67. Lins C dos S. Das águas transpostas às águas dispostas: Uma análise da implantação do canal da Integração (CE). *Rev da Casa da Geogr Sobral*. 2011;13(1):23–37.
 68. Costa CDV. Sonhos de abril. A luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal - os casos de Eldorado dos carajás e Baleizão. 2014;454.
 69. Salete R, Caldart, Pereira IB, Alentejano P, Frigotto G. Dicionário da Educação do Campo [Internet]. Escola Pol. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular; 2012. 790 p. Available from: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>
 70. Machado JMH, Martins W de J, Souza M do S de, Fenner ALD, Silveira M, Machado A de A. Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. 2017;28(2):243–9.
 71. Dias AP, Hora KE. Saneamento Ecológico. In: Popular E, editor. Dicionário de agroecologia e educação. Alexandre. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; 2021. p. 668–75.

72. Santiago F, Jalfim F. O sistema Bioágua Familiar. *Capital Experiências Lições para o Desenvolv em Moçambique e no Bras.* 2017;2:22–7.
73. Esmeraldo; GGSL, Cajado DM, Abrantes; KK de J, Aires K da S. Políticas Públicas para os Povos do Semiárido: avanços e desafios. Fortaleza: Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará; 2017. p. 78.
74. Almada SR de, Santos SM dos, Cabral ACDA, Pessoa MNM. Dimensões do Desenvolvimento Sustentável Local: Impactos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel na Agricultura Familiar na Região do Quixadá, Ceará. *Rev Gestão Ambient e Sustentabilidade.* 2014;3(1):43–59.
75. Pinheiro JCV, Fabre NA. Projeto Pingo D´água em Quixeramobim–CE: Um modelo de desenvolvimento local. Fortaleza; 2001. p. 1–11.
76. Siliprandi E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. *Rev Bras Agroecol.* 2009;4(3).
77. Nuñez PBP, Maia A da S. Sementes crioulas: um banco de biodiversidade. *Rev Bras Agroecol.* 2006;1(1):241–5.
78. Wanderley M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anu da ANPOCS.* 1996;(GT 17):18.
79. Bezerra TA, De Olinda RA, Pedraza DF. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Cienc e Saude Coletiva.* 2017;22(2):637–52.
80. Freitas M do CS, Pena PGL. Fome e Pandemia de Covid-19 no Brasil. *Tessituras Rev Antropol e Arqueol [Internet].* 2020;8(1):34–40. Available from: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18903>
81. REDE PENSSAN RB de P em S e SA-. Suplemento - Suplemento I Insegurança Alimentar nos estados - II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. 66 p.
82. Esmeraldo; GGSL, Camurça AM, Viana LA, Abrantes; KK de J. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: Editora da UnB, editor. *Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária.* Brasil; 2017. p. 321–30.
83. Jalil LM. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009;197.
84. Andrade FMR de, Rodrigues MPM. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. *Educ em Rev.* 2020;36:1–19.
85. Carneiro MJ. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Rev Estud Fem.* 2001;9(1):22–55.
86. Santos GC. Ribeiro D. O que é lugar de fala? *Saúde em Debate.* 2019;43(spe8):360–2.

87. Nozoe N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. *Angew Chemie Int.* 2021;6:951–2.
88. Borde E, Hernández-Álvarez M, Porto MF de S. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. *Saúde em Debate.* 2015;39(106):841–54.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO COMPLETO - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

IDENTIFICAÇÃO	
Nome do/a informante	
Endereço:	
Gênero Feminino () Masculino () Outro (qual) Prefiro não dizer ()	
Cor/etnia () negro/a () pardo () branco () indígena () amarelo	
Estado civil () solteiro/as () casado/a () viúvo/a () união estável	
Naturalidade:	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
QUESTÕES	RESPOSTAS
1- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que o/a Sr(a) tivesse condição de comprar mais comida?	Sim _____ Não _____ _____
2- Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que o/a Sr(a) tivesse dinheiro para comprar mais?	Sim _____ Não _____ _____
3- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Sim _____ Não _____ _____
4- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	Sim _____ Não _____ _____

5- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?	Sim____ ____ Não____ ____
6- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?	Sim____ ____ Não____ ____
7- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) perdeu peso, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?	Sim____ ____ Não____ ____
8- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Sim____ ____ Não____ ____
Os quesitos abaixo devem ser perguntados apenas em domicílios que tem moradores MENORES DE 18 ANOS (crianças e/ou adolescentes), se não houver menores de 18 anos encerre o módulo.	
9- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?	Sim____ ____ Não____ ____
10- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a) não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?	Sim____ ____ Não____ ____
11- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Sim____ ____ Não____ ____
12- Nos últimos 3 meses, o/a Sr(a), alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	Sim____ ____ Não____ ____

13- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas o/a Sr(a) simplesmente não podia comprar mais comida?	Sim_____ Não_____
14- Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim_____ Não_____
15- Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim_____ Não_____

Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 5
Insegurança Alimentar Grave	11 a 14	6 a 8

ANEXO II - PRODUTO TÉCNICO

Roteiro - Videodocumentário

**Produto da dissertação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde
Janeiro/2023**

INFORMAÇÕES GERAIS

[Título do vídeo] - **Até a COVID-19 passou direto – Agroecologia é Soberania Alimentar! Agroecologia é Saúde!**

[Tipo de Vídeo]

Combinação de técnicas: cartelas com informações, animação 2D; captações de imagens das comunidades/município; dos agroecossistemas das mulheres do grupo focal; dos encontros da Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as; das feiras agroecológicas do Sertão Central; depoimento das mulheres que participaram do grupo focal; imagens de arquivo de ações CETRA no Sertão Central com a Rede de Agricultores/as.

[Tempo estimado]

8 a 10 minutos.

[Sugestão de proposta estética]

- Trabalhar com sobreposições de informações textuais e gráficas sobre as imagens captadas e/ou de arquivo. Valorizar o semiárido brasileiro e as características da caatinga e do Sertão Central Cearense; imagens que valorizam as mulheres entrevistadas (planos cinematográficos mais fechados, dando enfoque ao rosto delas). Trazer as expressões que gerem emoções positivas, de felicidade que provoque emoção, em quem vai assisti-lo. Trazer as expressões que destaquem os alimentos de verdade, beleza e diversidade da agroecologia, do semiárido.
- As sequências com cartelas serão sobrepostas aos depoimentos das mulheres. Dar atenção à diversidade de pessoas representadas e apresentadas durante o vídeo.
- Usar referências de vídeos dos seguintes vídeos – “o caminho do alimento agroecológico”, “Soberania Alimentar”, Feiras Agroecológicas produzidos pelo CETRA.

ESTRUTURA NARRATIVA

Parte 1

Abertura com cartelas, apresentação do tema

Imagem do município de Quixadá (mapa e fotos)

Parte 2 - Agroecologia e SAN

Depoimentos das mulheres (Marcinha, Alcy e Lurdinha)

Imagens do território, dos agroecossistemas das mulheres alternados com Cartela (tema e/ou informação sobre o tema), imagens Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as; das feiras agroecológicas do Sertão Central; depoimento das mulheres que participaram do grupo focal; imagens de arquivo de ações CETRA no Sertão Central com a Rede de Agricultores/as.

Parte 3 - Agroecologia é Saúde

Depoimentos das mulheres (Marcinha, Alcy e Lurdinha)

Imagens do território, dos agroecossistemas das mulheres alternados com Cartela (tema e/ou informação sobre o tema), imagens Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as; das feiras agroecológicas do Sertão Central; depoimento das mulheres que participaram do grupo focal; imagens de arquivo de ações CETRA no Sertão Central com a Rede de Agricultores/as.

Parte 4 – Finalização – Agradecimentos, créditos e logomarcas.

ROTEIRO

PARTE 1	
TEMPO ESTIMADO: 2min	
OBSERVAÇÕES	ÁUDIOS E IMAGENS
Trilha sonora (ouvir R1, em Anexo - Lista de Referências, no final do documento) em altura mediana. Em seguida, uma cartela de apresentação (C1) abre a edição com a temática.	[Cartela de Abertura (C1) - Título com uma foto] da Rede de agricultores/as do Sertão central Abertura com cartelas, apresentação do tema. Imagem do município de Quixadá (mapa e fotos) Seria importante descrever aqui o que foi dito anteriormente. Na parte 1 vai haver foto e mapa de Quixadá? Aqui deveria constar isso, de modo mais detalhado. [C2] - Este vídeo é produto técnico da Dissertação do mestrado profissional de Maria Neila Ferreira dos Santos com a apresentada à Escola Fiocruz de Governo no Programa de Políticas Públicas em Saúde, turma Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, na linha de pesquisa de Saúde e Justiça Ambiental em Saúde. [C3] A gravação foi realizada durante a oficina com o grupo focal formado por mulheres agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/os do Sertão Central e residem no município de Quixadá/CE – inserir imagem da gravação do grupo focal.
Trilha sonora diminui e permanece como BG. Locução contínua. Apresentação das mulheres colocando o nome e a comunidade que elas moram Intercalar imagens e falas	[O meu quintal é basicamente 1hc a medição dele todinho 9:58 a 10:04] [..nosso problema hoje é terra para trabalhar porque é retrito, é muito pouco 8:13' a 8:19'] [A gente juntou as economias que tinha deu para a gente comprar 20 hectares, do qual tem 9 em capoeira e o resto é mata 12:05 a 12:17'] [Tenho meu quintal produtivo...12:29] [Produzo praticamente em 1 hectare de terra 12:17 a 12:19]

Cena de animação 1 - Foto do quintal de Marcinha com ela e gravação das narrativas dela Cena de animação 2 – mostrar uma foto do quintal com dona Alcy trabalhando	Nasci e me criei na agricultura [V1 -17:53 a 18:00 - Eu me orgulho muito de ser o que eu sou, graças a Deus nunca me faltou o pão de cada dia na minha mesa. [...] eu nunca trabalhei em outra coisa a não ser na roça [V2 – 04:10] [a realidade de nós agricultores/as na SAN, principalmente em primeiro lugar da nossa família 5:02’ – 5:10’] [Recebi estas cisternas isso veio colaborar muito para que a gente pudesse tirar o sustento da nossa família. 5:15 – 5:20] [Eu tiro o Sustento da minha família. A maior parte lá de dentro 5:22 – 5:25] Tudo que eu consegui abaixo de Deus eu consegui na roça com meu pai...ele dizia ‘minha filha aprenda tudo, porque você nunca sabe o que evai precisar fazer amanhã’ ...essa lição que ele deu pra mim foi um marco na minha vida [V2 – 04:51 a 04:57 – 05:15 a 5:24] Meu pai me ensinou tudo isso e sou muito grata a ele [V2 – 06:41 a 06:43] Meu filho tem 25 anos, criei ele lá de dentro plantando meu milho, meu feijão. [V2 – 05:26 a 05:44]
	Parte 2 - Agroecologia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Trilha sonora em BG. Locução contínua. Cartela 5 - Técnicas que são usadas para se realizar manejos que não agredam a natureza com fertilizantes químicos Mostrar foto de dias de campo, realizando podas e cobertura vegetal. Mostrar imagem de um quintal diversificado	[...] a questão de não tirar o mato, não arrancar o mato, ficar só limpando...eu não sabia, porque meu pai toda vida, deixava tudo limpo e aí foi onde eu vim aprender que deixando o mato pra proteção da terra, vai valorizar... a questão de gradear também porque ajuda na erosão...eu não tinha este conhecimento. [V3 – 5:09 a 5:37] Agroecologia para é o que a gente faz, produz para a gente mesmo. Botar para nós mesmas e para os nossos clientes. Saber o que estamos levando para as feiras. Aquilo que a gente não quer para a gente não querer para o próximo. Era consciência do que está fazendo. É um conhecimento muito bacana e que fica pra gente pro resto da vida. Isso aqui eu já estou passando pro meu filho, meu filho pro meu neto e a família toda se engaja. . [V3 - 9:43 a 9:54) Agroecologia não é só um canteiro não, você tem que ver onde é que você vai botar aquele saco plástico, onde você vai jogar aquela sacola, o que você vai fazer pra melhorar este terreno...então agroecologia não é só canteiro é o universo total. . [V3 - 9:59 a 10:15)

Importância das sementes – mostrar imagens da casa de sementes e das sementes vegetais e animais guardadas pelas agricultoras – ver arquivo de fotos Cartela 6 - O conhecimento e experimentação	[O que a gente pode controlar a gente controla como por exemplo 7:32 a 7:35] [.. semente eu não compro, milho, feijão a gente tem o cuidado de guardar para nós ter a nossa semente. Semente de tudo que a gente pode guardar a gente guarda. A gente só compra o excedente que você não como produzir as vezes aqui a gente guarda também. [7:36’ a 7:42] [... quando você passa muito tempo plantando daquela mesma semente é tipo um atrofiamento...não tem um melhoramento...aí a gente vai e compra.
Diversidades de cultivos característica e estratégia importante da de resistência e resiliência da agricultura familiar.	Planto milho, feijão, sorgo e fava quando acho um pedacinho de terra. Outras coisas a gente planta no quintal – jerimum, maxixe, hortaliças, batata doce, é pouca, mas a gente arranca uma cozinhada, plantas medicinais, agora estou plantando fruteira não sei se vai dar certo, porque é um barro e tem a pedra muito rasa., mas estou tentando e aí você vai mudando a plantação. Não dá certo uma coisa a gente planta outra de tudo um pouco. [V4 0:36 – 1:15] A gente tira pro consumo e o excedente a gente leva pras feiras, dar um vizinho, troca. [V4 1:37 – 1:47] Planto milho, feijão, fruteiras – tenho graviola, mamão, goiaba, limão, caju, amora, jerimum, melancia, maxixe, araruta, e tem as plantas medicinais – romã, canela, alecrim, agrião, e assim sucessivamente além da plantas ornamentais...pra sustentabilidade e o excedente pra feira. [V4 1:51 – 3:04] Sou muito voltada pras frutas tenho caju, goiaba, laranja, tangerina, acerola, ciriguela, cajá, hortaliças – coentro, rúcula, espinafre, as medicinais, planto milho, feijão, batata doce, macaxeira, tenho araruta, além do que deixo pros mantimentos da família no verão, porque o feijão eu guardo, o milho eu guado, porque do milho eu faço a farinha de pipoca (fubá de milho), faço cuscuz do milho que a gente guarda no tambor, e estas são culturas que a gente tem...para o consumo e o excedente para feira. [V4 3:10 – 3:29]
Cena de animação 3 – mostrar uma foto da diversidade de fruteiras dos quintais com dona	...eu gosto muito de frutas [V2 – 05:51 a 06:00’] ... Hoje Deus me deu a condição e eu consegui e todas as frutas que eu já vi e que deu certo lá em casa eu tenho uma diversidade de frutas [V2 – 06:23 a 06:33]

Alcy, Lurdinha e Marcinha Cartela 7 – Agroecologia promove Soberania Segurança Alimentar e Nutricional	Segurança Alimentar é quando eu olho de manhã ter meu café da manhã. Esse orgulho que tenho é que a minha família cada dia que passa eu tô conseguindo alimentar ela melhor. Então, esse orgulho de eu saber produzir aquilo pra minha família. De manhã ver uma macaxeira cozida na mesa é muito gratificante. Eu fazer um almoço e eu saber que eu, agricultora, fui eu quem produziu aquilo ali pra vir pra mesa Ter certeza daquilo que você faz, ter certeza da qualidade daquele alimento que você está comendo, você saber lutar para conseguir conquistar o seu sustento, você não depender dos outros, esperar que as outras pessoas cheguem para dar, você ir atrás, eu acho que a sustentabilidade, é aquilo que você luta com o seu suor, com a sua força, com a sua garra e você ter a certeza que dali você tira seu sustento, não você esperar que caia lá de cima, porque só vem chuva e é difícil. Então, você saber trabalhar, saber lutar pelos seus objetivos no meu entender é isso. Eu ter a certeza que dali eu tô botando um alimento de qualidade na minha casa eu tô tendo meu alimento, pra mim mandar pros meus filhos, pra eu dar pros meus vizinhos e é isso. [V4 - 04:50 a 06:00] É o que a gente faz, o que a gente produz pra gente mesmo para se sustentar, botar na nossa mesa e na mesa dos nossos clientes. No caso quando a gente vai pra feira, a gente tem os nossos clientes e a gente tem que saber o que tá levando, porque aquilo que a gente não quer pra gente também não quer pro próximo. Ter a consciência do que tá fazendo. [V4 - 06:05 – 06:41] Pra uma mãe e pai a SAN é muito importante quando você tem consciência do que você produziu pro seu filho com aquela segurança. É a segurança maior é quando tem um bom inverno, a gente tem aquela sensação que não vai faltar nada pra nossa mesa. Ela nos fortalece muito. Essa segurança de você saber que foi você quem fez e que sua família tá se alimentando, a qualidade daquele produto que você trabalhou pra botar na mesa no dia a dia e não esquecendo também do nosso próximo. Além da gente alimentar nossa família, bem como essa segurança que eles estão comendo uma coisa de verdade, os nossos feirantes também estão, os nossos vizinhos, que muitas vezes a gente doa, porque nós temos muito isso essa troca, aqueles que têm condições de comprar da gente, então a gente vende satisfeito que a gente tá passando de qualidade, então essa segurança é que nos fortalece cada dia [V4 - 06:56 – 08:17]
---	---

	Parte 3 - Agroecologia e Saúde
Cartela 7 – Agroecologia é Saúde	Entendo por saúde pelo que a gente produz. É a questão de não usarmos agrotóxico. Eu acho uma contrapartida muito grande para nossa saúde, não só nossa, mas dos nossos filhos. Essa questão de saúde, como nós produz eu tenho certeza que nós temos uma vida bem melhor. É até difícil a gente saber quando as nossas colegas tá doente, porque tudo que a gente tem além de ser saudável é uma coisa natural. Nós come uma fruta sem agrotóxico. Nós come uma verdura sem agrotóxico. Então, essa qualidade que nós produz é fundamental pra nossa saúde, então ligo uma coisa com a outra. É até difícil a gente saber quando nossas amigas estão doente, a gente não tem problema de tá direto em posto. Essa segurança é o que a gente passa pros nossos clientes também. [V4 16:03 – 17:56] A questão também de ter nossos próprios alimentos, nossas plantas medicinais. Porque se eu tenho a planta medicinal, se eu tô sentindo algo eu vou procurar me tratar com aquela planta que eu tenho no meu quintal, mesmo se eu não tenho, mas eu sei que a colega tem eu vou procurar dela. É uma segurança que a gente tem do nosso próprio quintal do nosso próprio conhecimento. A gente vai procurar ser mais saudável com as coisas que a gente tem. No caso se eu tô com uma gripe vou fazer um lambedor e não tenho a corama e minha colega tem vou procurar dela. A saúde da gente junto com a família, com o nosso próprio quintal faz um conjunto se organiza para poder se proteger. [V4 18:02 – 19:24]
Essa parte da fala usar a gravação do áudio e utilizar imagens de alimentos, plantas medicinais, agricultoras trabalhando	A gente quando passa ter autonomia do seu sustento, automaticamente você se descobre. Você vai aprendendo no dia a dia e você vai se descobrindo. Quando a gente vai procurar um médico já está na casa praticamente do sem jeito, é porque nada nosso resolveu. O agricultor de verdade ele tem seus conhecimentos que nem o índio, que nem as nações antigas, não tinha médico...tudo é remédio caseiro. Hoje em dia também. Você vai se descobrindo. Eu acho que nós nem sente. Até a COVID passou direto... Se a gente teve foi muito leve que ninguém soube identificar. Tiramos de letra, graças a Deus. [GRAVADOR DE AUDIO – 19:39 – 22:24]
	Fechar o vídeo com duas imagens da pesquisadora com as mulheres do grupo focal e da facilitadora.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE INDIVIDUAL

1. História e trajetória da comunidade e das famílias - Número de pessoas, relações sociais, políticas, culturais e econômicas;
2. Agricultura tradicional e agroecológica na comunidade - modos de produção, cultivo; práticas de manejo; produção e comercialização de alimentos; consumo de alimentos (origem);
3. Educação, saúde, tecnologias sociais existentes; paisagem; meio ambiente;
4. Atores sociais e lideranças comunitárias;
5. Percepção sobre as mudanças ocorridas na sociedade; na saúde; na educação; no governo; nas políticas públicas; mudanças ocorridas na agricultura; mudanças econômicas (custo de vida, preços) e tecnologias;
6. Percepção sobre (in)segurança alimentar;
7. Estratégias de resiliência.

APÊNDICE II - ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

1. Percepção e representações sociais das diferentes atitudes relacionadas aos/as/:
2. Direitos e qualidade de vida;
3. Agricultura tradicional e agroecológica; Modo de produção dentro da comunidade;
4. Mudanças climáticas; a saúde; segurança alimentar; educação;
5. Ações e Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar;
6. Produção, consumo e comercialização da produção;
7. Situação econômica (custo de vida, preços);
8. Resistência e Resiliência;
9. Comunicação e tecnológica.

APÊNDICE III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO APLICAÇÃO DA ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “**Até a COVID-19 Passou Direto**” **Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Maria Neila Ferreira dos Santos** com orientação da Professora Dra. Denise Oliveira e Silva e coorientação da professora Dra. Erica Ell.

Caso aceite participar dela, por favor leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o/a senhor/a não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar da pesquisa.

Esta pesquisa pretende analisar os fatores de resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, Brasil, no contexto da pandemia COVID-19. A partir dela, acredita-se poder contribuir na defesa da agroecologia como promotora de Saúde e para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira; bem como valorizar e fortalecer a agricultura familiar agroecológica; na defesa de políticas públicas voltadas para os povos do campo, floresta e águas, para defesa do alimento de verdade e do meio ambiente saudável e sustentável.

Essa é uma atividade voluntária, sendo possível desistir a qualquer momento e a participação não envolve remuneração. Mas, caso venha a ter algum gasto pela sua participação nesta pesquisa, o/a Sr(a) será ressarcido(a).

O participante poderá se recusar e/ou retirar este consentimento a qualquer momento que desejar, sem prejuízo a ambas as partes. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de gravações, entrevistas, fotos, filmagens, entre outros, ficarão armazenados em computador pessoal, protegido com antivírus. O banco de dados terá senhas, os participantes serão identificados por códigos e por um programa que altera a voz e desfoca a face do participante das entrevistas gravadas, visando dificultar a identificação do participante.

A sua contribuição na pesquisa ocorreu por meio da aplicação do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional de modo presencial, mantendo todos os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades sanitárias. Dependendo da situação da pandemia COVID-19 poderá ser ajustada as entrevistas para o modo virtual, para segurança dos entrevistados e da pesquisadora. O risco relacionado à participação é relacionado às restrições diante da pandemia do COVID-19, em separação do eu profissional e do eu pesquisadora, o tempo que precisará dedicar para participar da entrevista, respondendo todas as questões realizadas; invasão de privacidade; interferir na rotina da família. Garantimos, contudo, que todos os nossos esforços estarão direcionados para que situações de constrangimento não

ocorram, e que os riscos descritos sejam minimizados. Inclusive, garantimos que sua identidade não venha a público sob hipótese alguma.

Os resultados desta pesquisa ficarão disponíveis para o/a Sr(a). Esta pesquisa traz como benefício novos conhecimentos para a construção de estratégias e políticas públicas de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional, além de ampliar o debate no movimento agroecológico, na saúde coletiva e na sociedade em geral. Todas as informações colhidas serão analisadas, mantendo-se a confidencialidade (segredo) da participante a todo o momento, ou seja, em nenhum momento os dados que o identifique serão divulgados, a menos que seja exigido por lei. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada nessas apresentações.

Caso haja necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). O participante deverá guardar em seus arquivos uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FIOCRUZ no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171- 900 Telefone: (61) 3329-4607 / 3329-4638 *e-mail*: cepbrasil@fiocruz.br. *Site*: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/cep>. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Rubricas: _____
(Pesquisador (a)) (Participante)

Após a leitura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dou meu consentimento de livre e espontânea vontade, para participar como voluntário, deste estudo, assinando esse termo em duas vias, pois uma via pertencerá a mim e a outra à(o) pesquisador(a).

Fortaleza, ____/____/2022

Assinatura: _____

—
Nome
completo: _____

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante.

Pesquisadora _____
Assinatura: _____
Nome completo da Pesquisadora: _____

Para qualquer esclarecimento entrar em contato com:

Pesquisadora: Maria Neila Ferreira dos Santos

CE.

Endereço: Rua Professora Stella Cochrane, 340, bloco B, apto 306, Passaré, Fortaleza-

E-mail: neilafsantos@hotmail.com

Telefone: (85) 99185 3151

Orientadora: Dra. Denise Oliveira e Silva Titulação:

E-mail: denise.silva@fiocruz.br

Telefone: (61) 991414527

Coorientadora: Dra. Erica Ell

E-mail: erica.ell2018@gmail.com

Telefone: (61) 984702968

APÊNDICE IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “**Até a COVID-19 Passou Direto**” **Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Maria Neila Ferreira dos Santos** com orientação da Professora Dra. Denise Oliveira e Silva e coorientação da professora Dra. Erica Ell.

Caso aceite participar dela, por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o/a senhor/a não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar da pesquisa.

Esta pesquisa pretende analisar os fatores de resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, Brasil, no contexto da pandemia COVID-19. A partir dela, acredita-se poder contribuir na defesa da agroecologia como promotora de Saúde e para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira; bem como valorizar e fortalecer a agricultura familiar agroecológica; na defesa de políticas públicas voltadas para os povos do campo, floresta e águas, para defesa do alimento de verdade e do meio ambiente saudável e sustentável.

Essa é uma atividade voluntária, sendo possível desistir a qualquer momento e a participação não envolve remuneração. Mas, caso venha a ter algum gasto pela sua participação nesta pesquisa, o/a Sr(a) será ressarcido(a).

O participante poderá se recusar e/ou retirar este consentimento a qualquer momento que desejar, sem prejuízo a ambas as partes. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa por meio de gravações, entrevistas, fotos, filmagens, entre outros, ficarão armazenados em computador pessoal, protegido com antivírus. O banco de dados terá senhas, os participantes serão identificados por códigos e por um programa que altera a voz e desfoca a face do participante das entrevistas gravadas, visando dificultar a identificação do participante.

A sua contribuição na pesquisa ocorrerá por meio de entrevista em profundidade individual de modo presencial, mantendo todos os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades sanitárias. Dependendo da situação da pandemia COVID-19 poderá ser ajustada as entrevistas para o modo virtual, para segurança dos entrevistados e da pesquisadora. O risco relacionado à participação é relacionado às restrições diante da pandemia do COVID-19, em separação do eu profissional e do eu pesquisadora, o tempo que precisará dedicar para participar da entrevista respondendo todas as questões realizadas; invasão de privacidade; interferir na rotina da família. Garantimos, contudo, que todos os nossos esforços estarão direcionados para que situações de constrangimento não ocorram, e que os riscos descritos sejam minimizados. Inclusive, garantimos que sua identidade não venha a público sob hipótese alguma.

Os resultados desta pesquisa ficarão disponíveis para o/a Sr(a). Esta pesquisa traz como benefício novos conhecimentos para construção de estratégias e políticas públicas de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional, além de ampliar o debate no movimento agroecológico, na saúde coletiva e na sociedade em geral. Todas as informações colhidas serão analisadas, mantendo-se a confidencialidade (segredo) da participante a todo o momento, ou seja, em nenhum momento os dados que o identifique serão divulgados, a menos que seja exigido por lei. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada nessas apresentações.

Caso haja necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). O participante deverá guardar em seus arquivos uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FIOCRUZ no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171- 900 Telefone: (61) 3329-4607 / 3329-4638 *e-mail*: cepbrasil@fiocruz.br. *Site*: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/cep>. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Rubricas: _____
(Pesquisador(a)) (Participante)

Após a leitura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dou meu consentimento de livre e espontânea vontade, para participar como voluntário, deste estudo, assinando esse termo em duas vias, pois uma via pertencerá a mim e a outra à(ao) pesquisador(a).

Fortaleza, ____/____/2022

Assinatura: _____

—
Nome
completo: _____

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante.

Pesquisadora _____ -
Assinatura: _____
Nome completo da Pesquisadora: _____

Para qualquer esclarecimento entrar em contato com:

Pesquisadora: Maria Neila Ferreira dos Santos
Endereço: Rua Professora Stella Cochrane, 340, bloco B, apto 306, Passaré, Fortaleza-CE.

E-mail: neilafsantos@hotmail.com
Telefone: (85) 99185 3151

Orientadora: Dra. Denise Oliveira e Silva Titulação:
E-mail: denise.silva@fiocruz.br
Telefone: (61) 991414527

Coorientadora: Dra. Erica Ell
E-mail: erica.ell2018@gmail.com
Telefone: (61) 984702968

APÊNDICE V

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ENTREVISTAS COM GRUPO FOCAL

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “**Até a COVID-19 Passou Direto**” **Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Maria Neila Ferreira dos Santos** com orientação da Professora Dra. Denise Oliveira e Silva e coorientação da professora Dra. Erica Ell.

Caso aceite participar dela, por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o/a senhor/a não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar o estudo e solicitar a sua permissão para participar da pesquisa.

Esta pesquisa pretende analisar os fatores de resiliência de soberania e segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras que integram a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as do Sertão Central do Ceará, Brasil, no contexto da pandemia COVID-19. A partir dela, acredita-se poder contribuir na defesa da agroecologia como promotora de Saúde e para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira; bem como valorizar e fortalecer a agricultura familiar agroecológica; na defesa de políticas públicas voltada para os povos do campo, floresta e águas, para defesa do alimento de verdade e do meio ambiente saudável e sustentável.

Essa é uma atividade voluntária, sendo possível desistir a qualquer momento e a participação não envolve remuneração. Mas, caso venha a ter algum gasto pela sua participação nesta pesquisa, o/a Sr(a) será ressarcido(a).

O participante poderá se recusar e/ou retirar este consentimento a qualquer momento que desejar, sem prejuízo a ambas as partes. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa por meio de gravações, entrevistas, fotos, filmagens, entre outros, ficarão armazenados em computador pessoal, protegido com antivírus. O banco de dados terá senhas, os participantes serão identificados por códigos e por um programa que altera a voz e desfoca a face do participante das entrevistas gravadas, visando dificultar a identificação do participante.

A sua contribuição na pesquisa ocorreu por meio de entrevista em técnica de grupo focal a ser realizada de modo coletivo e presencial em ambiente adequado e mantendo todos os protocolos sanitários exigidos pelas autoridades sanitárias. Dependendo da situação da pandemia COVID-19 poderá ser ajustado para o modo virtual, para segurança dos/as participantes e da pesquisadora. O risco relacionado à participação é relacionado às restrições diante da pandemia do COVID-19, algum participante não interagir ou ter desavenças com outro/a participante; separação do eu profissional e do eu pesquisadora; o tempo que precisará dedicar para participar da entrevista respondendo todas as questões realizadas; invasão de privacidade; interferir na rotina da família. Garantimos, contudo, que todos os nossos esforços estarão direcionados para que situações de constrangimento não ocorram, e que os riscos descritos sejam minimizados. Inclusive, garantimos que sua identidade não venha a público sob hipótese alguma.

Os resultados desta pesquisa ficarão disponíveis para o/a Sr(a). Esta pesquisa traz como benefício novos conhecimentos para construção de estratégias e políticas públicas de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional, além de ampliar o debate no movimento agroecológico, na saúde coletiva e na sociedade em geral. Todas as informações colhidas serão analisadas, mantendo-se a confidencialidade (segredo) da participante a todo o momento, ou seja, em nenhum momento os dados que o identifique serão divulgados, a menos que seja exigido por lei. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em reuniões ou publicações, contudo, sua identidade não será revelada nessas apresentações.

Caso haja necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). O participante deverá guardar em seus arquivos uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FIOCRUZ no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171- 900 Telefone: (61) 3329-4607 / 3329-4638 *e-mail*: cepbrasil@fiocruz.br. *Site*: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/cep>. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Rubricas: _____
(Pesquisador (a)) (Participante)

Após a leitura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, dou meu consentimento de livre e espontânea vontade, para participar como voluntário, deste estudo, assinando esse termo em duas vias, pois uma via pertencerá a mim e a outra à(ao) pesquisador(a).

Fortaleza, ____/____/2022

Assinatura: _____

—
Nome
completo: _____

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante.

Pesquisadora _____ -
Assinatura: _____
Nome completo da Pesquisadora: _____

Para qualquer esclarecimento entrar em contato com:

Pesquisadora: Maria Neila Ferreira dos Santos
Endereço: Rua Professora Stella Cochrane, 340, bloco B, apto 306, Passaré, Fortaleza-CE.

E-mail: neilafsantos@hotmail.com
Telefone: (85) 99185 3151

Orientadora: Dra Denise Oliveira e Silva Titulação:
E-mail: denise.silva@fiocruz.br
Telefone: (61) 991414527

Coorientadora: Dra. Erica Ell
E-mail: erica.ell2018@gmail.com
Telefone: (61) 984702968

APÊNDICE VI

CARTA DE ANUÊNCIA

O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e a Trabalhadora-CETRA vem por meio desta, de acordo com suas competências regimentais e estatutárias, declarar apoio para execução do projeto de pesquisa intitulado **“Até A Covid-19 Passou Direto” Resistência e Resiliência de Famílias Agroecológicas no Sertão Central do Ceará**”. O referido projeto encontra-se sob responsabilidade de nossa funcionária MARIA NEILA FERREIRA DOS SANTOS, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (PPGPPS/Fiocruz Brasília), do Curso Mestrado Profissional com enfoque na Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho, no período: 2020- 2022 sob orientação da Professora Doutora. Denise Oliveira e Silva e Coorientação da Doutora Erica Ell. Diante do exposto e ciente da pesquisa, o CETRA assume o compromisso de apoiar em todas as etapas do projeto o desenvolvimento da referida pesquisa. Entendemos que a pesquisa em questão contribuirá para além do aperfeiçoamento pessoal de nossa funcionária, para a qualificação de uma prática pedagógica institucional que favorece os diálogos entre os/as agricultores/as familiares, indígenas e quilombolas e a promoção a saúde, produzindo novos saberes e inovações, valorizando o saber e práticas tradicionais alimentares, incidindo de forma direta no fortalecimento das políticas públicas em saúde e das políticas soberania e segurança alimentar e nutricional nos territórios de ação institucional.

Fortaleza/CE, 22 de outubro de 2021

Erika Cunha Matos Bley
Coordenadora Administrativo Financeiro
CETRA